

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MATHEUS IBELLI BIANCO

**ENTRE IDENTIDADE E GEOPOLÍTICA: A TRANSIÇÃO DE POLÍTICA
EXTERNA DA RÚSSIA DURANTE O GOVERNO IÉLTSIN (1992 – 1998)**

Porto Alegre

2019

MATHEUS IBELLI BIANCO

**ENTRE IDENTIDADE E GEOPOLÍTICA: A TRANSIÇÃO DE POLÍTICA
EXTERNA DA RÚSSIA DURANTE O GOVERNO IÉLTSIN (1992 – 1998)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

Porto Alegre

2019

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Bianco, Matheus Ibelli
ENTRE IDENTIDADE E GEOPOLÍTICA: A TRANSIÇÃO DE
POLÍTICA EXTERNA DA RÚSSIA DURANTE O GOVERNO IÉLTSIN
(1992 - 1998) / Matheus Ibelli Bianco. -- 2019.
84 f.
Orientador: Andrés Ernesto Ferrari Haines.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Rússia. 2. Política Externa. 3. Geopolítica. 4.
Identidade. 5. Bóris Iéltsin. I. Haines, Andrés
Ernesto Ferrari, orient. II. Título.

MATHEUS IBELLI BIANCO

**ENTRE IDENTIDADE E GEOPOLÍTICA: A TRANSIÇÃO DE POLÍTICA
EXTERNA DA RÚSSIA DURANTE O GOVERNO IÉLTSIN (1992 – 1998)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 29 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk
PPGEEI-UFRGS

Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam
Unisinos/ESPM-Sul

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho deve a sua realização a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, apoiaram minha trajetória acadêmica durante os últimos anos. Como meio de agradecimento, humilde e incapaz de abranger a importância do suporte prestado para minha formação em sua totalidade, expresso minhas considerações por aqui.

Primeiramente, agradeço aos meus pais e minhas irmãs pelo constante suporte e compreensão durante meus estudos, os quais não teriam sido possíveis sem o imensurável apoio que me concederam. Aos meus pais, Silvia Helena Ibelli Bianco e João Carlos Bianco, por sempre acreditarem que é por meio da educação que ocorrem as verdadeiras transformações, sociais e pessoais. Às minhas irmãs, Carolina e Camila, por serem, além de irmãs, parceiras acadêmicas as quais compartilhamos os sucessos e os não sucessos de nossa trajetória dentro da universidade, sempre aprendendo uns com os outros. Apesar da distância, o carinho e o amor de vocês foram especiais para mim nesta etapa da vida.

Agradeço ao professor Andrés Ernesto Ferrari Haines, pela inestimável orientação, sempre cuidadosa e dedicada, pelos seus conselhos, aprendizados, encorajamentos e pelas demais oportunidades que me proporcionou no âmbito acadêmico. Similarmente, manifesto minha gratidão aos inúmeros professores e professoras que me lecionaram durante os últimos anos, pois seus ensinamentos são parte do que eu sou hoje.

Agradeço, de igual forma, ao Estado e à população brasileiros por me providenciarem uma formação em uma universidade pública de qualidade e renome como a UFRGS. Em tempos de ataques à educação pública e descrédito escancarado à pesquisa e ao conhecimento, espero fazer jus aos seus investimentos e reafirmar a importância de um ensino superior gratuito, e com acesso democrático e universal. A educação será sempre o meio para que se alcance a emancipação e a soberania de um país, e qualquer ataque a ela revela uma incompreensão do governo do seu papel para com a sociedade. Agradeço de igual forma todas as oportunidades que a Universidade Pública me proporcionou e facilitaram meus estudos, incluindo as inúmeras refeições nos Restaurantes Universitários, o suporte financeiro para viagens acadêmicas e o acesso às ricas bibliotecas.

Agradeço aos inúmeros amigos e colegas que me acompanharam nessa trajetória, entre os quais cabe certo destaque alguns: Julian, Eduardo Secchi, Rodrigo Fuhr, Fernando Hoppe, José Henrique, Mateus Borges, Júlio Spido, Eduardo Rius, João Vitor, Giovana Padilha. Foi uma honra passar estes 5 últimos anos com vocês.

Agradeço à minha namorada, Mariana Pires Theodoro, por compartilhar comigo toda a minha trajetória acadêmica, estando presente nos momentos bons e ruins deste período. Além do companheirismo, seu suporte para as atividades dentro da faculdade foi essencial para mim.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos e todas que se envolveram, de modo direto ou indireto, na elaboração deste trabalho, seja via sugestões, elucidaciones e críticas, seja por meio de inspirações e motivações.

“A Rússia foi e permanece sendo uma grande potência, e sua política externa deve corresponder a este status. A Rússia é europeia e asiática, e sua localização geopolítica continua a exercer um gigantesco papel na formulação de sua política externa. Os valores geopolíticos são constantes e não podem ser abolidos pelos desenvolvimentos históricos” (PRIMAKOV, 1992 apud TSYGANKOV 2016, p. 97, tradução minha)

RESUMO

O presente trabalho discute a transição da política externa da Rússia durante o Governo Iéltsin, marcada por uma passagem de cooperação para assertividade em relação ao ocidente. Para tanto, a política externa será estudada a partir de sua correlação com o conceito de identidade, sendo analisados também como os constrangimentos geopolíticos atuam nesta relação. Analisa-se nesta monografia os condicionantes para que a transição supracitada ocorresse, tendo como base uma análise histórico-descritiva das relações entre política externa, identidade e geopolítica desde a ascensão de Pedro, o Grande como Czar do território. Utiliza-se uma análise dos principais documentos de política externa da Rússia na década de 1990, bem como uma análise de conteúdo de discurso das principais autoridades à época. Intenciona-se, por meio desta análise, a identificação de elementos que indicam a transição de política externa ocorrida na década de 1990, destacando nestes discursos e documentos as diferentes representações de identidade relacionada à Rússia e as causas geopolíticas que motivaram estas transições. No âmbito internacional, observa-se também neste trabalho como as oscilações de posicionamento do Ocidente influenciaram as ações de política externa russa, em todo o período abordado.

Palavras-chave: Rússia. Política externa. Geopolítica. Identidade. Boris Iéltsin.

ABSTRACT

This monograph discusses Russia's foreign policy and its relations with the concept of identity as well as the impacts of the geopolitics constraints in this relation. Specially, is discussed about the transition of Russia's foreign policy during Yeltsin's government, between 1992 and 1998, marked by the transition of a cooperative to an assertive characterization of foreign policy in relation to the West. This way, It analyses the conditioning for this change to occur, based on a historical-descriptive analysis of the relations between foreign policy, identity and geopolitics since the rise of Peter the Great as Tsar of the territory. In addition, an analysis of Russia's key foreign policy documents in the 1990s is used, as well as a discourse content analysis of leading authorities at the time. This analysis intends to identify elements that indicate the transition of foreign policy that occurred in the period, highlighting in these speeches and documents the different representations of identity related to Russia and the possible impacts of geopolitical constraints in these discourses. At the international level, it is also observed in this monograph how the oscillations of the Western position influenced the actions of Russian foreign policy, throughout the period covered.

Keywords:

Palavras-chave: Russia. Foreign Policy. Geopolitics. Identity. Boris Yeltsin

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação esquemática da relação entre variáveis e seus constrangimentos... 12

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| BRICS | Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul |
| CEI | Comunidade dos Estados Independentes |
| COMECON | Conselho para Assistência Econômica Mútua |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| G7 | Grupo dos Sete |
| MRE | Ministro das Relações Exteriores |
| OCDE | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| Pex | Política Externa |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| SI | Sistema Internacional |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | DE PEDRO, O GRANDE À <i>PERESTROIKA</i>: A BUSCA PELA MODERNIZAÇÃO E O CONFLITO IDENTITÁRIO ENTRE OCIDENTALISTAS E ESLAVÓFILOS | 19 |
| 2.1 | OLHOS AO OCIDENTE: A IMPORTÂNCIA DA EUROPA PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA E IDENTIDADE DA RÚSSIA | 20 |
| 2.2 | AS REFORMAS DE GORBATCHOV E O CONTEXTO ECONÔMICO E INSTITUCIONAL DA RÚSSIA PÓS DESINTEGRAÇÃO | 32 |
| 3 | BORIS IÉLTSIN E ANDREY KOZYREV: DA COOPERAÇÃO À INSATISFAÇÃO COM O OCIDENTE (1992 – 1996) | 39 |
| 3.1 | A POLÍTICA EXTERNA OCIDENTALISTA RUSSA: OS 4 EIXOS DE INTEGRAÇÃO COM O OCIDENTE | 42 |
| 3.2 | O QUESTIONAMENTO: A GEOPOLÍTICA COMO CONDICIONANTE DA POLÍTICA EXTERNA | 52 |
| 4 | YEVGENY PRIMAKOV E A GEOPOLÍTICA COMO FUNDAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA | 60 |
| 4.1 | PRIMAKOV E A BUSCA PELO MULTILATERALISMO NO SISTEMA INTERNACIONAL | 61 |
| 5 | CONCLUSÃO..... | 72 |
| | REFERÊNCIAS | 78 |

1 INTRODUÇÃO

A política externa¹ da Rússia, durante sua história, foi permeada por um debate identitário construído, sobretudo, a partir da percepção russa do ambiente geopolítico moldado pelo Ocidente², especialmente sobre o exterior próximo russo³. Historicamente, os líderes políticos da Rússia, em sua maioria, buscaram do ocidente o reconhecimento do império/bloco/país como um parceiro não inferiorizado e com o mesmo peso político de uma grande potência, com influência para determinação das principais questões das relações internacionais do globo. Para tanto, recorrentemente líderes políticos russos buscaram se modernizar aos moldes ocidentais, como aconteceu durante o reinado de Pedro, o Grande, durante o século XVIII, que buscou na Europa uma fonte de conhecimento e de informações necessárias para a superação do atraso tecnológico e educacional do Império Russo (NEUMANN 1996; SEGRILLO, 2016; TSYGANKOV, 2007)

A partir de 1917, conjugando fatores externos – como o próprio racha político e ideológico ocidental entre autoritarismo e liberalismo - e domésticos, a Rússia passou por uma revolução social, encerrando suas experiências com as reformas liberais e consequentemente sendo rejeitado pelo ocidente como um todo (TSYGANKOV, 2016). Os líderes da União Soviética, a partir de então, adotaram um pensamento intrinsecamente estatista, buscando a manutenção de uma balança de poder com o ocidente sobretudo por meio da força e da ideologia. Após a II Guerra Mundial e a consolidação das instituições liberais no ocidente, progressivamente a ideologia liberal foi encontrando espaço no bloco soviético, a despeito da repressão do Partido Comunista (HOBSBAWN, 1998). A representação maior deste contexto

¹ Nesta pesquisa utilizaremos o conceito de política externa de Ariane Figueira (2011, p.6-7). Para a autora, política externa é a ação executada das nações no plano internacional, não apontando apenas aos objetivos e linhas mestras que o país adota na sua relação com os agentes externos, mas também se refere à composição de estratégias de atuação nas diversas dinâmicas da vida internacional, considerando, para isso o poder relativo que cada Estado possui em relação a seus pares.

² Neste trabalho, o termo Ocidente se refere, mais especificamente, à percepção e construção que a Rússia possui em relação a este conceito. Neste sentido, o Ocidente empregado ao longo da pesquisa não diz respeito apenas a divisão tradicional geográfica, mas também leva em conta os aspectos civilizacionais que a Rússia imputa ao termo. Para Tsygankov (2013), o Ocidente é para a Rússia, desde Pedro, o Grande, um emaranhado de significados a partir do qual a Rússia se ressignifica, ou seja, é a partir do Ocidente que a Rússia se constrói e se desconstrói, tendo impactos na formulação de sua política externa e na construção de sua identidade. Isto posto, são construídos diferentes ocidentes pela Rússia dependendo do momento histórico que os russos perpassam, como será demonstrado no trabalho. Mas de modo geral, considera-se que, ao longo do trabalho, o termo Ocidente se refere como sendo um composto entre os Estados Unidos da América e todos os membros da atual OTAN.

³ O exterior próximo russo é considerado neste trabalho o conjunto dos países que atualmente fazem parte da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). São eles: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

foi a ascensão de Mikhail Gorbatchov como Secretário Geral do Partido Comunista. Gorbatchov, no entanto, por uma série de contradições internas da União Soviética, perdeu apoio proveniente dos líderes políticos do Partido Comunista e da população para a abertura política econômica aos moldes modestos que desejava, dando margem para a ascensão ao poder de uma força política-ideológica intrinsecamente ocidentalizante, que, com o colapso soviético de 1991, pôde implementar sua ideologia e política externa pró ocidental.

Esta nova força política ocidentalizante, capitaneada pelo presidente russo Boris Iéltsin e por seu ministro de relações exteriores Andrey Kozyrev, apoiada ainda por uma elite econômica pró capitalista e por setores intelectuais e acadêmicos russos, buscou perseguir políticas de parceria estratégica e de integração com o Ocidente e suas instituições, aproximando a partir de discursos e documentos oficiais a identidade ⁴russa com o Ocidente (TSYGANKOV, 2016). No entanto, esta fase liberal na Rússia durante a década de 1990 durou pouco tempo e logo foi duramente contestada por um novo grupo, capitaneado pelo chefe da inteligência russa Yevgeny Primakov. Não deixando de defender a necessidade da abertura do mercado russo e a adesão às instituições democráticas frente ao novo contexto político global, no entanto, a nova concepção política estatista de Primakov julgou que tais aberturas deveriam estar sujeitas à uma força centralizadora estatal, que pudesse recuperar o *status* de grande potência da Rússia e mediar o interesse público com o interesse privado. (PRIMAKOV, 1996)

Para implementar seu discurso e política externa estatista, Primakov se aproveitou sobretudo da fraqueza do novo Estado liberal russo, o qual falhou em promover uma reforma política econômica efetiva no país herdeiro soviético. Ainda, as instabilidades nas ex repúblicas soviéticas e principalmente, a iniciativa de expansão do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em direção à periferia russa – a qual excluiu o governo russo deste processo decisório -, enfraqueceram os discursos e a política externa ocidentalizante dentro da Rússia durante os primeiros anos da década de 90, abrindo margem para a ascensão de grupos estatistas mais

⁴ Para Burke (2006, p. 394) “nenhuma política mundial existe sem identidades”. Nesta monografia, considera-se que grande parte do comportamento da Rússia no sistema internacional seja resultado da interação da própria Rússia com o Ocidente, e especificamente, com a Europa. Acredita-se que é a partir desta interação que é construída a identidade da Rússia, a qual dá origem a seus interesses estatais (NEUMANN, 1996). Para o pensamento pós estruturalista, as identidades não são fixas pela natureza, nem são pré discursivas, mas sim, delimitadas a partir da diferença e da oposição de modo interrelacional. Desse modo, a referência do que é “nacional” apenas é constituída ou reconhecida quando atrelada ao “estrangeiro”, sendo constituídas por práticas discursivas permanentes de repetição e diferenciação entre a própria identidade do Estado e sua antítise. Como consequência, as identidades e Estados não possuem suas características pré fixadas, mas constantemente estão em busca do seu “ser”(CAMPBELL, 1992; DOTY, 1993 apud. ZABOLOTSKY, 2019)

pragmáticos e atentos às necessidades geopolíticas⁵ de Moscou. Para estes grupos estatistas, o ocidente, ao ter decidido excluir a Rússia do processo decisório de expansão da OTAN, passava um recado claro de não reconhecimento da Rússia como um parceiro de igual nível. Este contexto abalou as estruturas de confiança da população e das elites russas na consolidação de uma identidade russa convergente com os interesses ocidentais, rompendo com um dos grandes pilares do governo Iéltsin-Kozyrev; além disso, aprofundou constrangimentos geopolíticos os quais as lideranças russas não podiam suportar. É a partir desta relação mutuamente constitutiva entre identidade e política externa, impactada diretamente pela geopolítica que tentar-se-á, neste trabalho, explicar a mudança da política externa russa durante a década de 1990, que passou de uma relação cooperativa à um comportamento assertivo em relação ao ocidente.

A escolha de uma abordagem pós estruturalista para este trabalho parte da discussão de Hansen (2006) acerca da relevância do discurso e a indissociabilidade entre as representações de identidade e a política, compreendidas como discursivamente interligadas e mutuamente constitutivas. A partir deste princípio, adota-se que as representações de identidades são utilizadas como uma estratégia para legitimação do curso de política externa executada pelos tomadores de decisão⁶. Nesta monografia, adiciona-se à relação supracitada a centralidade da geopolítica como um influenciador da dinâmica entre identidade e política externa (ver Figura 1). Possuindo como base uma análise histórico-descritiva e geopolítica, este trabalho utiliza-se da relação entre identidade e política externa⁷ de Lene Hansen como auxiliar para a

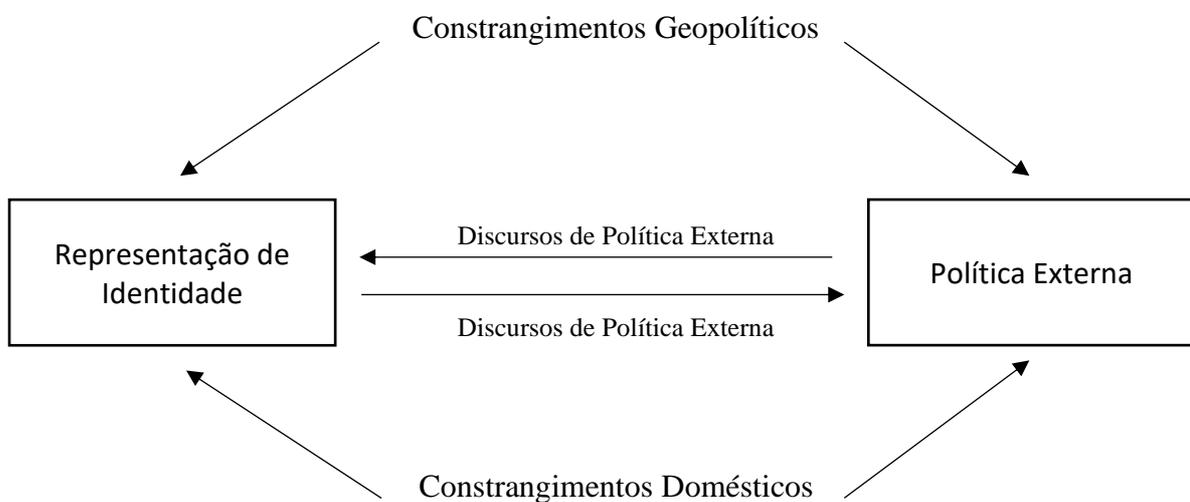
⁵ Para Mattos (2002) a geopolítica advém da mescla de três ramos do conhecimento: a aplicação da política aos espaços geográficos sob inspiração da história. (MATTOS, 2002). Assim, os próprios fatos históricos determinam as análises geopolíticas, de modo a permitir a realização de análises de conjuntura sobre políticas empregadas sobre espaços geográficos. A História, por sua vez se torna o apoio metodológico da Geopolítica, sendo a partir deste sentido que o presente trabalho se desenrolará, ou seja, a relevância da análise histórica sobre os espaços geográficos, de modo que se possa oferecer uma forma de compreensão dos fatos e eventos.

⁶ Lene Hansen (2006) descreve que é necessário examinar sistematicamente como a identidade e a política estão inter-relacionadas em um processo não causal, ancorando-se em um modelo teórico baseado na afirmação de que o objetivo dos discursos na política externa é criar uma ligação estável entre as representações de identidade nacionais e as políticas externas executadas. Para a criação deste link, segundo Hansen, é necessária a criação de uma estabilidade do discurso entre a identidade, a política e os constrangimentos externos impostos sobre os discursos (HANSEN, 2006, p. 16).

⁷ A agenda de pesquisa da perspectiva teórica pós estruturalista, como dito, se concentra nas relações entre a identidade e a política externa; tal política externa pode ser compreendida através de análises de práticas discursivas, as quais conjugam a realidade dos fatores materiais e ideacionais, sem separação ou priorização de importância entre os fatores (HANSEN, 2006; NEUMANN 1996). Este pensamento advém da concepção de que a construção da política externa depende de representações de identidades, ou seja, a política externa atribui sentido e significado às conjunturas a qual se direciona, construindo seus objetos de modo a sustentar e justificar a tomada de decisões na esfera internacional. Ainda ao mesmo tempo em que se constitui, a política externa também reconfigura a identidade nacional. (HANSEN, 2006 p.05). Neste sentido, a identidade é discursiva, política, relacional e social. Para Lene Hansen, dizer que a identidade é discursiva e política significa dizer que as representações das identidades tornam as questões de política externa particularmente interpretativas, construindo limites para a própria formulação desta política externa. Se a identidade é construída através do discurso - e a política externa é dependente da identidade - significa dizer que não há identidades objetivas fora da esfera discursiva. Ora, então, como especificamente as identidades são construídas? Esta pergunta nos leva aos outros

identificação da transição de política externa durante o governo Iéltsin. Presume-se, deste modo que, a partir dos constrangimentos geopolíticos-sistêmicos impostos pelo Ocidente sobre a Rússia na década de 90, gerou-se um impacto sobre sua política externa e sobre sua representação de identidade, as quais tiveram de se adaptar à realidade imposta; o discurso, desse modo, se torna ferramenta para identificação desta adaptação⁸.

Figura 1 - Representação esquemática da relação entre Variáveis e seus constrangimentos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Lene Hansen (2006)

Situar este trabalho dentro da abordagem pós estruturalista demanda uma brevíssima contextualização do surgimento e dos preceitos da escola de pensamento abordada, a qual ganhou destaque a partir da década de 1980 com os escritos de Richard Ashley e Robert Walker (1990). Estes autores criticam as limitações das abordagens tradicionais na explicação da política internacional, já que o pensamento *mainstream* se utiliza de conceitos restritivos e

dois elementos intrínsecos à identidade: o social e o relacional. A identidade é social pois, as representações são originadas de uma ampla interação de indivíduos e instituições dentro de um espaço social. Desse modo, para os pós estruturalistas, os atores responsáveis pela consolidação de determinada política externa são diversos, sendo que as representações são consequências de ideias formadas a partir de um grande número de indivíduos, instituições e pela mídia (HANSEN, 2006, p. 06).

⁸ O discurso – o qual incorpora fatores materiais e ideacionais, constrangimentos domésticos e externos - não consiste apenas como uma forma de registro de informações, como é utilizado nas abordagens positivistas, mas sim, é fonte de construção de objetos, Estados, estruturas materiais e a própria política externa (DEVETAK, 2005; CAMPBELL 2013; HANSEN 2006).

frutos de um determinado contexto - como o “Estado”, a “soberania” e a “anarquia” - para a explicação de fenômenos originados de contextos diferentes, o que, segundo os autores, levam à análises equivocadas e enviesadas. Criticando também as perspectivas a-históricas dos estudos no campo das relações internacionais, o pós-estruturalismo contraria a necessidade de explicação dos fenômenos através de grandes teorias, utilizando-se, em vez disto, de estudos analíticos dos povos e sociedades, os quais são frutos de seus respectivos contextos históricos, gerando um método particular de pensamento em cada ocasião e impactando também de maneira diferente na formulação de sua política internacional (WALKER, 1994). Deste modo, o pós-estruturalismo pode ser considerado não uma teoria, mas uma abordagem crítica às teorias tradicionais, que defende a importância das relações entre conhecimento e poder, discursos, narrativas e identidade dentro das relações internacionais (ARI e ÇETINDISLI, 2019).

Neste sentido, para os pós estruturalistas não é possível realizar uma análise puramente objetiva; os próprios pensadores de relações internacionais, para a escola, não são observadores independentes, mas sim, agentes da política internacional, possuindo impactos de viés na formulação de suas teorias. Desse modo, teorias e teóricos não são reconhecidos como fontes neutras de conhecimento, e a presunção de que sejam politicamente imparciais levam à construção de análises incompletas ou equivocadas, uma vez que não levam em conta as especificidades históricas e sociais de determinada sociedade (EDKINS, 2007).

As análises pós estruturalistas vão conferir papel de destaque para o discurso, a história, a linguagem, a cultura e a identidade. Para J. Shapiro (1992), a tomada de decisões da política externa não acontece em um ambiente neutralizado destas interferências de identidades particulares, e, portanto, não devem ser analisadas sem levar em conta tais interferências. Pelo contrário, para a abordagem pós estruturalista, a política externa e os próprios Estados são progressivamente construídos e reconstruídos através dos processos históricos e das próprias práticas políticas, obtendo identidades a partir destas. Não negando a importância do Estado em si, os pós estruturalistas entendem o Estado não como um agente neutro, mas sim como um fenômeno continuamente construído a partir dos discursos (DEVETAK 2005).

Trazendo o debate teórico para o contexto a ser estudado nesta monografia, a declaração de Iéltsin no início de seu governo, de que a nova Rússia e o ocidente possuíam convergência de interesses e de que a Rússia intencionava ser um país plenamente ocidental, baseando-se para isso no livre mercado e na democracia, foi ancorada no argumento de uma modernização econômica de curto prazo e atração de assistência econômica ocidental (IELTSIN, 1992 apud FAWN, 2003 p. 13; KOZYREV, 1992; RUSSIA, 1993; KOZYREV,

1995, apud TSYGANKOV, 2016 p. 61;). Por meio de um discurso pró-ocidental, o governo de Iéltsin e Kozyrev mediou a relação entre uma política externa ocidentalista e uma identidade russa de pertencimento à Europa, destoando de sua caracterização histórica centralizadora e estatista. O objetivo era adequar a política externa para o cumprimento dos objetivos liberalizantes de seu governo, mas para isso, havia de buscar um equilíbrio entre a identidade russa e a tal política externa executada. No entanto, os constrangimentos internacionais, a geopolítica e por conseguinte os constrangimentos domésticos, afetaram duramente este equilíbrio, o qual precisou ser reequilibrado com uma nova mudança de identidade e política externa que levasse em conta as necessidades históricas e a geopolítica do país.

A estabilização econômica da Rússia pós colapso soviético, advinda dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, trouxe consigo a estagnação, o empobrecimento da população e o colapso dos serviços sociais, evidenciando o fracasso das políticas econômicas liberais. Ademais, elevou-se domesticamente a sensação de vulnerabilidade do país, originada a partir da percepção russa de que o ocidente realizava uma nova contenção sobre Moscou, simbolizada sobretudo pelos projetos expansionistas da OTAN. O discurso de parceria estratégica da Rússia com o ocidente, assim, foi duramente impactado, configurando a expansão da OTAN uma enorme ameaça geopolítica no exterior próximo russo. A crescente insatisfação da classe política, econômica e da população russa com os rumos tomados pelo governo Iéltsin levaram então à uma ampliação de pressões para a readequação da política externa do país, de modo que esta pudesse entrar em equilíbrio com uma identidade russa antiocidental generalizada que vinha tomando corpo e com as próprias demandas geopolíticas russas. Assim, diante do contexto, foi necessária uma mudança do discurso e da retórica pró-ocidental executada nos primeiros anos da década de 1990 pelo governo russo. Esta readequação começou a tomar contornos concretos quando Yevgeni Primakov, um crítico da política russa pró ocidente substituiu Andrei Kozyrev como ministro das relações exteriores, atentando seus esforços para a restauração do poder russo sobre seu exterior próximo (PRIMAKOV, 1996; PRIMAKOV, 1997. apud. TSYGANKOV, 2016; PRIMAKOV, 1999. Apud TSYGANKOV, 2016 p. 101)

Como será demonstrado neste trabalho, a política externa russa oscila entre algumas condutas específicas dependendo seus constrangimentos externos, mas possui um elevado grau de continuidade histórica de comportamento. A partir de Tsygankov (2016), destacam-se duas tradições de pensamento de política externa na Rússia: os ocidentalizantes e os eslavófilos, que possuem diferentes respostas para desafios históricos russos, como ameaças de invasão estrangeiras e preservação da integridade territorial do país, como será demonstrado no capítulo

2. Neste sentido, parte-se do princípio que uma nação não é uma entidade homogênea, possuindo diferentes escolas de pensamento que defendem diferentes tipos de condutas internacionais diante de condições externas e domésticas. Em última análise, estas escolas de pensamento competem entre si por influência política, necessitando serem respaldadas pela população e pela classe política do país.

Considerando as mudanças de política externa implementadas durante o governo de Bóris Iéltsin, apontadas acima, busca-se, neste trabalho, responder a seguinte pergunta: quais foram os condicionantes da mudança de política externa durante o Governo Iéltsin (1992 – 1998)? Espera-se, portanto, que ao identificar e analisar alguns destes condicionantes, este trabalho possa contribuir para uma melhor visão sobre os principais elementos que regem e determinam a política externa russa. Nesse sentido, formulam-se as seguintes hipóteses: 1) a mudança percebida na política externa russa do governo Iéltsin durante a década de 90 se deu, sobretudo, por constrangimentos externos ocidentais sobre a Rússia, a qual gerou um desequilíbrio entre a política externa e a identidade implementadas pelo governo Iéltsin-Kozyrev; 2) a não inclusão da Rússia nos principais processos decisórios da Europa (especialmente a OTAN), na década de 90, auxiliou o abandono do discurso ocidentalista do governo Iéltsin-Kozyrev e 3) Yevgeny Primakov, levando em conta as necessidades geopolíticas históricas e a conjuntura geopolítica dispostas à Rússia, alterou o tom discursivo russo com o propósito de executar uma política externa multivetorial e euroasiática.

O objetivo geral da pesquisa é identificar e explicar alguns dos principais condicionantes que propiciaram uma mudança na política externa russa entre os anos de 1992 e 1998. Este objetivo, aliado às hipóteses acima mencionadas, contrapõem-se ao argumento de que a ascensão de Vladimir Putin como presidente no século XXI significou um ponto de virada na política externa do país, cuja principal característica, segundo Krastev & Homes (2015) é a “agressividade isolacionista” de Moscou em relação ao Ocidente. Esta agressividade, segundo este pensamento, foi uma consequência do receio do Governo Putin para com a disseminação de normas e valores democráticos no espaço ex-soviético e na própria Rússia. A resposta do Kremlin, assim, seria agir de forma conflitiva com o Ocidente, a fim de evitar tal disseminação ameaçadora à centralização do poder político de Putin (LEWIS, 2016; ORTTUNG & WALKER, 2015; WILSON, 2014).

Do mesmo modo, este trabalho contrapõe-se às análises que limitam a posição assertiva do Governo Putin apenas como uma resposta à sua realidade econômica, especialmente a partir da crise de 2008; para tais análises, a maior assertividade de política externa da Rússia em relação ao Ocidente é uma resposta para mitigar sua fraqueza institucional e econômica

(ARON, 2015; SHEVTSOVA, 2015). Também, a análise que é trazida neste trabalho contrapõe-se às perspectivas de autores como McFaul (2014) e Snetkov (2015), os quais julgam o comportamento russo no século XXI como agressivo e conflitivo devido a necessidade do Kremlin de construir um discurso anti-ocidental, devido a necessidade do Governo Putin de construir um inimigo para a legitimação de suas políticas domésticas.

Em oposição ao que os autores mencionados afirmam, defende-se nesta monografia que a adoção de uma política externa assertiva na Rússia se originou antes mesmo da ascensão de Putin ao poder máximo do executivo. Essa posição se originou, especialmente, pelo rechaço ocidental de incluir a Rússia como uma potência europeia com poder decisório nas principais questões do continente durante a década de 1990, bem como pelos constrangimentos geopolíticos infligidos sobre os interesses russos em seu exterior próximo, como será descrito no decorrer deste trabalho. Antes mesmo de Primakov assumir o cargo de Ministro de Relações Exteriores, já percebia-se por meio dos discursos e documentos oficiais russos a clara ideia de que a parceria entre Rússia e Ocidente apenas funcionaria caso este último respeitasse os interesses de Moscou e o tratasse em pé de igualdade como uma grande potência. (KOZYREV, 1992 Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005; PRIMAKOV, 1996. Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005; RUSSIA, 1993; RUSSIA, 1997). A ascensão de Putin como presidente da Federação Russa, deste modo, apenas viria a solidificar uma tendência reativa e assertiva do país em relação ao Ocidente, não significando um ponto de virada, mas sim uma continuidade da década de 1990.

Como método, será utilizado neste trabalho o primeiro modelo de análise discursivo que Lene Hansen (2006) apresenta em sua obra “Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War”. Este primeiro modelo é baseado em discursos oficiais de política externa dos Estados, bem como de líderes políticos com autoridade para sancionar questões da política externa exercida pelo governo, como militares de alta patente, diplomatas, chefes de instituições, etc. Serão selecionados alguns textos produzidos por estes atores, como discursos, debates políticos e artigos, de modo a investigar as construções de identidade dentro destes discursos oficiais e como estes textos auxiliam na estabilização dos discursos, processo que, como dito, é afetado e afeta a política externa. Ainda, também foi realizada uma análise histórico-descritiva das relações entre política externa, identidade e geopolítica desde a ascensão de Pedro, o Grande como Czar do território até o ano de 1998. Durante o trabalho realizou-se também uma revisão bibliográfica de obras e artigos especializados sobre o tema.

A escolha temporal deste trabalho foi selecionada a partir da entrada e saída dos ministros de relações exteriores no período: de 1992 a 1995, Andrei Kozyrev e de 1996 a 1998,

Yevgeny Primakov. Este recorte temporal marca notadamente a progressão de uma política externa cooperativa para assertiva da Rússia em relação ao Ocidente, permitindo o autor identificar fatos e eventos determinantes para o objetivo do trabalho, bem como discursos que denotam a transição da retórica discursiva. Como objetivos específicos, tem-se: 1-) analisar o debate civilizacional identitário histórico russo, de modo a demonstrar a relevância da análise descritivo-histórica sobre os debates na troca de orientação política dentro do governo Iéltsin 2-) descrever alguns dos impactos geopolíticos do avanço da OTAN sobre o Leste Europeu para a Rússia e 3-) Analisar discursos oficiais do presidente Boris Iéltsin e dos ministros de relações exteriores Andrei Kozyrev e Yvgeny Primakov, bem como o conceito de Política Externa Russa de 1993 e a Doutrina de Segurança Nacional Russa de 1997 identificando neles a transição do caráter de política externa. A seleção destas fontes para análise de conteúdo de discurso justifica-se pela grande repercussão doméstica e internacional destes textos, discursos e documentos, e pela legitimidade que possuem em nome das posições oficiais da Rússia, consistindo em diretrizes de sua política externa durante o período.

Como justificativa a este trabalho, aponta-se que entender o processo de transição da política russa na década de 1990 nos auxilia a compreender questões contemporâneas da atual escalada de conflitos entre Rússia e Estados Unidos, bem como o recente pivô-asiático que se observa partindo de Moscou, de caráter econômico e político. Ainda, a abordagem deste tema sob uma perspectiva propriamente russa também soma ao entendimento das Relações Internacionais, uma vez que as análises sobre o assunto, em sua maioria, partem de um viés ocidentalizado (HOFFMANN, 1995; TICKNER, 2003).

No tocante ao interesse brasileiro, percebe-se, após uma revisão bibliográfica, que as discussões referentes às Relações Internacionais da Rússia ainda são pouco abordadas. Defende-se de igual forma, por meio deste trabalho, que o conhecimento da realidade russa – esforçando-se para partir de uma perspectiva propriamente russa e não totalmente ocidental -, é de relativa relevância para o interesse nacional brasileiro, uma vez que nas duas últimas décadas Moscou vêm se apresentando como um potencial parceiro político e econômico do Brasil, sobretudo por meio do bloco dos BRICS⁹, o qual consolida interesses compartilhados como a multipolaridade no Sistema Internacional (SI). Neste sentido, a maior compreensão da realidade russa pode vir a facilitar os cálculos políticos, estratégicos e diplomáticos do Brasil em relação à Rússia.

⁹ Agrupamento político de nações de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico, reunindo Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul

Assim, além desta introdução, esta monografia conta com 3 capítulos principais e uma conclusão final. No capítulo 2, de caráter histórico-descritivo, propõe-se a realizar uma breve retomada das principais características de política externa, de identidade e geopolíticas dos períodos mais relevantes da história russa, iniciando-se com Pedro, o Grande e encerrando-se com uma análise do período Gorbatchov, já na sessão 2.2. A sessão 3 versa sobre a primeira metade do Governo Iéltsin (1992 – 1995), caracterizado pelas narrativas e políticas ocidentais, encerrando-se com a saída de Andrei Kozyrev como ministro das relações exteriores do país. Já o capítulo 4 trata sobre o momento subsequente, caracterizado pela adoção de uma revisão crítica das políticas ocidentalistas do momento anterior, simbolizadas especialmente pela entrada e saída de Yevgeny Primakov como ministro das relações exteriores da Rússia. Tanto no capítulo 3 quanto no capítulo 4, além de uma revisão bibliográfica sobre o período, será amplamente utilizado o modelo de análise discursivo de Lene Hansen, que neste trabalho será um instrumental para a identificação da transição de uma política externa cooperativa para assertiva em relação ao Ocidente. Finalmente, no capítulo 4, realiza-se uma retomada dos principais aspectos abordados no trabalho, bem como descreve-se as principais conclusões sobre a monografia.

2 DE PEDRO, O GRANDE À PERESTROIKA: A BUSCA PELA MODERNIZAÇÃO E O CONFLITO IDENTITÁRIO ENTRE OCIDENTALISTAS E ESLAVÓFILOS

O presente capítulo versa sobre a contextualização histórica do processo de busca da modernização da Rússia por seus líderes e o consequente conflito identitário provocado por este movimento, bem como descreve os constrangimentos e os impactos sobre a geopolítica russa nestes contextos. O principal objetivo deste capítulo é demonstrar a importância do Ocidente e especialmente da Europa para a geopolítica da Rússia, o que traz como consequência o grande impacto do ocidente para a formulação de política externa e identidade do país. Esta análise e descrição histórica se torna importante para traçar um encadeamento lógico até a década de 1990, o que permite traçar alguns padrões de conduta, tanto da Rússia quanto do Ocidente sobre a Rússia.

A fim de atingir este propósito, serão apresentadas as principais diretrizes de política externa e de identidade russa em cada período marcante de sua história desde a formação do império czarista. Além disso, serão apresentados também os principais aspectos geopolíticos que tornaram-se constrangimentos nestes mesmos períodos, de modo a demarcar uma lógica de influência destes constrangimentos com a identidade russa e sua política externa executada. Esta revisão histórica permite identificar as principais diretrizes de política externa da Rússia desde a formação do Czarado, o que contextualiza e oferece embasamento histórico para a temporalidade principal a ser analisada no trabalho.

Será introduzido ainda neste capítulo uma explicação sobre as principais causas da desintegração soviética, as quais serão importantes para compreender o governo de Bóris Iéltsin e a transição de sua política externa, de cooperação para assertividade em relação ao Ocidente. Entender os últimos anos que precedem o fim do bloco soviético auxilia na compreensão dos principais pensamentos de política externa e grupos de interesse existentes na Rússia à altura do governo de Bóris Iéltsin. Antes de iniciar a próxima sessão, cabe, no entanto, revelar algumas das principais demandas geopolíticas do território russo, as quais servirão como apoio de compreensão para a política externa da Rússia.

A principal característica definidora da geopolítica russa é a sua indefensibilidade (MAZAT, 2013). Isto pois não há rios, oceanos ou cordilheiras que definem as fronteiras do país, contando, ao máximo para a defesa de seu território, com climas inóspitos e florestas. Assim, a história russa foi permeada de invasões, vindas sobretudo de duas direções: das estepes ao leste e das planícies europeias à oeste, não possuindo características naturais alguma para a

proteção contra estas investidas. Esta proteção, teve de ser buscada por um outro meio: a conquista de territórios tampões em seu exterior próximo, ou seja, zonas controladas pela Rússia que separassem Moscou de seus principais inimigos, desgastando-os antes de chegarem propriamente à Rússia (SEGRILLO, 2016; TSGANKOV, 2016). O problema derivativo deste contexto são a não disposição das populações destas zonas tampões de servirem como um buffer para Moscou, demandando à Rússia um amplo controle militar-securitário e político econômico sobre estas regiões. Um outro problema geopolítico derivativo desta condição de indefensibilidade e conseqüente controle sobre seu exterior próximo é a constante tendência de desintegração do território russo, fruto do controle centralizado de Moscou sobre dezenas de grupos étnicos nacionalistas, os quais muitas vezes não se sentem contemplados pela alta influência em suas sociedades pela Rússia.

A terceira grande questão da geopolítica russa é sua necessidade de abrir frentes de controle de acesso à mares de águas quentes. Isto pois, devido a seu gigantesco tamanho, a Rússia possui um problema grave de altos custos de transportes terrestre de uma região à outra de seu território, o que relativamente embaratece os custos de transporte marítimos. Do mesmo modo, o acesso aos mares quentes também cumpre ao propósito de instalação de frotas marítimas russas necessárias à sua devida securitização, bem como o controle de portos acessíveis durante todo o ano afim de receber mercadorias de outras regiões, tão necessárias para o território sobretudo devido à sua busca pela modernização econômica e industrial.

Desse modo, define-se assim as principais dificuldades estratégicas da Rússia, as quais a torna geopoliticamente instável: 1-) a insegurança territorial proveniente de suas fronteiras 2-) o domínio de mares de água quente para sua securitização e acesso ao sistema comercial global 3-) e o seu gigantesco território que dificultam os transportes de mercadorias e oferecem o problema de falta de coesão doméstica.

2.1 OLHOS AO OCIDENTE: A IMPORTÂNCIA DA EUROPA PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA E IDENTIDADE DA RÚSSIA

Geograficamente localizada entre a Ásia e a Europa, a Rússia é envolvida historicamente em um amplo e inconclusivo debate civilizacional identitário, o qual impacta e é impactado pela definição de sua política externa e de seus condicionantes geopolíticos. Este debate identitário russo ganhou espaço sobretudo após a expulsão dos Mongóis durante o século XV, no qual a partir de então, a elite russa verificou um contraste entre uma Europa modernizada capitaneada pelo movimento renascentista contra uma Ásia isolada e

subdesenvolvida (SEGRILLO, 2016). A Europa Ocidental, especificamente, dado seu maior peso político e econômico na região, exerceu papel relevante na determinação da identidade e política externa russas, influência muito também justificada por serem os russos o elo mais fraco das relações com o ocidente, em termos econômicos, sociais e militares, dado seu caráter histórico rural e arcaico (TSYGANKOV, 2016). Neste sentido, os russos historicamente se veem constrangidos a levar em conta as mudanças dos contextos políticos e sociais da Europa para a formulação de sua própria identidade e política externa, tendo de se adaptar a diferentes dilemas securitários e geopolíticos dependendo do comportamento europeu no continente. Estes dilemas, por sua vez, resultam em constrangimentos externos que alteram o equilíbrio entre a construção da identidade russa e a formulação de sua política externa, demandando uma nova reformulação para o equilíbrio da relação.

Até o final do século XVIII a maioria dos líderes políticos e pensadores russos eram vinculados à um pensamento majoritariamente pró-ocidental (SEGRILLO, 2016). Para Pedro, o Grande, que reinou como Czar e Imperador russo de 1682 a 1725, a Rússia deveria pertencer ao mundo ocidental¹⁰. Convencido da superioridade das técnicas ocidentais após realizar grandes viagens à Europa, executou domesticamente uma série de reformas radicais modernizantes na Rússia, todas no sentido de emular o progresso do estilo de vida europeu. Para tanto, adotou medidas mercantilistas e se aproveitou do poder estatal para elaborar indústrias e manufaturas, promovendo também o intercâmbio de técnicos e artesãos russos e europeus de modo a internalizar processos industriais ocidentais (TSYGANKOV, 2016). Pedro, o Grande também executou reformas administrativas para aprimorar as administrações regionais do imenso território russo e introduziu a revolucionária Tabela de Patentes no território, que significou à nobreza uma perda de seus privilégios, substituindo o prestígio da hereditariedade para o prestígio aos serviços prestados ao Império. Ademais, prosseguindo com os esforços de ocidentalização e modernização da Rússia, Pedro buscou uma saída marítima para águas quentes, de modo a ampliar os contatos comerciais com o próprio ocidente. Buscando atender à esta demanda geopolítica e alcançar uma posição de supremacia na região do Báltico, Pedro se envolveu na Grande Guerra do Norte contra a Suécia, no início do século XVIII (MAZAT, 2013).

Percebe-se, neste sentido, que as demandas geopolíticas russas entravam em consonância com a representação de identidade ocidentalizada modernizante pretendida por Pedro, o Grande, o que conseqüentemente impactou também na construção de sua política

¹⁰ Braudel (2004) afirma que é esta guinada ao ocidente que origina os fatos e eventos mais relevantes da história russa até o ano de 1917.

externa.¹¹ Isso pois, ao mesmo tempo que almejava ser reconhecido como uma grande potência europeia pelos europeus, necessitava de uma modernização aos moldes ocidentais para aprimorar as técnicas militares e navais afim de cumprir a demanda geopolítica territorial russa de abrir frentes de acesso à mares de águas quentes. A vitória na Grande Guerra do Norte, contra a Suécia, atendeu aos dois objetivos iniciais de Pedro: colocou o império russo como uma força a ser reconhecida na Europa e conquistou também a tão desejada saída para águas quentes, por meio do mar Báltico¹² (TOYNBEE, 1978).

No tocante à política externa de Pedro o Grande, de acordo com Bohlen (1966), a diplomacia russa do período passou por uma transição, na qual o corpo diplomático, as técnicas diplomáticas e as próprias instituições russas se voltaram à um estilo ocidental, de modo a adequar-se à construção de uma identidade na qual a Rússia se via como uma potência emergente europeia. Para tanto, Pedro passou a estabelecer rapidamente missões diplomáticas no estrangeiro, como na Suécia, Dinamarca, Holanda, Turquia e Polônia (BOHLEN, 1966). Até então, com peso político pouco relevante no contexto europeu, as diminutas relações diplomáticas da Rússia com o restante do continente diziam respeito à uma política deliberada de isolamento, considerando o mundo exterior como um ambiente herético e potencial deturpador da ordem e da fé ortodoxa russa. A necessidade de mudança deste comportamento veio exatamente com a necessidade de maior reconhecimento do ocidente para com a Rússia. Após a importante vitória na batalha de Poltava, em 1709, durante a Grande Guerra do Norte, Pedro estabeleceu também missões diplomáticas na Inglaterra, Berlin, Hanover, França e Espanha, sendo que no final de seu reinado, Pedro já possuía representantes russos nas principais capitais da Europa (BOHLEN, 1966).

Cabe o destaque, neste contexto, o conceito de oposição binária como fonte da construção da identidade russa (KAEMPF, 2010). Evidentemente, uma reforma ocidentalizante de tal tamanho a ser executada em um território economicamente rural e subdesenvolvido demandou uma reforma “de cima para baixo”. Um dos problemas que incorre desta situação é a resistência que ela pode gerar dentro de algumas camadas sociais, e no caso russo, especialmente o campesinato, o qual progressivamente era taxado pelo governo afim de Pedro financiar suas reformas e guerras. As classes inferiores russas, apartadas da sociedade e

¹¹ Para Neumann (1996), durante o século XVIII, a Rússia também empreendeu uma política de definições regionais geográfica com a intenção de aproximar sua identidade com o Ocidente, como demonstra a formulação e a disseminação de uma nova definição geográfica da Europa que abarcasse toda a extensão dos Montes Urais no leste russo, de modo a incorporar as regiões russas mais populosas na própria Europa.

¹² Também seria próxima à essa região que Pedro, o Grande, voltou esforços para construir a futura cidade capital do país, São Petersburgo, uma verdadeira janela da Rússia para o Ocidente (NEUMANN, 1996).

mantendo uma cultura tipicamente conservadora e ortodoxa em um momento de explosão cultural doméstica, desenvolveu uma oposição identitária em relação à construção da nova identidade ocidental alavancada por Pedro, gerando recorrentemente um desequilíbrio da relação entre política externa e identidade. Esta resistência assumiu um caráter eslavófilo, uma força política-social que conforme será descrita a seguir, passará a ter protagonismo toda vez que constrangimentos externos gerados especialmente pelo Ocidente interferiram no equilíbrio da relação entre a identidade ocidental e a política externa russo ocidentalizante.

A tendência ocidentalizante russa também foi seguida por Catarina, a Grande, que reinou na Rússia entre 1762 a 1796. Entusiasta da modernização russa a partir do iluminismo e do uso da razão, Catarina ampliou o discurso de transformação da Rússia enquanto potência europeia, e para isso, julgando o baixo nível cultural de sua sociedade, estimulou a criação de universidades dentro do país, de modo a construir uma *intelligentsia*¹³ capaz de elevar o status da Rússia à país desenvolvido (KORT, 2008; SEGRILLO, 2012). Catarina também passou a estimular a arte, a literatura, museus e peças teatrais, sempre incentivando o consumo da cultura ocidental nestas áreas. Prosseguindo com a concepção teórica de que a construção de identidade influencia e é influenciada pela política externa, presume-se que na área da política externa russa também foram empreendidos esforços para a consolidação desta identidade ocidental. Para isso, era preciso que a Rússia fosse ainda mais reconhecida pela Europa como uma potência de fato europeia, e mais uma vez, este prestígio foi buscado no âmbito militar (SEGRILLO, 2012).

Após a vitória russa na Grande Guerra do Norte, um outro objetivo geopolítico czarista foi conquistar também uma saída para águas quentes ao sul do continente, capaz de abrigar uma frota para atuar no Mediterrâneo e assim conquistar maiores vantagens econômicas na região. Neste sentido, o Mar Negro foi a opção mais viável para o alcance deste objetivo, visto o enfraquecimento progressivo do império otomano na região (MAZAT, 2013). Visando se anteceder à um possível movimento agressivo russo, os turcos sob o comando do sultão Mustafá II empreenderam uma reforma militar no império otomano e em 1768 declararam guerra à Rússia. Visivelmente enfraquecida e tendo de lidar com insurgências regionais em seu território durante a Guerra, os otomanos foram derrotados pelos russos em 1774. Segundo o tratado de conclusão da guerra, os otomanos cederam acesso aos russos ao Mar Negro, por meio dos portos de Azov e Kerch, e concederam a independência do Canato da Crimeia, em 1783, o qual converteu-se em um protetorado russo. Ainda, a Rússia também se expandiu ao oeste europeu,

¹³ Pessoas envolvidas em trabalho intelectual e criativo, usualmente destinado ao desenvolvimento e disseminação da cultura, abrangendo trabalhadores intelectuais.

com a primeira partilha da Polônia¹⁴. O resultado prático foi a continuação da expansão russa durante os séculos XVIII e XIX, abarcando também os territórios conhecidos hoje como Bielorrússia e Ucrânia (SEGRILLO, 2012).

Se, por um lado, Catarina findou colocar a Rússia definitivamente dentro do concerto das potências europeias, sendo reconhecida como tanto, por outro lado, acendeu o sinal vermelho para os demais países europeus, que agora viam as expansões recentes da Rússia como uma ameaça às suas próprias existências¹⁵ (KORT, 2008). Destaca-se, neste contexto, mais uma vez a visão de Kaempf (2010) sobre a oposição identitária binária, que será explorada nos próximos parágrafos. A anexação de territórios por Catarina, somado com os movimentos ocidentalizantes forçados, gerou um movimento societário russo de negação aos novos estrangeiros que agora faziam parte do império. Somado com a repulsa aos movimentos ocidentalizantes, cujo fardo de financiamento mais uma vez recaía sobre as classes menos favorecidas, progressivamente construía-se uma parcela considerável da população russa avessa à constituição de uma identidade ocidental em seu território.

Visualiza-se que, a presença russa no continente europeu ao final do século XVIII era totalmente distinta daquela em que o império, ainda comandada pelo Czar Pedro, adentrou no período. Antes isolada politicamente, enclausurada dentro do pensamento moscovita tradicional e conservador-ortodoxo, agora visualizava-se uma nova Rússia, representada por sua abertura à cultura ocidental. A necessidade de modernização econômica e política visualizada pelos líderes russos no século XVIII levaram a perceberem o ocidente como um espaço útil, o qual a Rússia poderia extrair e internalizar conhecimentos e processos tecnológicos afim de modernizar o seu próprio território. Para superar o atraso era preciso, no entanto, alterar a lógica da própria identidade russa, conduzindo-a à uma maior identificação com o ocidente, de modo a emular seu estilo de vida. Este processo foi uma mão de via dupla, e para o seu sucesso, era necessário também que o ocidente reconhecesse a Rússia como um igual, como uma potência europeia. Deste modo, também foi preciso uma alteração da política externa do império russo de modo a atingir seus novos objetivos geopolíticos de abrir frentes de contato com o ocidente. Assim, líderes russos se utilizaram do poder bélico e da estratégia militar, adentrando em

¹⁴ Ao final das guerras iniciadas por Catarina, a Rússia anexou 5/8 de todo o território polonês, abarcando mais de 6 milhões de habitantes (SULLIVAN, 1915).

¹⁵ O sucesso das iniciativas armadas de Catarina, tanto em sua interferência armada na Polônia quanto no próprio território turco, gerou insatisfação e apreensão sobretudo na Áustria, a qual não via com tranquilidade o desmembramento do império otomano à favor da Rússia. Frederico II, rei da Prússia e aliado de Catarina, também impôs limitações às obsessões territoriais russas, na qual Catarina teve de se contentar em anexar menos terras polonesas do que de fato as posições militares de suas tropas permitiam (SULLIVAN, 1915).

conflitos com seus vizinhos, de modo a conquistar prestígio internacional¹⁶, territórios e mares necessários para sua modernização desejada (SEGRILLO, 2016; TSYGANKOV, 2016).

Já no início do século XIX, o debate identitário e de política externa russo foi dominado pelas causas e consequências das Guerras Napoleônicas e da disseminação dos valores da Revolução Francesa (NEUMANN, 1996). Neste sentido, a posição do Império Russo, agora capitaneado por Alexandre I (1801 – 1825) e depois por seu sucessor Nicolau I (1825 – 1855), foi de afastamento em relação aos ideais revolucionários europeus do momento, o qual constituíam, sob a perspectiva russa, uma traição ao despotismo esclarecido defendido por Alexandre I (SEGRILLO, 2014). Evidentemente, o afastamento a estes novos princípios sobretudo franceses era uma forma de manutenção do poder dos líderes políticos russos, que se contrapunham às posições domésticas constitucionalistas que pregavam a continuação da emulação dos valores ocidentais iniciada no século XVIII¹⁷ (NEUMANN, 1996; SEGRILLO, 2016). No tocante à política externa, assim, houve um isolamento forçado daqueles pensadores e diplomatas que se identificavam com os valores revolucionários, e quanto à identidade russa, progressivamente foi-se fortalecendo neste um caráter nacionalista¹⁸ em detrimento de sua vinculação europeia tomada a cabo no século XVIII.

Exemplo do conservadorismo perseguido por Alexandre I no período, refletido na política externa, foram as coligações antiliberais da Santa Aliança estabelecidas após a derrota final de Napoleão, durante o Congresso de Viena (1815). A Santa Aliança, a qual foi concebida para se tornar a pedra angular da ordem internacional, carregava consigo, no entanto, um grande problema: estava discursivamente e politicamente anacrônica ao contexto político europeu, na qual o liberalismo político e econômico caminhava a passos largos para se tornar a base de uma nova ordem internacional (HOBSBAWN, 1997). Neste sentido, a vitória russa sobre Napoleão em 1815, apesar de ter ampliado o prestígio russo perante o mundo e ter multiplicado a onda nacionalista dentro do império, por outro lado, carregou um movimento contraditório. Os

¹⁶ Dois outros eventos ilustram bem a maior (e mais relevante) participação internacional da Rússia durante o período. O primeiro diz respeito ao Tratado de Teschen (1779), concretizado graças aos esforços de Catarina para encerrar a Guerra de Sucessão da Bavária, entre Prússia e Áustria, colocando a Rússia como uma garantidora do cumprimento da Paz de Vestfália no território alemão. O segundo evento diz respeito à Liga da Neutralidade Armada (1780 – 1783), uma coligação de Estados Europeus capitaneado pela Rússia com o objetivo de proteger a liberdade do comércio marítimo diante das apreensões da Marinha Real Britânica, a qual perseguia no período contrabandos franceses devido à Guerra da Independência Americana (SULLIVAN, 1915).

¹⁷ Como os constitucionalistas russos julgavam a Rússia um país tipicamente europeu, defendiam que o país deveria seguir de fato as diretrizes políticas europeias, o que significava a elaboração de uma constituição. O problema, como mencionado, era que não havia disposição dos imperadores a abrir mão de seus poderes arbitrários a favor de uma constituição (NEUMANN, 1996).

¹⁸ Aprofundou-se os discursos vinculando a identidade russa à sua origem eslava, estimulando os nativos a seguirem apenas a língua russa e a cultura russa, em detrimento do francês por exemplo, idioma estimulado nos esforços ocidentalizantes do século XVIII. (NEUMANN, 1996).

próprios oficiais e soldados russos que lutaram na Europa, que entraram em contato com doutrinas europeias liberais e anti-absolutistas, sofreram um grande choque cultural quando retornaram ao despótico império russo. Aos poucos, os ventos deste liberalismo-constitucionalista conquistavam adeptos da sociedade eslava (SEGRILLO, 2016).

Este movimento revolucionário, que pretendia romper com as estruturas de poder centralizadoras russas aflorou com a morte do Czar Alexandre I. Por meio de um levante militar, tentou-se impedir a ascensão de Nicolau I ao trono – caracterizado por sua tendência à comportamentos despóticos. Deu-se origem então à Revolução Decembrista de 1825, a qual foi duramente reprimida pelas tropas imperiais, mas no entanto, impactou significativamente no discurso russo sobre a Europa. Como resposta conservadora aos movimentos liberais, a tentativa identitária de normalizar as demandas políticas e sociais no país foram resumidas por Nicolau I na doutrina da “Nacionalidade Oficial Russa” (1833), a qual institucionalizava na sociedade russa 3 pilares: autocracia, religião ortodoxa e nacionalismo (TSYGANKOV, 2016).

Na prática, esta doutrina servia como uma proteção social-política russa em relação aos movimentos revolucionários da “Nova Europa”. Como não era mais possível o isolamento russo do restante do continente europeu – vide Congresso de Viena -, a Rússia deveria defender a “Velha Europa” dominada por monarcas cristãos, tendo o império czarista, com sua força militar e sua religião ortodoxa, uma grande responsabilidade de manter este *status quo*, já que a ascensão de ideais liberais revolucionários era uma ameaça à sua própria existência (NEUMANN, 1996). Assim, para Nicolau I, a era europeia da Rússia, inaugurada por Pedro, havia se encerrado. A partir de agora, iniciara-se a fase “nacional” russa, na qual o império deveria desenvolver um caminho autônomo a partir de suas características próprias, se relacionando com a Europa Ocidental em uma posição de superioridade ética e moral (SEGRILLO, 2014).

Este movimento intelectual e político vinculado com a ideia de que a Rússia é detentora de uma cultura única, a qual necessita ser preservada em detrimento de algumas influências – sobretudo liberais - da civilização europeia, convencionou-se chamar de “eslavofilia”. Assim, filósofos e pensadores russos propuseram um modelo político de manutenção de suas características essenciais, como o autoritarismo, ao mesmo tempo em que advogavam um *catching up* em relação ao modelo ocidental, especialmente no que dizia respeito à seus progressos tecnológicos e industriais¹⁹ (TSYGANKOV, 2007).

¹⁹ A despeito das diferenças entre ocidentalistas e eslavófilos, nota-se que ambos os grupos utilizavam-se a Europa como um parâmetro de contraste com o desenvolvimento russo. Outra semelhança entre os dois grupos eram a depreciação que a Rússia infligia ao Oriente, caracterizado como bárbaro e atrasado (TSYGANKOV, 2016).

Já em 1848, a Primavera dos Povos, movimento nacionalista de caráter liberal, socialista e democrático na Europa Central e Oriental, provocou uma redução dos espaços de discussão entre eslavófilos e ocidentalistas dentro da Rússia, dado o receio de Nicolau I da ascensão de um movimento similar em seu território (NEUMANN, 1996). O movimento ocidentalista, visualizado domesticamente como o mais ameaçador devida à sua vinculação com o liberalismo Europeu foi duramente coagido pela retórica de Nicolau neste período (SEGRILLO, 2014). A corrente eslavófila, porém, perderia ainda mais espaço nos debates identitários devido à Guerra da Crimeia (1853 – 1856), na qual, a derrota russa à Europa reacendeu domesticamente a ideia de que o império ainda era muito atrasado em relação aos países europeus, devendo emular seu estilo de vida e tomar conhecimento de suas tecnologias e processos industriais²⁰ (SEGRILLO, 2014). Neste sentido, o novo imperador Alexandre II (1855 – 1881) se assemelhou com o reinado de Pedro, o Grande, procurando renovar a sociedade russa, tanto pelo ponto de vista social, por meio da abolição da servidão em 1861, quanto por reformas administrativas e militares, buscando uma modernização aos moldes ocidentais. Esta concepção pode ser destacada por exemplo nas declarações de Constantino Romanov, irmão de Alexandre I e pensador influente dentro do império russo: “nós somos fracos e miseráveis em comparação às potências de primeira classe, não apenas em questões materiais, mas também mentais e institucionais, especialmente administrativas”²¹.

Do ponto de vista geopolítico, para os russos, a Guerra da Crimeia significava a possibilidade de controlar os estreitos de Bósforo e Dardanelos e acelerar a desintegração do Império Otomano, situação a qual beneficiaria territorialmente o próprio império russo (MAZAT, 2013). Apesar das vitórias russas iniciais sobre os turcos no Mar Negro, os esforços de França e Inglaterra para impedir uma futura hegemonia de Nicolau I no Mediterrâneo acabaram por oferecer uma coalizão forte o bastante para impedir as pretensões russas. Com 500.000 soldados russos mortos, a guerra de fato escancarou as vulnerabilidades militares e estruturais-logísticas do império czarista em contraste com uma coalizão ocidental que já havia passado por uma revolução industrial. (MAZAT, 2013). Como consequência da derrota, o novo imperador Alexandre II assinou o Tratado de Paris em 1856, consagrando uma grande perda de

²⁰ Apesar de perderem espaço no debate por conta da conjuntura, esta corrente não deixou de existir. Autores como o filósofo Nikolai Danilevski e Konstantin Leontyev passaram a defender o não pertencimento da Rússia como um país Europeu. De igual forma, Fiedor Dostoyevski também passava por um momento de revalorização de suas crenças europeias, passando a defender a identificação russa com a Ásia, mesmo embora, como ressalta Tsygankov (2006), este movimento seja muito mais relacionado ao afastamento em relação ao ocidente do que algo propriamente identitário com a Ásia.

²¹ Tradução minha. Do original: ‘we are both weaker and poorer than the first-class powers, and furthermore poorer not only in material but also in mental resources, especially in matters of administration’ (Lieven, 1983:21).

influência da Rússia na Europa, tendo de abandonar seus direitos de navegação no Mar Negro e seu privilégio de passagem no mediterrâneo, frustrando assim seus planos de acesso amplo a “mares quentes” (HELLER, 2009).

Se, por um lado, Alexandre II empreendeu modernizações significativas como havia feito Pedro, o Grande no século anterior, por outra, no tocante à política externa, manteve relações mais pragmáticas com a Europa do que seu antecessor. As prioridades eram reconstruir o exército russo, reformar a economia e reconquistar acesso ao Mar Negro e, para isso, manteve boas relações com a França, a Prússia e os Estados Unidos (NEUMANN, 1996). Consciente da vulnerabilidade estrutural do império (MAZAT, 2013), Alexandre II voltou esforços para consolidar o território já conquistado e manter boas relações com as potências ocidentais do que empreender novas campanhas militares na própria Europa.²²

Após o assassinato de Alexandre II em 1881 pelo grupo terrorista revolucionário russo “Vontade do Povo”, insatisfeitos com os programas de modernização e europeização das instituições levadas a cabo pelo Imperador, houve um aumento da repressão estatal e conseqüentemente uma diminuição dos espaços para a discussão das questões civilizacionais-identitárias russas (NEUMANN, 1996). A princípio, dois grupos sociais e políticos ganharam destaque em relação a suas ideias de civilização russa, ambas advogando contra o centralismo russo. O primeiro grupo, cujo expoente maior foi o teórico marxista Georgui Plekhanov, propôs uma união entre trabalhadores e burguesia russa para vencer e derrubar a estrutura autoritarista do império, a fim de a segundo momento iniciar uma transição à um modelo econômico socialista. O segundo grupo, os liberais, favoráveis à emulação das instituições europeias, propunham a derrubada do regime como um fim em si, no qual, a partir de então, poderiam institucionalizar um modelo capitalista aos moldes europeus (SEGRILLO, 2016).

A modernização estimulada pelos imperadores russos até então, além de terem promovido uma maior industrialização nas principais regiões russas e terem facilitado suas intercomunicações, também atraíram relevantes somas de capital estrangeiro, fatores estes que estimularam a formação de uma classe média russa (HOBSBAWN, 1997). Os interesses liberais e sociais desta classe média e trabalhadora entraram em choque com a centralização política do então Czar Nicolau II (1894 – 1917). O desempenho pífio das forças czaristas na Guerra Russo-Japonesa de 1905, fruto do sonho russo de “dominação do pacífico” (MAZAT, 2013), acabou por intensificar as contradições sociais e de interesses que tomavam forma no império, e, deste

²² Destaca-se também neste período os esforços de contenção britânica às tendências de expansão russa na Ásia Central, na qual, durante o século XIX, o império czarista conquistou grandes territórios na região, chegando às fronteiras do Afeganistão e ameaçando o poderio da colônia britânica indiana (BRZEZINSKI, 1998).

modo, provocou a eclosão da Revolução Russa de 1905. Como consequências desta Revolução, Nicolau II optou por uma maior aproximação com o grupo liberal constitucionalista, estabelecendo deste modo uma Assembleia Nacional (Duma). Por sua vez, em 1903, o grupo Marxista havia se fragmentado em dois grupos, de acordo com seus posicionamentos em relação à Europa. Por um lado, os Mencheviques, herdeiros dos pensamentos de Plekhanov, defenderam a necessidade dos trabalhadores se organizarem a partir de diretrizes políticas já estabelecidas na social democracia europeia, defendendo também o papel revolucionário da própria burguesia russa, a qual o proletariado deveria se unir. Por outro lado, os Bolcheviques defendiam um modelo russo independente de organização trabalhista, sendo denominados por tanto de “Marxistas Eslavófilos”, julgando o Estado russo, bem como os Mencheviques, de atuarem a favor dos interesses da burguesia europeia contra os interesses do povo russo e do proletariado em geral ²³ (CARR, 1953).

Durante a I Guerra Mundial até a revolução russa de 1917, esvaziaram-se os debates civilizacionais marxistas, uma vez que o confronto armado expôs e opôs nacionalismos mais do que classes. Para Lênin, no período, a Guerra Civil Europeia – como denominava a Grande Guerra - deixava clara novamente a presença de uma Europa corrompida, caracterizada pelo nacionalismo, pelo capitalismo e militarismo, e que deveria ser superada pelos russos. Lênin, por outro lado, defendeu a “verdadeira Europa”, a Europa das massas e dos trabalhadores (NEUMANN, 1994). O grande receio marxista, de acordo Neumann (1994) era de que a falsa Europa cooptasse os trabalhadores para a causa imperialista. Após a saída da Rússia da Guerra, com a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, o debate, mais uma vez, circulou em torno do tema de como a Rússia pós revolucionária deveria se relacionar com a Europa. No novo-velho debate bolchevique entre a integração ou o isolamento em relação ao continente europeu, esta última posição saiu vencedora, com a ascensão de Stálin e seu conceito de “socialismo em um só país”, implementando a centralização política no Partido Comunista soviético (CARR, 1953).

A partir de então, excetuando-se o período da II Guerra Mundial, no qual o debate russo sobre a Europa novamente foi abafado em razão da necessidade de defender países aliados e combater os países fascistas, o debate russo em relação ao ocidente concentrou-se na questão da ameaça imperialista-capitalista, um modelo moralmente inferior ao modelo russo mas não menos ameaçador (NEUMANN, 1996). Além disso, progressivamente o papel central dos

²³ Nota-se, no entanto, que os Bolcheviques não necessariamente eram contra as relações da Rússia com a Europa. Deve-se ler este contexto a partir da luta de classes, não devendo, neste sentido, haver alianças táticas entre as classes.

Estados Unidos no Sistema Internacional entrava no centro do debate russo. Assim, para a URSS, a Europa progressivamente se tornava um agente passivo, parte do sistema capitalista e subordinado aos interesses hegemônicos norte-americanos. Possuindo nuances de discursos entre Stálin, Kruschev, Brezhnev e Gorbachov, a conduta soviética de enfrentamento e isolamento em relação ao ocidente foi reforçada pela política de contenção ocidental sobre a URSS.

Isto pois a expansão dos partidos comunistas em todo o mundo e principalmente na Europa representavam uma ameaça aos Estados Unidos, uma vez que, para o alto escalão político norte americano, estes partidos representavam os interesses da União Soviética se espalhando para a Europa (KENNAN, 1987). Para evitar um possível domínio soviético no continente europeu, George Kennan, personagem influente da política externa norte americana no pós II Guerra, advogou ser necessária a proteção de centros industriais e demográficos da Europa contra as investidas soviéticas. Para Kennan, o principal meio para realizar tal feito seria o auxílio econômico a estes centros, já que o enraizamento do capitalismo e dos ideais de mercado nas nações era a principal barreira contra o avanço da ideologia soviética (MAYERS, 1988). Em pouco tempo, estas ideias, contidas no Longo Telegrama de George Kennan se tornaram um eixo da nova política externa dos EUA sobre Moscou.

Os Estados Unidos passaram a oferecer enorme resistência ao suposto expansionismo soviético em todos os pontos geopolíticos possíveis, como na ocupação soviética no Irã, sobre as pretensões de Stalin sobre os estreitos turcos – interesses estes que permaneceram depois da Guerra da Crimeia -, e também sobre os interesses soviéticos na Grécia. Esta política de contenção seria formalizada pela Doutrina Truman, em um pronunciamento diante do congresso norte americano em março de 1947 (BOTTELIER, 2011). Estavam lançadas assim os principais pilares que moldaram os acontecimentos da Guerra Fria: a divisão do mundo em zonas de influência e o relativo afastamento diplomático entre as duas principais potências nucleares. Para a União Soviética não fazia mais sentido a relação de sua identidade com o ocidente, uma vez que, sob a perspectiva soviética, o mundo ocidental portava um regime capitalista intrinsecamente competitivo e imperialista, e apenas poderia fomentar conflitos contra o bloco socialista, e não cooperação. Para George Kennan (1946), este pensamento soviético derivou sobretudo do instintivo senso de insegurança russo, fruto do contato com um ocidente mais avançado, organizado e poderoso. Somado com esta insegurança, acrescenta-se a histórica sensação dos russos não se sentirem tratados como “parceiros de igual nível” pelo ocidente, especialmente no pós-guerra (NEUMANN, 1996).

Isto pois, desde a presidência norte americana de Roosevelt, apesar dos diálogos sobre a possibilidade de uma aliança e amizade com os soviéticos, o comportamento estadunidense não corroborava com seus discursos apaziguadores. Em julho de 1945, o presidente Truman, em uma conversa com Stálin na conferência de Potsdam, revelou a posse de uma capacidade nuclear de poder destruidor imenso (BOTTELIER, 2011). A própria omissão até então da capacidade nuclear americana aos soviéticos reforçavam aos russos que os países capitalistas nunca os tratariam em pé de igualdade, contribuindo para que os soviéticos adotassem o pensamento de que o ocidente não se satisfaria até o socialismo não mais existir (SEGRILLO, 2014). A única alternativa para a União Soviética seria se manter “militarmente poderosa, ideologicamente monolítica e fiel à sua brilhante liderança”²⁴. Ideologicamente monolítica também significava, neste período, renunciar ao debate civilizacional-identitário ocidentalista russo que permeou a história de sua sociedade, e a qual foi brevemente descrito nesta seção.

Tal debate apenas voltaria a ganhar mais evidência durante o governo de Gorbatchov e sua política de abertura política e econômica, na qual os posicionamentos liberais ganharam espaço para se reinventarem nas discussões, sem receio de serem coagidos. Em pouco tempo, os liberais passariam a dominar os debates sobre como a URSS deveria se posicionar em relação a Europa, visando a aproximação e a consequente modernização russa. Abandonando Gorbatchov e se agrupando em torno do presidente russo, Boris Iéltsin, os liberais seriam os responsáveis por iniciar os processos de reforma da nova Rússia pós desintegração soviética. É preciso, no entanto, entender um pouco mais a respeito do processo de desintegração soviética, compreendendo suas razões econômicas, políticas e sociais, para então poder discutir a transição liberal na Rússia na década de 1990.

²⁴ Kennan, (1946), pg 3. Tradução minha.

2.2 AS REFORMAS DE GORBATCHOV E O CONTEXTO ECONÔMICO E INSTITUCIONAL DA RÚSSIA PÓS DESINTEGRAÇÃO

No momento em que Mikhail Gorbatchov ascendeu como Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética²⁵, em março de 1985, não houveram declarações públicas sobre uma suposta crise de desintegração do bloco soviético. Por outro lado, cada vez mais reconheceu-se entre os líderes políticos do Partido Comunista as necessidades de empreender mudanças econômicas e institucionais a fim de reverter o enfraquecimento da economia observado no bloco nos últimos anos²⁶. Na bibliografia sobre o tema, encontram-se diversas razões para o arrefecimento da economia soviética, como por exemplo o esgotamento do modelo extensivo de crescimento²⁷, o pronunciável atraso tecnológico em relação ao Ocidente, a desmotivação e a degradação moral da sociedade²⁸ e o pesado fardo das despesas militares no orçamento soviético²⁹ (AGANBEGUIAN, 1988; RODRIGUES, 2006; MAZAT 2013 SEGRILLO, 2016). Ainda, somaram-se quase que automaticamente ao enfraquecimento econômico do bloco soviético, desde a década de 1970, grandes manifestações do operariado contra o poder hegemônico do Partido Comunista, como o sindicato Solidariedade na Polônia. Todos estes fatores mencionados contribuíram para o crescimento de uma grande pressão por mudanças no regime soviético em prol de uma maior liberdade econômica e política dentro do bloco.

Alguns autores como Bowker (1997) e Carrere (1991) apontam ainda o fator nacionalismo como determinante pelo progressivo enfraquecimento da coesão do bloco

²⁵ O cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética foi a posição de maior relevância dentro do bloco, acumulando a função de líder do Partido e governante de facto da URSS (ARMSTRONG, 1986)

²⁶ Entre os anos de 1981 – 1985, segundo Aganbeguian (1988) a taxa de crescimento da economia soviética teria sido zero, ou seja, um contexto econômico de estagnação. O autor revela ainda que o volume da produção industrial soviética entre 1979 e 1982 reduziu-se em 40%, e a produção agrícola, nestes anos, não chegou a patamares semelhantes aos de 1978. Neste período, a produtividade do trabalho deixou de crescer e os investimentos se tornaram ineficientes diante do contexto de crise.

²⁷ Desde os primeiros planos quinquenais na União Soviética, empregou-se o chamado modelo extensivo de crescimento, baseado na ampla mobilização dos recursos naturais e humanos os quais dispunham a URSS. Mantido no pós II Guerra Mundial, as taxas de crescimento desde modelo derivavam da incorporação de novos contingentes de mão de obra e investimentos nos meios de produção e insumos, tendo importância menor as inovações técnicas e os ganhos de eficiência (AGANBEGUIAN, 1988). Ou seja, aumentava-se o produto pelo incremento dos fatores de produção, mantendo a mesma função de produção. (RODRIGUES, 2006).

²⁸ A desmotivação da sociedade soviética advinha, segundo Rodrigues (2006) da contínua opressão e controle do Partido Comunista sobre a sociedade, a negação das liberdades democráticas e a percepção de uma burocracia privilegiada em detrimento dos esforços e sacrifícios materiais da população, que levaram os soviéticos a se afastarem do regime e se tornarem indiferentes para com suas metas.

²⁹ Esta questão gera certo grau de discordância entre a relevância do fardo militar na redução do crescimento soviético. Para Segrillo (2016), alguns autores exageram ao dizer que os gastos militares soviéticos chegaram a 30 ou 40% do PNB do país, uma vez que excluíam do cálculo e do raciocínio o transbordamento civil dos gastos militares, ou seja, a produção de mercadorias de utilização cotidiana para as pessoas provenientes de indústrias e investimentos militares.

soviético. Cobrindo 1/6 da área terrestre do globo, com uma população de 290 milhões, a União Soviética abrigou aproximadamente 130 nacionalidades em toda a extensão de seu território, as quais algumas se diferenciavam enormemente entre si nos aspectos econômicos, sociais e culturais³⁰ (BOWKER, 1997). Bremmer e Taras (1993), utilizam-se do termo instabilidade congelada para se referirem ao contexto das repressões soviéticas sobre as manifestações nacionalistas em seu território. Estas manifestações nacionalistas, no entanto, possuíam raízes psicológicas e culturais profundas e eram impossíveis de serem apagadas, constituindo uma “panela de pressão” que inevitavelmente viria a explodir em determinado momento; esta pressão elevou-se especialmente após as reformas de Mikhail Gorbachov, as quais, como será explicitado a seguir, enfraqueceram a própria centralização do Partido Comunista da União Soviética. Antes de apresentar as principais características destas reformas, que auxiliariam no processo de desintegração soviética, é necessário compreender o novo contexto econômico-social do bloco, o que facilitará o entendimento da conjuntura e política externa russa durante a presidência de Boris Iéltsin, foco deste trabalho.

A União Soviética da década de 1980 diferia em muitos aspectos da União Soviética stalinista, durante a qual, nesta, a sua população majoritariamente rural viu-se obrigada a trabalhar dentro das fábricas necessárias para o cumprimento dos Planos Quinquenais³¹, mantendo a sociedade, no entanto, uma mentalidade camponesa (RODRIGUES, 2006). Por outro lado, a URSS durante os anos 80 já podia ser considerada uma sociedade industrializada e moderna, detentora de uma população urbana de segunda geração e de nível cultural mais amplo e rico que suas gerações passadas. Na década de 1980 a URSS também já apresentava enormes áreas com infraestruturas modernas, estradas, meios de transporte integrando o território, fazendas mecanizadas, desenvolvimento tecnológico aprimorado e sobretudo escolarização; todos estes foram elementos que contribuíram para alterar o perfil social da nação. Como aponta Lewin (1988), o número de trabalhadores no setor industrial ampliou de 11 milhões antes da II Guerra Mundial, para 31 milhões em 1983 e o número de pessoas com educação universitária saltou de 1,2 milhão em 1939 para 18,5 milhões em 1984, números corroborados por Gorender (1992, apud RODRIGUES, 2006). Este novo contexto social trouxe consigo, como aponta Hobsbawn (1998), uma agitação política e cultural dentro da elite e das

³⁰ Por exemplo, se por um lado haviam as Repúblicas do Báltico, cristãs, europeias, urbanizadas e escolarizadas, por outro lado havia a região da Ásia Central, composta em sua maioria por muçulmanos camponeses, asiáticos e em sua maioria ainda vivendo em tribos (BOWKER, 1997)

³¹ Os Planos Quinquenais foram uma série de planejamentos econômicos centralizados que se iniciaram na década de 1920 na União Soviética, com elaboração e supervisão de um Comitê Estatal de Planejamento, o Gosplan. Dependendo o plano haviam vários objetivos, mas a maioria deles se concentravam no desenvolvimento de bens de capitais, bens de consumo, agricultura, infraestrutura, energia e comunicação. (ARMSTRONG, 1986).

classes médias qualificadas soviéticas, que passaram a compor a nova *intelligentsia* do país. Esta camada, a partir de então, diante do quadro de crise econômica e social soviética da década de 1980 e detentora também de conhecimento sobre o estilo de vida ocidental, passou a exercer pressões sobre a burocracia do Partido Comunista para que seus interesses materiais fossem atendidos (MANDEL, 1989). Estavam lançadas assim, as forças que embalaram a *Perestroika* e a *Glasnost*, reformas estas que podem ser consideradas respostas da burocracia soviética à desordem social e econômica do país, em uma tentativa de “reforma pelo alto”, de modo a manter o controle das mudanças por meio do Partido Comunista.

Assim, a *Perestroika* foi iniciada por Gorbatchov em 1986, intencionando reverter a queda do ritmo do crescimento econômico soviético por meio da modernização e liberalização do sistema de gestão dos recursos do Partido Comunista (MAZAT, 2013). Para tanto, Gorbatchov empreendeu uma redução dos gastos em defesa a fim de favorecer despesas com a modernização dos mecanismos produtivos da economia, atendendo também demandas sociais. Cabe o destaque, no entanto, que a intenção do Secretário Geral do Partido Comunista era um maior desenvolvimento do socialismo, e não uma introdução do capitalismo no bloco, mesmo embora a via escolhida para tanto tenha sido a redução da planificação centralizada, o emprego gradual de mecanismos de mercado na economia soviética³² e a diminuição do controle estatal sobre as empresas³³ (RODRIGUES, 2006).

Na prática, entretanto, houveram resistências de parte da burocracia soviética – a chamada *nomenklatura*³⁴ - para a realização da *Perestroika*, constituindo um dos principais obstáculos para as modernizações econômicas pretendidas por Gorbatchov, o que levou o líder da União Soviética a identificar o sistema autoritário e o *establishment* como sendo os principais inimigos das reformas. Ora, a força e o poder da *nomenklatura* emanavam justamente da

³² Aprovou-se em 19 de novembro de 1986 no XXII Congresso do Partido Comunista, uma proposta que ampliou a participação da esfera privada em alguns ramos do comércio e de serviços. Esta lei sobre o trabalho privado autorizou a atividade profissional individual na União Soviética, desde que não fossem contratados assalariados. Para Rodrigues (p. 226. 2006), esta lei foi “*uma primeira fenda aberta na estatização generalizada da atividade econômica até ali. [...] tratava-se de trazer para dentro da lei a atividade paralela de milhões de trabalhadores que já trabalhavam como autônomos*”. A partir de então, Aganbueguian (1988) afirma que os órgãos locais adquiriram maiores autonomias para regular o trabalho privado, estimulando o surgimento de trabalhadores privados como taxistas, enfermeiras e médicos.

³³ Em junho de 1987, foi aprovada a lei sobre a empresa estatal, na qual as empresas soviéticas foram submetidas a uma revisão de suas gestões: deixaram de serem guiadas por cumprimentos de metas de produção e passaram a ser avaliadas pelos lucros que incorriam e pela qualidade dos produtos produzidos. (RODRIGUES, 2006).

³⁴ Denomina-se *nomenklatura* o grupo na URSS que possuía cargos administrativos importantes na burocracia da nação, distribuindo-se em diversas áreas do governo, indústria, educação, agricultura, comunicação, etc; todos eles integravam o Partido Comunista. Para Hokenmaier (1993), a *nomenklatura* também se refere ao mecanismo pelo qual o Partido Comunista recrutava indivíduos para a composição da elite política, constituindo o principal instrumento de controle do Partido sobre a vida Soviética. Seu número era estimado aproximadamente em 4 milhões de indivíduos (RIGBY, 1990).

estabilidade de seus cargos dentro do Partido Comunista, mantendo o seu poder a partir da repressão, do controle policial e sobretudo no segredo de seus defeitos e insucessos, de modo a mascarar as suas metas econômicas não cumpridas e exigidas pelo Partido; qualquer tipo de liberalização, seja econômica ou política, possuía um alto potencial para minar o poder desta elite soviética (RIGBY, 1990). Além disso, reconverter o próprio complexo industrial militar soviético afim de aumentar a produção de bens de consumo significava também alterar negativamente os interesses da poderosa burocracia, que muitas vezes comandavam e lucravam com o setor de defesa (RODRIGUES, 2006).

A resposta de Gorbachov para este contexto veio por meio da *Glasnost*, uma reforma política iniciada em 1986 que se baseou na democratização e aumento da transparência das estruturas soviéticas, possuindo como objetivos principais a exposição dos privilégios e da corrupção da própria *nomenklatura*, de modo a desacreditá-la diante da população soviética, retirando parte de seu poder e transferindo-o à instituições e mecanismos mais populares, ainda que sob o escopo do Partido Comunista (HOKENMAIER, 1993). Para tanto, a imprensa, por exemplo, controlada durante todo período soviético, foi permitida agir de forma mais livre em um ambiente com menos receio de repressão ³⁵(SEGRILLO, 2013).

Nota-se, no entanto, que a *Perestroika* e a *Glasnost* foram responsáveis por aprofundar a polarização interna na União Soviética, opondo conservadores e reformadores radicais, entre os quais Gorbachov tentou assumir um papel de equilíbrio e atuou como fiel da balança entre os lados (RODRIGUES, 2006). Assim, se por um lado houve resistência dos conservadores contra as alterações que modificassem sua própria estabilidade e poder, sendo contra a redução do controle centralizado da economia, por outro lado, os reformistas radicais culpavam a inércia do velho sistema soviético pelo atraso tecnológico e pelos problemas econômicos do país, já que a burocracia impedia a concretização das reformas necessárias. Deste modo, Gorbachov foi acusado pelos conservadores de desestruturar o regime soviético e acusado pelos reformadores radicais de não empreender com força suficiente as devidas mudanças para alterar a decadência da nação.

O que ambos os lados concordavam era o fato de que a economia soviética desmoronava, processo auxiliado pela queda dos preços do petróleo no mercado internacional – o que reduziu as receitas soviéticas –, e pelas péssimas colheitas de cereais no país

³⁵ O exemplo mais simbólico desta nova conjuntura foram as divulgações das imagens do desastre nuclear de Chernobyl, transmitidas pela URSS com uma censura muito aquém da que o mundo costumou a observar dentro do bloco; esta transmissão também serviu como uma forma intencional de abalar ainda mais o conservadorismo da *nomenklatura* diante da opinião internacional.

(AGANBEGUIAN, 1988). Diante deste cenário, a proposta de liberalização econômica da *Perestroika* não mostrou resultados, mesmo devido à falta de estabilidade para os pequenos negócios e para as empresas. Ao final dos anos 1980, a economia da União Soviética estava emperrada nas estruturas burocráticas do país e desarticulada politicamente entre os grupos influentes existentes, resultando em uma desorganização econômica ainda maior, que gerou uma escassez de produtos e uma inflação generalizada, situação que deu origem à estocagem ilegal de produtos e fortalecimento das máfias (REIS FILHO, 1989). Politicamente, diante do caos econômico, a polarização se ampliou e Gorbachov perdeu apoio de ambos os lados, o que fez diminuir sua autoridade política e sua influência dentro do partido.

Diante do fracasso econômico das reformas e da perda do prestígio de Gorbachov na arena política, emergiu a necessidade de serem executadas reformas institucionais na União Soviética, as quais passaram a serem amplamente discutidas durante a XIX Conferência do Partido Comunista, em junho de 1988. Diante da percepção de que seu poder não mais poderia ser respaldado pelo enfraquecido Partido, Gorbachov decidiu por deslocar o *locus* de governo e a base de seu poder do Partido Comunista para o Estado e para um parlamento eleito por voto direto³⁶ (RODRIGUES, 2006). Porém, a mudança institucional não trouxe a estabilidade almejada, e a falência destas reformas sob o escopo da *Glasnost* gerou ainda mais insatisfação e caos no bloco comunista. Pelo contrário, a alteração do *locus* do Partido para o Estado enfraqueceu e dissipou de vez qualquer resquício de autoridade que o Partido Comunista retinha, criando um vácuo de poder institucional. Diante da conjuntura, era inevitável que as posições políticas se radicalizassem (REIS FILHO, 1989).

Neste sentido, a ala política conservadora do *establishment* soviético, percebendo cada vez mais o enfraquecimento de suas posições, advogaram uma restauração da centralização planejada no final da década de 1980. Já os reformistas, radicalizaram progressivamente suas retóricas pró-liberalização política e econômica do bloco aos moldes ocidentais. Este último grupo foi amplamente respaldado pelos setores mais escolarizados e urbanos da sociedade russa, bem como diretores de empresas, que visualizaram nos modernos meios de comunicação o almejado estilo de vida ocidental, percebido como de maior qualidade, mais rico e vantajoso para os negócios que o estilo de vida-político soviético (HOBSBAWN, 1998). Para este grupo,

³⁶ Nesta reforma institucional, Gorbachov propôs a eleição de um Congresso dos Deputados do Povo, os quais elegeriam um Soviet Supremo que, por voto secreto, elegeriam um presidente com plenos poderes para o país. A consequência era que, os novos deputados e o presidente eleito não precisariam prestar contas ao Partido Comunista, já que constituiriam uma nova estrutura de poder (RODRIGUES, 2006).

o Partido não era tão relevante; o fundamental era manter a rentabilidade e a liberdade de seus negócios que foram permitidas em pequena escala após as reformas econômicas e políticas de Gorbatchov. Assim, quanto mais a vida política soviética polarizava-se no final da década de 1980, menos apoio Gorbatchov angariava entre os lados, uma vez que tentava atuar como fiel da balança entre os polos.

Em concomitância com a perda de apoio que Gorbatchov sofreu, elevou-se o prestígio de Boris Iéltsin, eleito com uma maciça votação para a presidência da República Soviética da Rússia em maio de 1990, respaldado por um discurso radical contra o partido comunista, a burocracia e o velho sistema (RODRIGUES, 2006). O apoio ao seu discurso originou-se especialmente da classe média e dos donos de negócios anteriormente mencionados, grupos os quais forneceriam o programa, a base social e os quadros para uma nova reforma capitalista. Atentando-se à esta força social em ascendência, Hobsbawn (1998) descreve que a rapidez da implantação e execução do discurso liberal nas ex-repúblicas soviéticas se justificaram a partir da pré-existência de forças pró-capitalistas que existiam na sociedade soviética, desenvolvidas já há algum tempo mas que só se manifestaram com maior força após o vácuo de poder e perda de autoridade do Estado Soviético, do Partido Comunista e de Gorbatchov. O historiador britânico menciona ainda que os dirigentes das empresas e organismos soviéticos não possuíam consigo a ideologia comunista há algum tempo; tais dirigentes tornaram-se burocratas que se comportavam como capitalistas, buscando privilégios e vantagens materiais em vez de igualdade e justiça. Assim que houvesse uma oportunidade para assumirem de fato a posse das empresas soviéticas as quais dirigiam, o fariam³⁷(HOBSBAWN, 1998).

Com o enfraquecimento do Partido Comunista, também emergiram as grandes mobilizações nacionalistas, especialmente a partir de 1988 nas repúblicas bálticas. Em 1990 já atingiriam a Moldova e o Uzbequistão, e um mês depois, em julho, os parlamentos da Ucrânia e Belarus também declararam sua independência da União. O esvaziamento definitivo da URSS se deu justamente quando a Rússia, que representava 70% do bloco soviético nos aspectos populacional, territorial e econômico, declarou sua independência (RODRIGUES, 2006). O parlamento russo, então, elegeu Iéltsin como presidente em maio de 1990, proclamando sua soberania e alçando Iéltsin à uma posição estratégica de enorme influência; em junho de 1991,

³⁷ É necessário atentar, neste momento, a mudança de lado dos *establishments* comunistas regionais que, diante da frente democrática nacionalista liberal do final da década de 1980, movimento este cada vez mais capitaneado por Iéltsin, visualizaram que poderiam manter suas influências econômico-políticas caso apoiassem os grupos reformistas. Deste modo, conseguiram manter-se no poder após a dissolução da União Soviética, assumindo os processos de privatização das empresas soviéticas em suas regiões (HOKENMAIER, 1993).

através de eleições baseadas no sufrágio universal, Iéltsin foi escolhido presidente da Federação da Rússia, utilizando agora seu prestígio e legitimidade para romper de vez com o aparato da URSS.³⁸

Diante do desafio de lidar com a onda de movimentos nacionalistas, Gorbatchov, já em 1990, abandonou sua posição de fiel da balança e definitivamente guinou seu apoio à ala conservadora, rejeitando publicamente o extremismo dos reformistas. Após as intensas negociações entre reformistas e conservadores na virada da década de 80 para a década de 90, elaborou-se um novo tratado da nova União, publicado em agosto de 1991. Apesar de sua imprecisão quanto à definição da posse de impostos, empresas, recursos naturais e nucleares, este tratado inutilizou centenas de órgãos da burocracia comunista, que até então sustentavam os privilégios e o poder da *nomenklatura*. Os conservadores, se voltando contra os reformistas e agora contra o próprio Gorbatchov, o qual julgavam inapto e ineficiente, ainda tentavam empreender medidas para retroceder a iminente dissolução do bloco. Assim, em 19 de agosto de 1991, os conservadores iniciaram um golpe de retrocesso, o qual, no entanto, falhou, pois nem mais as tropas enviadas pelos golpistas para cercar o Parlamento russo respondiam ao aparato comunista. Com o golpe esvaziado, ficou claro que o aparato comunista já não possuía autoridade para governar o bloco, sendo atropelado pelas transformações sociais, tecnológicas e informacionais da democratização. (RODRIGUES, 2006)

Gorbatchov ainda tentou permanecer na cena política, mas já não possuía respaldo para tanto. Iéltsin, por sua vez, no dia 22 de dezembro, dissolveu o Partido Comunista da União Soviética, fechando suas sedes e confiscando seus bens, o que tornou o novo presidente russo um herói nacional para as classes médias e para os reformistas. Ainda, em uma reunião realizada em Minsk, no dia 9 de dezembro, os novos presidentes da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, selaram acordo que declarava a extinção da URSS, anunciando também a formação da Comunidade de Estados Independentes, a CEI, aberta à entrada de ex-repúblicas soviéticas. Iéltsin, tomou posse do Kremlin, do Ministério das Relações Exteriores e das representações diplomáticas da ex-URSS. O caminho, a partir de agora, ficava livre para os reformistas neoliberais governarem a Rússia. Já na noite de 25 de dezembro de 1991, Gorbatchov, em um pronunciamento transmitido pela televisão, renunciou à presidência da URSS, um país que já não existia mais.

³⁸ Medidas simbólicas deste esvaziamento foram as declarações de que os impostos arrecadados na república bem como seus recursos naturais pertenciam à Rússia e não à União. (RODRIGUES, 2006)

3 BORIS IÉLTSIN E ANDREY KOZYREV: DA COOPERAÇÃO À INSATISFAÇÃO COM O OCIDENTE (1992 – 1996)

No campo das Relações Internacionais, a desintegração da União Soviética trouxe consigo o questionamento sobre como se constituiriam as relações entre o Ocidente e a Rússia no final do século XX. A conduta de política externa pró ocidente tomada a cabo por Gorbatchov instigou os pensadores a crerem no progressivo aprofundamento dos laços entre as duas regiões do globo, os quais impactariam consequentemente na redução de hostilidades, na ampliação dos acordos econômicos e na redução dos arsenais nucleares (ROBERTS, 2004). Os primeiros passos políticos de Iéltsin como presidente da Federação Russa indicavam que este pensamento parecia ser o que melhor definia os rumos das relações entre o país herdeiro soviético e o Ocidente. Boris Iéltsin ganhou, a princípio, um apoio incondicional dos Estados Unidos e do Ocidente para atingir seus objetivos de liberalização econômica e transição democrática na Rússia, e visando justamente obter este apoio, o governo russo adotou um discurso e promoveu uma identidade civilizacional pró-ocidentais, como será explicitado neste capítulo.

No entanto, esta relação de cooperação da Rússia com o Ocidente passou a sofrer progressivamente maiores resistências e discordâncias dentro da sociedade russa. Diante dos desafios domésticos e externos, os quais serão descritos na sequência deste trabalho, o governo Iéltsin se viu constrangido a rebalancear sua política externa de modo a readequá-la aos interesses nacionais da Rússia, interesses estes que não eram claro nem estavam definidos após a dissolução da União Soviética. Iéltsin também se viu constrangido a redesenhar seu discurso identitário inicial pró-ocidente, de modo a readequá-lo com uma política externa mais pragmática, simbolizada especialmente com a substituição de Andrei Kozyrev por Yevgeny Primakov para o cargo de Ministro das Relações Exteriores em 1996 (SEGRILLO, 2016)

A política externa que se iniciou com Gorbatchov e foi sustentada inicialmente por Iéltsin como uma cooperação incondicional da Rússia com o Ocidente e os Estados Unidos, em pouco tempo se transformou em um ressentimento russo fruto da percepção de ter seu papel reduzido na participação das definições dos assuntos políticos e securitários da Europa, região que, como já demonstramos no capítulo 2, é geopoliticamente e historicamente relevante para a Rússia. Essa mudança de pensamento também foi agravada por uma crise de identidade após a desintegração da URSS, não havendo uma definição coletiva sobre o que era a Rússia e quem eram os russos (ENGLISH, 2000).

Neste sentido, seguindo um padrão social histórico de divisão identitária russa já apresentado no trabalho, evidenciam-se dois grupos societários que merecem destaque no tocante à definição de identidade e política externa que julgavam serem a melhor para a Rússia na década de 90. O primeiro grupo, composto pelos liberais ocidentalizantes, pregavam à Rússia a construção de uma sociedade democrática, governada por forças do mercado e associadas com a democracia ocidental, com a qual o país deveria se integrar e cooperar; seria esta a visão entusiasticamente encabeçada por Iéltsin e Kozyrev no início de seu mandato. O grupo liberal ocidentalizante, segundo Roberts (2004), não era o mais numeroso, porém dispunha de uma posição hierárquica de prestígio dentro das instituições, que os permitiam definir o tom dos discursos oficiais do país. Entre suas principais pautas estavam a construção de melhores relações com o Ocidente, a adesão às instituições ocidentais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Grupo dos Sete (G7) (ROBERTS, 2004). Esta agenda pró-ocidental progressivamente deixou de corresponder aos anseios dos próprios russos e suas definições do que seriam os interesses nacionais da Rússia (TSYGANKOV, 2016; SEGRILLO, 2016).

A participação ocidental muito aquém do apoio que a Rússia esperava à estruturação de seu novo sistema democrático-capitalista, bem como o constante isolamento político da Rússia promovido pelo Ocidente no tocante à definição de políticas securitárias para a Europa, promoveu a ascensão de um grupo político de cunho mais pragmático que o anterior. Via-se cada vez mais que os interesses nacionais da Rússia, apesar de ainda dependerem de uma maior integração com o Ocidente, necessitavam também de uma diversificação de parceiros comerciais (DONALDSON, 2009). Este segundo grupo, pode ser definido como “anti-ocidentalistas pragmáticos”, caracterizados pela adesão à “Doutrina Primakov”, explicada a seguir (ROBERTS, 2004).

Estes defendiam que, para a Rússia atingir seu objetivo de alcançar um status de grande potência novamente, os Estados Unidos não poderiam continuar atuando como uma força sistêmica unipolar. Desse modo, defendiam o fortalecimento doméstico da Rússia, por meio do desenvolvimento da economia e do poder militar da nação, ao mesmo tempo que pregavam um enfraquecimento da OTAN e o impedimento de sua expansão ao leste, bem como uma intensificação das relações com forças tradicionalmente opostas aos Estados Unidos, como o Irã, Iraque, a Coreia do Norte e a China (ROBERTS, 2004). Ao mesmo tempo, no entanto, este grupo carregava consigo um pensamento pragmático de que a Rússia não poderia abrir mão de

suas relações com o Ocidente e com os Estados Unidos, pois estas relações eram importantes para o desenvolvimento econômico e militar do país.

Como dito anteriormente, neste período, a Rússia perdeu um sexto de seu território e viu sua economia encolhida em 50%, resultando também em uma redução drástica de suas forças e capacidades ofensivas (TSYGANKOV, 2016); de fato, este retrocesso econômico e político levou a Rússia a perder seu *status* de superpotência, sendo que, este *status* era buscado por ambos os grupos – liberais e os anti-ocidentalistas pragmáticos - na arena internacional (ARBATOV, 1993). Neste contexto, o presidente Boris Iéltsin teve de lidar com o desafio de balancear o desejo da Rússia de reconquistar o seu status de grande potência no sistema internacional com a necessidade de se integrar ao Ocidente liderado por um Estados Unidos que agia cada vez mais como uma força unipolar no globo (MASTANDUNO, 1997).

Assim, neste trabalho, o governo Iéltsin foi dividido em dois períodos, de acordo com o padrão seguido por sua construção de identidade e execução de política externa. A primeira fase (1992 – 1995) se caracterizou pela busca de um total alinhamento com o ocidente, caracterizada pelas políticas ocidentais-integracionistas de Iéltsin e Kozyrev, na qual o governo intencionou a integração à qualquer custo. A segunda fase (1996 – 1998) consistiu em uma resposta de Iéltsin para a pressão cada vez maior dos anti ocidentalistas pragmáticos no parlamento. Nesta fase, Andrei Kozyrev foi substituído por Yevgeny Primakov como Ministro das Relações Exteriores (MRE), defendendo mais enfaticamente os interesses geopolíticos russos no continente.

É preciso entender a década de 90 na Rússia como um período de construção e reconstrução rápida e progressiva de identidade e interesse nacional. As divisões das duas fases foram realizadas puramente por questões organizativas, tendo como marco divisório a entrada de Primakov como MRE da Rússia. Não se deve confundir sua admissão como um ponto de virada na política externa russa, mas sim, deve-se entendê-la como consequência de um movimento político gradual de definição de um interesse tipicamente nacional, originado da incoerência de um caráter ocidentalista de política externa e identidade do país, com a realidade dos constrangimentos externos geopolíticos que levaram à emergir pressões externas e domésticas pressionando por mudanças da conduta ocidentalista. No decorrer deste capítulo é tratado sobre a primeira fase do Governo Iéltsin (1992 – 1995), e servirá para identificar os principais eixos de integração buscados pela Rússia com o Ocidente, bem como o surgimento dos principais entraves para a concretização desta parceria aos moldes que a Rússia desejava.

3.1 A POLÍTICA EXTERNA OCIDENTALISTA RUSSA: OS 4 EIXOS DE INTEGRAÇÃO COM O OCIDENTE

Antes de tratar sobre o assunto principal deste capítulo, ou seja, a política externa russa nos primeiros anos da década de 90, é necessário destacar um elemento doméstico russo que foi responsável por uma ampla repercussão na definição da conduta internacional da Rússia no período. A transição do sistema soviético unipartidário para a transição à um sistema democrático russo pluripartidário não foi marcado por uma ruptura de grandes proporções com as estruturas políticas antigas soviéticas (HELLMAN, 1998). Na realidade, a transição foi dificultada enormemente pela resistência da antiga *nomenklatura* soviética, cuja enorme influência em empresas, indústrias, negócios e redes administrativas tornou inevitável que a coalizão liberal Iéltsin – Kozyrev os incluíssem no novo sistema político russo, uma vez que tal burocracia ex-soviética possuía poderes o suficiente para impedir quaisquer reformas empreendidas pela nova coalizão liberal (BOYCKO, 1997). Como consequência, algumas das velhas instituições russas não foram substituídas, mas sim complementadas por novas, gerando uma reforma política incompleta, a qual, em pouco tempo, oporia interesses dos reformadores liberais com os interesses dos conservadores da ex-*nomenklatura* (KASTNER, 2008).

Assim, no tocante à política externa, os primeiros anos do governo Iéltsin foram caracterizados pela execução de políticas pró-ocidentais e pela priorização de uma parceria estratégica com os Estados Unidos. Diante das grandes perdas, especialmente econômicas, as quais a Rússia incorreu após a desintegração soviética, não era de se espantar que o país se voltasse mais uma vez ao Ocidente para buscar uma reestruturação de sua economia. Neste sentido, o presidente Boris Iéltsin e o Ministro de Relações Exteriores Andrei Kozyrev, seguindo o pensamento ocidentalista histórico russo, olharam para o Ocidente como uma plataforma de modernização para o país, assim como Pedro, o Grande e Catarina, a Grande o fizeram. Para Andrei Kozyrev (1995, apud TSYGANKOV, 2016 p. 61) a dissolução soviética era a oportunidade para “a Rússia assumir sua verdadeira identidade” e “alcançar o verdadeiro desenvolvimento”¹ (KOZYREV, 1995, apud TSYGANKOV, 2016 p. 62) a partir da emulação das instituições democráticas ocidentais em seu território, adentrando em uma parceria “natural e orgânica” com o Ocidente. Esta identidade ocidental intrínseca russa, segundo Kozyrev, teria sido usurpada durante o período soviético, décadas nas quais Moscou “agiu contra sua verdadeira identidade e seus interesses nacionais, tendo a oportunidade agora de voltar a ser uma nação tipicamente ocidental” (KOZYREV, 1995, apud TSYGANKOV, 2016 p. 61, tradução minha). Já o presidente Bóris Iéltsin, em seu discurso no Conselho de Segurança da

ONU em 1992, declarou que a Rússia “considera os EUA e os outros países ocidentais não somente como parceiros, mas, também, como aliados” (FAWN, 2003, p. 13).

Neste sentido, o que se pode depreender a princípio, é que a política externa da Rússia durante o Governo Iéltsin – Kozyrev seguiu a concepção de que os interesses nacionais da Rússia e dos países ocidentais eram os mesmos. No entanto, sempre é preciso levar em conta o destaque de que, a despeito do alinhamento ao ocidente, os líderes políticos russos não abriam mão de serem reconhecidos como uma grande potência pelo ocidente. Este pensamento é registrado por Andrei Kozyrev, em artigo intitulado “Estratégia para Parceria”, escrito à um jornal de política internacional russo, em 1992:

É de crucial importância, para a Rússia e para o Ocidente, promover valores democráticos comuns. Além disso, os interesses nacionais das duas regiões do globo não apenas não estão mais em conflito, como também são complementares em relação à um grande número de questões internacionais. [...] É crucial, no entanto, que as forças políticas defendam uma Rússia forte, independente e próspera. Isto significa que a política do Kremlin em relação ao ocidente, e a política executada pelo ocidente em relação à Rússia, apenas pode ser eficiente e confiável se houver o reconhecimento de uma equidade nas relações, bem como o reconhecimento do *status* da Rússia como uma grande potência global (KOZYREV, 1992 Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005 p. 194 tradução minha).

Nesse sentido, não é exagero dizer que, a despeito das políticas pró-ocidentais que a Rússia empreendeu nos primeiros anos do governo Iéltsin-Kozyrev, como será visto adiante, os políticos russos sempre estiveram atentos a grandeza histórica e geopolítica do país. A busca do “*status* da Rússia como uma grande potência global” neste sentido, era um objetivo a ser buscado nas relações do Kremlin com o ocidente na década de 1990, e muito se assemelhava à experiência histórica ocidentalizante de Pedro, o Grande. Continua o Ministro das Relações Exteriores:

Seria um autoengano para todos caso eles [ocidentais] acreditarem que podem estabelecer uma parceria desigual ou do tipo paternalista com a Rússia. [...] Primeiramente, a Rússia é destinada a ser uma grande potência. Ela emergiu como um grande poder de todos os cataclismas históricos que vivenciou. Sem dúvidas emergirá novamente como grande potência após a superação desta crise [...] utilizaremos a experiência ocidental, assim como os reformadores da época de Pedro, o Grande, o fizeram, mas estaremos atentos o quanto produtivo será esta conduta. (KOZYREV, 1992, p 197, tradução minha)

Estando atento a este duplo movimento, ou seja, o de ocidentalização e a busca de reconhecimento externo da Rússia como uma grande potência, segue-se a descrição das principais condutas políticas de Moscou nos primeiros anos do governo Iéltsin – Kozyrev. Neste sentido, no âmbito da política externa, Rússia e Estados Unidos concretizaram diversos tratados de cooperação, os quais envolveram acesso de mercados russos por parte de empresas norte

americanas e auxílio de capital dos Estados Unidos para a reestruturação da economia russa (EL PAIS, 1993). Para tanto, o governo russo buscou uma aproximação com o ocidente a partir de quatro eixos: o econômico, o institucional, o securitário e o identitário, os quais devem ser pensados e estudados conjuntamente, como parte de um mesmo plano cujo objetivo final é o desenvolvimento e modernização da Rússia e o seu reconhecimento internacional como uma grande potência ocidental. Assim, estes quatro eixos foram respaldados pelos discursos do presidente Boris Iéltsin e do Ministro das Relações Exteriores Andrei Kozyrev, que necessitavam aproximar a identidade russa do Ocidente para justificarem seus planos políticos. Discutiremos os quatro eixos, iniciando pelo econômico.

Inspirado no Programa dos 500 dias³⁹, o governo Iéltsin objetivou uma transição acelerada da Rússia para uma economia de mercado, tentando diluir qualquer resquício de centralização das tomadas de decisões econômicas herdadas do período soviético; o liberalismo, para Andrei Kozyrev, deveria ser a base do interesse nacional russo (1995, apud TSYGANKOV, 2016 p. 61). Foi executada, assim, a liberalização total de preços por meio de uma “Terapia de Choque”, uma reforma liberalizante teoricamente rápida, efetiva e irreversível, implementada logo no início de 1992 (STIGLITZ, 2002). Apesar da política econômica alcançar seu objetivo de eliminar o excesso de demanda na economia do país, por outro lado, instigou um processo de inflação que auxiliou na desestabilização da situação econômica da nação⁴⁰, gerando insatisfações sociais consideráveis contra o Governo (DREBENTSOV & OFER, 1999).

Neste ponto, é necessário salientar uma questão institucional doméstica importante para a compreensão da conjuntura russa, que diz respeito à relativa fraqueza do novo governo em lidar com a estabilização macroeconômica do país (KASTNER, 2008). Se no período soviético os mecanismos de controle da economia estavam sob tutela do Partido Comunista, com a sua dissolução, o governo também deixou de exercer influência em grande parte destes mecanismos. Como dito anteriormente, aproximadamente 25 mil empresas passaram a ser controladas por agentes da ex *nomenklatura*, já que os diretores privatizaram muitas das empresas estatais soviéticas (MCFAUL, 1995). Estes diretores, por sua vez, não possuíam interesse no apoio às reformas econômicas da coalizão liberal, reformas as quais poderiam

³⁹ O Plano dos 500 Dias foi proposto pelo economista Grigori Yavlinski, intencionando superar a crise econômica da União Soviética, às vésperas de sua dissolução. Seus principais pontos passavam pela liberalização dos preços, desnacionalização da economia e unificação cambial das repúblicas soviéticas. Tal plano foi rechaçado pelo Soviete Supremo da URSS, por ser demasiado liberal (COLIN, 2007).

⁴⁰ Segundo dados de Drebensov e Ofer (1999), a inflação na economia russa, tendo por referência o ano de 1991, foi de 26% em 1992, 245% em 1993, 785% em 1994 e 1806% em 1995, quando passaria a desacelerar a partir de então.

eventualmente levar à reestruturação ou falência de seus negócios dada a perda de competitividade gerada pela liberalização; por outro lado, sem o apoio destes diretores, que controlavam boa parte da produção e do capital russo, era impossível realizar as reformas pretendidas. Desse modo, segundo Kastner (2008) o governo Iéltsin ficou refém domesticamente destes grupos econômicos, dispendendo grande parte da energia de seu governo para a consolidação de coalizões afim de angariar apoio às suas reformas liberais. Apesar de, a curto prazo a liberalização dos preços beneficiar tais grupos, especialmente os industrialistas e agropecuários exportadores, bem como os bancos privados russos⁴¹, já no final de 1992 estes diretores, apoiados pelo enriquecimento de seus negócios, se lançaram como políticos, transformando gradualmente o parlamento russo em uma casa anti-reformista. Este contexto, que trará como consequência a consolidação de um grupo coeso de oposição às políticas liberais ocidentalizantes do governo Iéltsin – Kozyrev, será explorado no próximo subcapítulo.

Com os recursos institucionais os quais dispunha, o governo Iéltsin – Kozyrev promoveu a liberalização também à nível externo, de modo a colocar fim às quotas de importações executadas no período soviético. Como consequência, houve uma intensa entrada de produtos estrangeiros na economia nacional (MAZAT, 2013). Do mesmo modo, a reestruturação do mercado financeiro consistiu em uma importante ferramenta do governo Iéltsin para a atração de capital internacional, estes necessários para o financiamento das reformas pretendidas por Moscou. No entanto, o plano econômico fracassou, e em vez de haver uma atração de capitais, houve uma fuga destes devido às próprias instabilidades da economia russa. A alta dos juros a qual o governo submeteu a economia para a atração do capital estrangeiro também não foi efetiva, sendo que os capitais que chegaram eram em sua maior parte especulativos, e não produtivos. Por sua vez, a política econômica contracionista⁴² levou à uma queda nos investimentos, atingindo duramente o setor de defesa, um dos ramos mais dinâmicos da economia russa até então, o qual empregava uma grande parcela dos trabalhadores do país⁴³ (SEGRILLO, 2016). As indústrias não exportadoras, em geral, também foram duramente atingidas pelo processo de liberalização econômica, uma vez que havia uma menor

⁴¹ Estes se beneficiaram com a desvalorização do rublo e por meio da hiperinflação.

⁴² Os gastos estatais russos representaram apenas 46% em 1995 dos gastos do governo executados em 1991, segundo dados trazidos por Kotz & Weir (2007).

⁴³ Se em 1988, como aponta Mazat (2013), os gastos militares representavam aproximadamente 16% do PIB russo, este número cairia para a casa dos 4% em 1995, impactando diretamente na geração de emprego e renda. Sob esses aspectos, torna-se compreensível a grande redução do PIB russo no período: segundo dados do Banco Mundial (2018), o Produto da Federação Rússia cairia de 517 bilhões de dólares, em 1991, para 391 bilhões em 1997.

demanda nacional e uma perda de competitividade das empresas nacionais em relação às empresas estrangeiras, levando a um processo de reprimarização da economia russa. Completando o quadro, o desemprego se encontrou em níveis elevados, bem como ampliou-se a desigualdade social, configurando uma conjuntura de total vulnerabilidade da Rússia a qualquer choque externo (MAZAT, 2013).

Para os novos líderes russos, a superação deste quadro de instabilidade econômica apenas poderia ser superada a partir de um alinhamento total da Rússia com o Ocidente. As reformas radicais que a coalizão ocidentalista previa para a Rússia, em 1992, deveriam segundo seus idealizadores mostrarem resultados em 2 ou 3 anos; a partir de 10 anos, o país russo já deveria possuir um Produto Interno Bruto (PIB) e prestígio semelhante aos de países como Alemanha, França e Estados Unidos (TSYGANKOV, 2016). Cabe o destaque de que esta coalizão liberal também era composta pelos ex-integrantes da antiga *nomenklatura*, os quais esperavam que tais reformas os tornassem de fato a classe capitalista empreendedora na Rússia (SEGRILLO, 2016).

No âmbito comercial, o governo russo ampliou suas relações com os países membros da OCDE, ao mesmo tempo em que negociou redução de tarifas com a União Europeia e Estados Unidos (BOWKER, 1997). Após a desintegração do Conselho para Assistência Econômica Mútua⁴⁴ (COMECON), houve também uma drástica reorientação comercial da Rússia, cujo eixo principal deixou de ser a Europa Oriental, em 1993, e passou a ser a Europa Ocidental (BOWKER, 1997). Destaca-se, aqui, outra consequência geopolítica desta política externa ocidentalista: ao mesmo tempo que a Rússia reduzia suas relações comerciais com a Europa Oriental, os países da Europa Ocidental ampliavam suas influências econômicas e políticas sobre tais nações ex-soviéticas, aproveitando-se do vácuo de poder deixado pela Rússia na região. Tal contexto constrangia ainda mais a influência histórica russa em seu exterior próximo, passando a desagradar progressivamente os exportadores russos que dependiam destas relações para os lucros de seus negócios (BOWKER, 1997).

A integração russa com o Ocidente no âmbito econômico se complementou com a intenção do governo Iéltsin de vincular o país às instituições ocidentais, o segundo eixo a ser destacado. Já em junho de 1992, a Rússia adentrou no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, instituições as quais os russos viam como essenciais para a consolidação de

⁴⁴ O COMECON, fundado em 1949 e extinguido em 1991, foi uma iniciativa que intencionou a integração econômica dos países do leste europeu, em uma resposta ao Plano Marshall americano para a Europa. Foi composto inicialmente pela União Soviética, Alemanha Oriental, Polônia, Bulgária, Hungria, Romênia e Tchecoslováquia (TSYGANKOV, 2013).

uma economia de mercado no país (TSYGANKOV, 2016). O novo governo não apenas esperava empréstimos financeiros para a reestruturação da dívida nacional, mas almejava uma maciça entrada de investimentos ocidentais privados no país (DONALDSON, 2009). Este posicionamento ficou claro durante a cúpula do G7 de 1992, em Munique, na qual Iéltsin afirmou que o auxílio de 24 bilhões de dólares do FMI à Rússia não era o suficiente para a reestruturação da economia do país; segundo ele, era preciso muitas centenas de bilhões de dólares para a execução das reformas na nação⁴⁵ (INDEPENDENT, 1992). Ao mesmo tempo, o ministro de relações exteriores russo, Andrei Kozyrev defendeu a fundação de um fundo para a atração de capitais ocidentais destinados a financiar pequenos e médios negócios russos, criando também estímulos para as exportações do país (TSYGANKOV, 2016). Para Tsygankov (2016) está implícito neste pensamento a expectativa russa de um plano econômico de auxílio aos moldes do Plano Marshall executado pelos Estados Unidos à Europa no período pós II Guerra Mundial.

No tocante ao eixo securitário, o governo Iéltsin até a metade de 1993 procurou apoiar a agenda de segurança internacional do Ocidente, a fim de angariar apoio ocidental aos seus projetos institucionais e econômicos. Para tanto, políticos e burocratas russos trabalharam para obter plena associação às instituições de segurança europeias, inclusive a própria OTAN, iniciando sua adesão ao Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, criado em 1991, com o objetivo de iniciar uma proposta pan-europeia de segurança do continente. Além disso, procurava-se também a elaboração conjunta de forças de paz, a partir de instituições europeias, para a resolução de conflitos étnicos no exterior próximo russo. Para Andrei Kozyrev, em um artigo na revista *NATO Review*, “a tarefa estratégica de nossa parceria [com o ocidente] é erradicar conflitos regionais em várias partes do continente. É essencial atingir eficiência no uso da força nestes conflitos.” (KOZYREV, 1993 apud GORSKII, 2001 p. 13). Esta integração securitária tinha 2 principais objetivos na Rússia: evitar a expansão da OTAN e apoiar uma transformação estrutural do bloco, delineando direitos e deveres dos novos membros, destacando a necessidade do bloco se comprometer a levar em conta os interesses de todas as partes envolvidas, incluindo a Rússia.

Este apoio incondicional à agenda securitária ocidental visualizou-se, por exemplo, na não objeção inicial por parte do governo russo ao processo de expansão da OTAN ao leste europeu e no apoio inicial russo ao Ocidente sobre a condenação dos sérvios devido a

⁴⁵ Meses depois a Rússia conseguiu negociar um programa de assistência a partir do G7, no valor de 43 bilhões de dólares (TSYGANKOV, 2013).

perseguição dos muçulmanos na Bósnia, o que gerou surpresa da comunidade internacional devido à sensibilidade histórica russa com a região do Balcãs (TSYGANKOV, 2016). Neste sentido, a Rússia apoiou as sanções econômicas contra a Iugoslávia e sua suspensão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), bem como não se opôs às resoluções da ONU autorizando o uso da força contra o país balcânico (SEGRILLO, 2016).

Do mesmo modo, o governo Iéltsin aderiu à agenda de controle de armamentos do Ocidente, reduzindo pela metade seus arsenais estratégicos nucleares e desfazendo-se de seus mísseis balísticos intercontinentais munidos de múltiplos veículos de reentrada, cujos acordos ficaram conhecidos como START II (ROBERTS, 2004). Esta última questão rendeu forte oposição doméstica, a qual julgava os tratados firmados como desvantajosos para a Rússia, uma vez que os Estados Unidos permaneciam com um forte arsenal semelhante lançados a partir de submarinos (TSYGANKOV, 2016). Ademais, visando a rápida integração ao ocidente, a Rússia limitou a venda de armas aos seus ex-aliados soviéticos, especialmente ao Irã, abandonando mercados lucrativos e contratos bilionários que geraram insatisfação dos empresários russos ligados ao setor bélico (LIEVEN, 1995). Em um outro sinal de apoio à agenda securitária ocidental, o Ministro das Relações Exteriores russo, Andrei Kozyrev, apoiou o bombardeio norte americano ao Iraque, apoiando também as sanções das Nações Unidas contra o país (KANET; KOZHEMIKIN, 1997).

Outro tema securitário relevante foi o entendimento por parte dos russos de que a OTAN deixaria de existir após a dissolução do Pacto de Varsóvia.⁴⁶ Assim, Andrei Kozyrev acreditou que arranjos securitários mais inclusivos seriam utilizados como substituição, com por exemplo o aprimoramento da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)⁴⁷, na qual a Rússia dispunha de direito de voto nas principais questões, ou mesmo a fundação de uma nova instituição securitária Pan-Europeia, como defendia o Ministro de Relações Exteriores Russo (KOZYREV, 1993). Até então, Kozyrev não acreditava na possibilidade de uma expansão da OTAN para o leste europeu, já que, a adesão russa ao Conselho de Cooperação do Atlântico Norte ⁴⁸em 1991 e a inclusão da Parceria para a Paz⁴⁹, em 1994, davam a percepção de que os russos seriam integrados nas questões securitárias da Europa (BOWKER, 1997).

⁴⁶ O Pacto de Varsóvia consistiu em uma aliança militar, consolidada em 1955 entre a União Soviética e os países socialistas do Leste Europeus. O Pacto previa um compromisso de ajuda mútua em caso de eventuais agressões militares, em uma contraposição direta à formulação da OTAN (TSYGANKOV, 2013).

⁴⁷ A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa é uma organização que objetiva a promoção do liberalismo econômico e da democracia na Europa (SEGRILLO, 2016).

⁴⁸ Após a queda do Muro de Berlim e a dissolução do Pacto de Varsóvia, foi criado o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, com sede na OTAN. A intenção do fórum visou criar um espaço de debate e promoção de assuntos securitários, alocando membros da OTAN e ex-repúblicas soviéticas.

Cabe o destaque de que, além das reformas econômicas e da adesão às instituições ocidentais e sua agenda securitária, a coalizão ocidentalista que tomou o poder na nova Rússia do final do século XX também pregou um relativo desengajamento de seu exterior próximo (SEGRILLO, 2016). Isto pois, a princípio as novas nações fronteiriças da Rússia passaram a serem vistas pela coalizão liberal como um destino de recursos financeiros desperdiçados pelos russos, já que os retornos econômicos eram muito baixos e os retornos de influência política não eram mais prioridade para este novo governo. No tocante à questão securitária, a coalizão liberal da Rússia previa o abandono e a retirada das tropas russas destas regiões, terceirizando a assistência à resolução de conflitos destes países para organizações internacionais como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (TSYGANKOV, 2016).

Isto pois o ocidentalismo do novo governo russo trabalhou com a dinâmica de soma zero em relação à sua política externa: mais relações com o ocidente significavam menos relações com a Ásia e exterior próximo. O Oriente, neste sentido, era associado ao atraso e ao autoritarismo diante da prosperidade e da democracia intrínseca do Ocidente. Para Evgeny Bazhanov (1995, apud TSYGANKOV, 2016. P. 77), político e diplomata russo influente no governo Iéltsin, a Rússia deveria “se afastar de suas tradições asiáticas despóticas e guiar-se ao campo democrático ocidental” . Assim, a conduta ocidentalista russa, a princípio, buscou o desengajamento em relação às ex repúblicas soviéticas, seja no âmbito econômico, político, securitário e identitário.

Economicamente, o governo Iéltsin-Kozyrev se apoiou no discurso de que a Rússia, por ser a nação mais rica e próspera da região, carregava consigo o fardo de subsidiar seu exterior próximo, vendendo recursos energéticos, commodities e materiais bélicos a custos menores do que os praticados no mercado internacional (SEGRILLO, 2016). Esta condição acabava por deteriorar as capacidades econômicas da Rússia, e a única forma de acabar com este fardo era encerrar a tutela russa para com as ex repúblicas soviéticas, como afirmou o presidente Bóris Iéltsin diante do Congresso Russo em 1992 (KOTZ; WEIR, 1996). A justificativa intelectual para provocar o afastamento étnico dos russos afim de romper a intensidade das relações econômicas com seu exterior próximo foi a partir da distinção da identidade civil nacional russa (*rossiyskaya*) da identidade étnica russa (*russkaya*) (TOLZ, 2001). A intenção do governo era realizar um movimento totalmente oposto ao de Nicolau I após a Guerra da Crimeia, que, como demonstrado no capítulo anterior, se utilizou da identidade eslava e do ortodoxismo para promover a união dos povos eslavos e seu isolamento em relação ao ocidente. O governo Iéltsin executou um movimento inverso, a fim de afastar os russos da identidade eslava e

consequentemente justificar seu desengajamento em relação a seu exterior próximo, em uma tentativa de livrar-se da responsabilidade de tutela desta região.

Neste sentido, a própria criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), bloco econômico-político criado por Iéltsin, intencionava sobretudo completar a separação das ex repúblicas soviéticas da Rússia, e não realizar uma integração baseada em um modelo distinto de cooperação; para o novo ministério de relações exteriores da Rússia era muito mais benéfico se integrar ao G7 do que à CEI (ZAGORSKI, 1992 apud TSYGANKOV, 2016 p. 82). Agindo de acordo com a proposta de afastamento em relação ao seu exterior próximo, a Rússia também empreendeu a sua retirada da zona do rublo e o encerramento do fornecimento da moeda para as ex repúblicas soviéticas, elevando também as barreiras comerciais em relação ao seu exterior próximo (KASTNER, 2008).

No tocante à questão securitária, o analista russo Alexander Pikayev (1996) resume a nova conduta da Rússia em relação ao seu exterior próximo a partir de três eixos: retirada das tropas russas das ex-repúblicas soviéticas; indiferença do governo Iéltsin às tendências separatistas destas regiões e a formulação de convites à países e blocos ocidentais, como a OTAN, para a participação e mediação da resolução de conflitos armados e separatistas em seu exterior próximo. Neste sentido, Boris Iéltsin ordenou a retirada das tropas russas da região de Nagorno-Karabakh⁵⁰ ao mesmo tempo que requisitava a OTAN a disposição de tropas para a instauração de uma força de Manutenção de Paz na região. Do mesmo modo, quando a Chechênia⁵¹ declarou independência em novembro de 1991, o presidente descartou inicialmente o uso da força para restaurar a ordem na região; muito desta inoperância militar se deu para evitar com que o Ocidente condenasse o comportamento “imperialista” russo, o que poderia afetar o auxílio ocidental à modernização do país (TSYGANKOV, 2016).

Estes quatro pilares mencionados nos parágrafos anteriores – reforma econômica, adesão à instituições ocidentais, adesão russa à agenda securitária ocidental e o relativo desengajamento do exterior próximo -, foram propostas que ressignificaram profundamente a identidade dos russos, que agora abriam mão de suas próprias instituições para a adesão à

⁵⁰ O território de Nagorno Karabakh é reconhecido internacionalmente como sendo parte do Azerbaijão; entretanto, a maior parte de suas terras são geridas pela República do Artsaque, um Estado independente com maioria étnica armenia. O conflito sobre Nagorno Karabakh se ampliou depois da independência da Armênia e do Azerbaijão da URSS, em 1991, no qual a retirada das tropas soviéticas ocasionou um vácuo de poder sobre a região (TSYGANKOV, 2013).

⁵¹ Com a dissolução da União Soviética, líderes chechenos declararam-se um governo legítimo do território, região localizada no Cáucaso. O conflito bélico só estouraria em 1994.

instituições ocidentais. Esta necessidade de transformação identitária pode ser encontrada no próprio Conceito de Política Externa russo de 1993:

Uma complexa busca de uma nova identidade política está sendo executada. Diante da força com que o Ocidente se faz sentir na região, e diante das tentativas de obter garantias securitárias adentrando em uma integração estrutural, completa ou parcial, com a Europa Ocidental, há uma tendência de restaurar as relações russas em uma nova base, uma vez que a ruptura destes laços, especialmente na esfera econômica, foram responsáveis por agravar as dificuldades associadas com nossa crise, necessitando agora estabelecer mecanismos de uma economia de mercado e de modernização econômica. (RUSSIA, 1993, Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005 p. 30, tradução minha).

Visualiza-se, a partir do parágrafo extraído do Conceito de Política Externa (1993) a clara necessidade da busca do governo Iéltsin-Kozyrev de conferir “uma nova identidade política” ao povo e à sociedade russa, a fim de readequá-la às novas diretrizes de política externa da coalizão liberal, especialmente visando a “integração estrutural, completa ou parcial, com a Europa Ocidental” (RUSSIA, 1993). Desse modo, o governo Iéltsin em seu primeiro período tentou articular a necessidade de reformas econômicas e institucionais – necessárias para a modernização do país - com uma parceria estratégica com o Ocidente, sendo que, esta parceria seria um instrumental para as reformas pretendidas. Ora, uma ruptura com as instituições russas deste porte apenas poderia ser implementada com a alteração do discurso de identidade civilizacional russo, de modo a justificar também a alteração significativa na política externa. Nota-se, neste momento, um paralelo histórico: era preciso mais uma vez buscar o reconhecimento ocidental de que a Rússia também pertencia ao Ocidente – consequentemente sendo “merecedora” do capital ocidental necessário à modernização - e muito mais que isso, deveria ser tratada como uma potência europeia de igual nível, condizente com sua grandeza. Assim, “garantir o papel da Rússia como grande potência dentro do sistema internacional de modo a auxiliar a regulação da economia global e das relações internacionais do mundo”⁵² (RUSSIA, 1993), foi um princípio da política externa russa do período. Este reconhecimento era necessário sobretudo para o próprio convencimento dos agentes privados ocidentais de que era seguro a realização de investimentos e aplicação de capitais no país, tão necessários para a conjuntura de reestruturação econômica da nação. Esta relação foi representada pelo discurso dramático de Bóris Iéltsin à uma sessão conjunta no Congresso dos Estados Unidos, em 1992, que representou as expectativas russas para a relação com o Ocidente:

⁵² Tradução minha.

Não haverá uma segunda chance [...] as reformas estão sendo concretizadas [...] Se vocês (norte americanos) não tomarem medidas para auxiliar e dar suporte à Rússia, não apenas será o colapso da Rússia, mas também dos Estados Unidos, pois a situação gerará uma nova corrida armamentista de trilhões de dólares. (THE NEW YORK TIMES, 1992, tradução minha).

É de se notar, no entanto, que esta integração da Rússia ao Ocidente não foi realizada atentando-se às necessidades geopolíticas do território russo, as quais foram brevemente descritas neste trabalho. Durante a primeira parte do Governo Iéltsin, passou a ficar cada vez mais notável a contradição que se colocava entre a relação de identidade e política externa ocidentalizante com as próprias demandas geopolíticas do território, as quais revelaram-se sobretudo por meio da crescente insatisfação de grupos domésticos com as políticas adotadas pelo governo. Esta questão será explorada no próximo subcapítulo.

3.2 O QUESTIONAMENTO: A GEOPOLÍTICA COMO CONDICIONANTE DA POLÍTICA EXTERNA

Foi visto no subcapítulo anterior que a política externa ocidentalista do governo Iéltsin foi apoiada por industriais cujos negócios eram voltados à exportação, bem como por bancos russos, ambos setores que se beneficiaram do processo de abertura econômica promovida pelas políticas liberais de Andrei Kozyrev. No entanto, gradualmente, um novo grupo com grande potencial de mobilização doméstica passou a ganhar força no cenário político russo. Este grupo, já apresentado no capítulo presente, é composto em sua maior parte por diretores de empresas que antes pertenciam à *nomenklatura* soviética. Estes, que inicialmente se beneficiaram com a abertura dos mercados externos, agora, em segundo momento, passaram a perder espaço em um de seus maiores destinos de exportações, graças à política deliberada dos primeiros anos do governo de afastamento em relação ao exterior próximo russo. Enriquecidos com os primeiros anos de abertura, estes recém capitalistas russos passaram a organizarem-se politicamente, ocupando posições de relevância dentro do parlamento russo (KASTNER, 2008).

Consolidando um lobby empresarial de grande força no país e unificados no Sindicato dos Industriais e Empresários da Rússia, este novo grupo pautou sua agenda no reestabelecimento e preservação de um espaço econômico comum com as ex-repúblicas soviéticas, criticando o negligenciamento que o governo conferia aos interesses dos grupos empresariais do país. Estes interesses não se apoiavam em uma aliança com o Ocidente, mas sim na busca de uma política externa tipicamente nacional, atrelada à zona de influência periférica tradicionalmente ocupada pela Rússia (RUMER, 1995).

Influenciado pela agenda deste grupo empresarial, Yevgeny Ambartsumov, chefe do comitê de relações exteriores do parlamento russo no ano de 1992 e 1993, se tornou um crítico da conduta de Política Externa que Andrei Kozyrev executava, declarando que o ministro e o governo constantemente agiam contra os interesses nacionais da Rússia. Para Ambartsumov, a Rússia era uma superpotência e deveria agir como tal, devendo garantir uma zona de influência no seu exterior próximo de modo a atender seus interesses políticos e econômicos, mantendo, ao mesmo tempo, o Ocidente longe desta zona de influência. Esta lógica também esteve interligada com a questão étnica dos russos que foram deixados fora das fronteiras do país após a desintegração soviética, gerando um discurso de que era dever de Moscou proteger os direitos destes povos contra regimes nacionalistas locais hostis. É elucidativo desta visão o artigo escrito por Ambartsumov (1992. Apud RUMER, 1995 p. 22 tradução minha), em um jornal de grande circulação na Rússia:

No meu ponto de vista, a Rússia é muito maior do que as atuais fronteiras de nosso país. Portanto, os interesses geopolíticos da Rússia também devem ser muito maiores do que o simples traçado delineado nos mapas atuais. É a partir desta concepção que nós devemos construir o conceito de nossas relações com nosso exterior próximo. A pedra angular destas relações é a defesa dos interesses nacionais e dos russos étnicos fora de nosso território. [...] Nosso parlamento não tolerará a violação dos direitos dos Russos étnicos [...]. (AMBARTSUMOV, 1992. Apud RUMER, 1995 p. 22 tradução minha)

Motivado por interesses econômicos e políticos de determinado segmento da sociedade russa, Ambartsumov passou a delinear um interesse nacional distinto do executado pela política externa ocidentalista de Iéltsin e Kozyrev até então. Para o chefe do comitê de relações exteriores o interesse nacional russo não deveria ser sinônimo de liberalismo e de integração a quaisquer custos com o Ocidente, mas sim deveria ser voltado às regiões do exterior próximo russo. Ainda, cabe como destaque a afirmação, no mesmo artigo, de um resgate, ainda que sutil, à valorização da identidade eslava, lembrando as políticas de Nicolau I. Atento às implicações geopolíticas geradas pela política externa ocidentalista da Rússia, Ambartsumov continua:

Nós também estamos preocupados com a situação da fronteira sul da Rússia. A fronteira se deslocou ao norte [em relação às fronteiras soviéticas] e criou-se um vácuo geopolítico na região do Cáucaso. Há um perigo de um revanchismo histórico [partindo dos turcos]. Todos conhecem os conflitos seculares entre a Rússia e a Turquia. [...] Um vácuo de poder sempre é preenchido por alguma força.” (AMBARTSUMOV, 1992. Apud RUMER, 1995 p. 22, tradução minha)

Esta preocupação geopolítica, ou seja, a abdicação do exercício de influência em uma região que historicamente esteve sob tutela russa, passou a se disseminar nos discursos de autoridades políticas do país. Corroborando com a visão de Ambartsumov, Andranik

Migranyan, cientista político armeno-russo que, na década de 90 se tornou conselheiro político no Conselho Presidencial de Iéltsin, defendeu que a política externa de Andrei Kozyrev era baseada em uma interpretação equivocada dos interesses da Rússia. Os verdadeiros interesses do país, para ele, localizavam-se especialmente na ex-periferia soviética, na qual a Rússia deveria exercer um papel especial, “mostrando para a comunidade internacional que todo o espaço geopolítico que antes compunha a União Soviética, ainda consiste em um espaço de interesses vitais para a Rússia” (MIGRANYAN, 1992. Apud RUMER, 1995 p. 32, tradução minha). É preciso destacar o fato de que esta demonstração de interesse não era respaldada na utilização de forças militares, mas principalmente no papel da Rússia como um garantidor da estabilidade da região. Afinal, apesar do questionamento ao alinhamento automático com o ocidente, ainda era consenso de que a Rússia necessitava de seu apoio econômico – financeiro para a execução das reformas capitalistas; a utilização da força militar, neste sentido, não era uma opção pois geraria desconfiança e retaliação por parte do ocidente.

Dessa forma, o “vácuo geopolítico” deixado pela Rússia o qual trata Ambartsumov, o “espaço de interesses vitais” na periferia russa segundo Migranyan e a defesa da manutenção dos laços com as ex-repúblicas soviéticas pelo Sindicato dos Industriais da Rússia revelam a construção de uma crítica à conduta de política externa tomada pela coalizão liberal que liderava politicamente o país. Esta crítica passava pela falta de preocupação dos interesses geopolíticos do governo Iéltsin-Kozyrev para com as necessidades russas do reestabelecimento de uma zona de influência no exterior próximo da nação, devendo o governo buscar ao mesmo tempo um reconhecimento desta zona de influência a partir da comunidade internacional. Tal zona de influência seria coordenada, organizada e zelada pela Rússia, a qual se tornaria o “Gendarme⁵³ da Eurásia” (RUMER, 1995). Este pensamento de contrariedade aos rumos de política externa tomada pela Rússia encontrou considerável respaldo dentro do próprio governo Iéltsin. Galina Starovoytova, política, etnográfica e conselheira do governo Iéltsin, também advogou a necessidade da retomada dos interesses nacionais russos no seu exterior próximo, dando especial atenção à defesa dos direitos humanos nesta área (RUMER, 1995).

A questão sobre a defesa dos direitos humanos é particularmente interessante no sentido de que políticos e acadêmicos russos passaram a utilizar esta retórica como estando acima do princípio de soberania nacional dos novos países recém independentes, o que conferia à Rússia uma legítima causa para a intervenção em seu exterior próximo. Novamente, utilizou-se a concepção de que a Rússia deveria ser o “gendarme da eurásia”, não porque o país era um ator

⁵³ Gendarme é um militar presente em alguns países europeus, pertencente a um tipo especial de corporação, com a responsabilidade de zelar pela ordem e segurança pública.

imparcial e desinteressado na região, mas sim pois, por ser o ator mais relevante economicamente, territorialmente e politicamente da região, nenhuma outra nação possuiria mais interesses em manter e garantir a estabilidade de todos os países ex soviéticos do que a Rússia (RUMER, 1995). É sintomático desta ideia a presença, no Conceito de Política Externa russo de 1993, a “obrigação da Rússia como garantidor da estabilidade, dos direitos humanos e da liberdade dentro da antiga União Soviética”⁵⁴ (RUSSIA, 1993).

Tais pressões políticas-parlamentares e acadêmicas, de fato tiveram repercussões no discurso do governo de Boris Iéltsin, o qual progressivamente teve de elevar o tom assertivo de suas manifestações em relação ao ocidente, visando buscar um maior equilíbrio doméstico, cuja identidade visivelmente passou a se tornar mais nacionalista do que ocidentalista. Assim, em discurso para a União, em fevereiro de 1993, Boris Iéltsin se dirigiu à comunidade internacional para angariar apoio e compreensão sobre a necessidade dos interesses privilegiados da Rússia sobre seu exterior próximo, afirmando que a região era uma área de exclusivo interesse político, econômico e social russo (THE NEW YORK TIMES, 1993). O tom deste discurso levou alguns acadêmicos a afirmar a defesa de uma “Doutrina Iéltsin” russa, em alusão à Doutrina Monroe norte americana (RUMER, 1995). Assim, atento à sua estabilidade doméstica, o governo Iéltsin passou a atender tais demandas geopolíticas de sua oposição, como evidencia-se no Conceito de Política Externa de 1993 da Rússia:

É vital que a Política Externa da Rússia seja guiada não por afinidades ideológicas ou partidárias, mas sim pelos interesses nacionais do país. Nós devemos buscar um caminho de desenvolvimento com as nações as quais a cooperação com a Rússia é fundamental para lidar com questões que favoreçam nosso renascimento nacional, especialmente com nosso exterior próximo [...] A Rússia acredita ainda que a melhor maneira de criar um cinturão securitário e construir boas relações com nossos vizinhos, é manter e estabilizar o espaço geopolítico do exterior próximo russo [...]. (RUSSIA, 1993, Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005 p. 31, tradução minha).

Neste ponto é interessante a comparação do artigo “Estratégia para a Parceria”⁵⁵ elaborado por Andrei Kozyrev, no início de 1992 e já apresentado neste trabalho no subcapítulo anterior, com o Conceito de Política Externa Russo de 1993. No artigo de Kozyrev, das 14 páginas que o compõem, o termo “geopolítica” não aparece uma única vez, demonstrando a pouca preocupação do Ministro na preservação de interesses históricos russos; em contraposição os termos “ocidente” e “ocidentais”, somados, aparecem 52 vezes no artigo, demonstrando a grande preocupação com a integração russa ao ocidente. Consistindo o artigo

⁵⁴ Tradução minha.

⁵⁵ Strategy for Partnership

nas principais diretrizes da Rússia para a política externa, é sintomático o contraste entre os termos. Por sua vez, o Conceito de Política Externa de 1993 da Rússia, em suas 37 páginas, contém 14 vezes o termo “geopolítica” e apenas 15 vezes somados os termos “ocidente” e “ocidentais” em seus escritos. Este exercício de comparação pode indicar a maior preocupação do governo russo com as demandas de seus grupos de interesses, os quais tornaram-se muito mais céticos com a política externa pró ocidental que a coalizão liberal vinha exercendo no país.

A progressiva adoção de um tom mais assertivo contra os rumos da política externa ocidentalista também se deu em razão da falta de resultados práticos desta política, o que instigou o crescimento da oposição doméstica. O reconhecimento da Rússia como uma potência e como um parceiro de igual nível pelo Ocidente, que Boris Iéltsin e Andrei Kozyrev tanto buscavam, não foi alcançado. Apesar dos auxílios financeiros concedidos pelo Ocidente à Rússia e a cooperação em termos securitários, as expectativas russas de integração eram muito maiores do que a disponibilidade Ocidental de reconhecer a Rússia como um igual, o que minava cada vez mais o apoio doméstico que o governo possuía (TSYGANKOV, 2016). Neste sentido, algumas expectativas frustradas russas, especialmente econômicas, foram resultados de uma falha na análise da conjuntura econômica global; o “Plano Marshall” que tanto esperavam, por exemplo, seria de impossível sustentação uma vez que a Alemanha acabava de embarcar em um projeto de reunificação que se mostrou extremamente custoso e os Estados Unidos, o principal financiador da nova Rússia, também passava por um momento delicado de suas contas comerciais, o que os tornavam ainda mais reticentes em investir em lugares ainda desconhecidos.

No tocante à questão institucional-securitária, a Rússia não conseguiu se aproximar da OTAN e também não conseguiu levar adiante suas pretensões de conferir uma maior relevância à OSCE. Além disso, visualizou cada vez mais a pouca importância que o Ocidente conferia ao aprofundamento das relações, caracterizada à época pelo ex Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Zbigniew Brzezinski (1994) como uma “relação prematura”, declaração que gerou um grande desconforto dentro da Rússia.

Emenda-se ainda à esta insatisfação, o próprio remodelamento da percepção de identidade dos russos, na qual, um dos fatores externos mais importantes para a reestruturação da percepção de sua identidade foram as iniciativas de expansão da OTAN para o leste europeu (PLEKHANOV, 1999). Esta expansão atingiu regiões as quais os russos julgavam serem historicamente como sendo sua área de influência, o que deveria ao menos tornar a Rússia um ator consultivo para qualquer campanha militar na região. (TSYGANKOV, 2016).

A questão da expansão da OTAN passou a ser discutida com mais ênfase na Rússia sobretudo a partir da segunda metade de 1993, quando as primeiras ameaças de expansão da aliança começaram a tomar proporções maiores. Destaca-se que, a princípio, o presidente Iéltsin via como inevitável as eventuais expansões da OTAN, situação esta inclusive utilizada como uma ferramenta de barganha do governo russo para angariar apoio ocidental às reformas econômicas. Em um curto espaço de tempo, porém, as condições geopolíticas russas passariam a exercer um peso maior sobre a questão, e o comportamento expansivo da OTAN seria condenado. O primeiro sinal oficial desta reação se deu por meio de uma carta oficial do parlamento russo aos líderes ocidentais, expressando a oposição russa à expansão, propondo, como alternativa, uma cooperação conjunta entre Rússia e OTAN que oferecesse garantias securitárias aos países centro europeus (TSYGANKOV, 2016). Criticando a ideia da expansão da OTAN e defendendo a não representação de ameaça da Rússia à Europa, Andrei Kozyrev condenou o posicionamento da OTAN de assumir um monopólio do estabelecimento de paz no continente, alegando ainda que este comportamento apenas levaria à uma radicalização da política russa (KOZYREV, 1993, apud GORSKII, 2001 p. 13).

O debate sobre a questão se intensificou sobretudo após a visita de Iéltsin à Polônia, em Agosto de 1993, quando se discutiu a intenção do país anfitrião a adentrar a OTAN. Na declaração conjunta dos dois países referente a este encontro, registrou-se que a participação da Polônia no bloco militar europeu não contradizia os interesses de nenhum Estado no continente, nem mesmo os da Rússia, movimento entendido como um sinal de consentimento de Iéltsin para a adesão polaca. Prontamente, o Serviço de Inteligência Estrangeiro russo, chefiado por Primakov, lançou um documento intitulado “Perspectivas para a Expansão da OTAN e os Interesses Russos”, registrando a grande preocupação do país com a expansão da OTAN, cujo potencial ofensivo da aliança militar traria insegurança e instabilidade às fronteiras da Rússia, demandando uma reconfiguração das estratégias de defesa do país (GORSKII, 2001). Registrou-se também no referido documento que a expansão da OTAN levaria à uma emergência imediata de um novo cordão sanitário entre a Rússia e a Europa Ocidental, o que teria como consequência geopolítica a progressiva divisão do continente europeu em blocos.

Ora, este problema, para os russos, assumiu repercussões securitárias e geopolíticas graves dada a previsão de assistência mútua entre os membros da OTAN, com a prerrogativa da utilização das forças armadas para restaurar e manter a segurança em sua região de abrangência. Alexei Arbatov resume a questão ao afirmar que a preocupação da Rússia era de evitar com que se formasse pequenos protetorados ocidentais ao longo de suas fronteiras, não apenas sendo uma questão de segurança, como de sobrevivência (ARBATOV, 2003). Assim,

apesar das declarações iniciais do Governo Iéltsin-Kozyrev sobre a parceria estratégica com o Ocidente, a euforia pró ocidentalista gradualmente passou a se dissipar, em razão das frustrações com seus resultados. Domesticamente, acreditava-se cada vez mais que a Rússia realizava muitas concessões para o Ocidente, ganhando pouco ou nada em troca, o que se refletiu na vitória relativa dos ultranacionalistas e conservadores no parlamento russo, em dezembro de 1993. Visando atender às mudanças de forças políticas que se deu no parlamento, era inevitável que o governo alterasse seu discurso de alinhamento automático com o Ocidente, aderindo, progressivamente, a um tom de discurso mais assertivo, abandonando a retórica de que os interesses nacionais russos eram congruentes aos interesses ocidentais.

A crescente insatisfação com os rumos de política externa ocidentalista da Rússia, provenientes tanto dos liberais quanto dos conservadores, também afetaram os acordos de participação da Rússia no programa de Parceria para a Paz. Apesar dos desejos do governo Iéltsin-Kozyrev de adentrar no tratado, a oposição parlamentar resistiu à adesão, argumentando que em tal programa a Rússia não tinha garantido seu papel de potência nuclear ocidental. A decisão do Conselho do Atlântico Norte⁵⁶, em dezembro de 1994, de iniciar um plano de estudos da expansão da OTAN, foi, contudo, um limite de sustentação para o discurso ocidentalista do governo russo. Visando acomodar a oposição doméstica, imediatamente Andrei Kozyrev anunciou sua decisão de recusar a assinatura do programa de Parceria para a Paz, mas tal comportamento não foi o suficiente para os críticos do governo deixarem de exigirem a renúncia do ministro (GORSKII, 2001).

Em um de seus últimos esforços para angariar o reconhecimento da Rússia como uma potência por parte do Ocidente, Andrei Kozyrev realizou um discurso em um encontro com ministros das relações exteriores dos países da OTAN, defendendo o diálogo e a transformação da OTAN de uma aliança militar para uma organização apenas política, enfatizando sua oposição a expansão do bloco. Para o ministro, era preciso estabelecer um “verdadeiro mecanismo baseado em uma interação de partes iguais, entre Rússia e OTAN” (KOZYREV, 1995 apud GORSKII, p. 30). O discurso, no entanto, cairia por terra com os bombardeios da OTAN sobre a Iugoslávia, em junho de 1995, sem a consulta ou consentimento dos russos, ruindo com qualquer resquício de sustentação da retórica ocidentalista de Andrei Kozyrev, que, em janeiro de 1996, foi substituído por Yevgenii Primakov como Ministro das Relações Exteriores da Rússia. Não deixando também ser uma manobra para a reeleição presidencial de Bóris Iéltsin, a indicação de Primakov foi endossada pelo parlamento, graças a característica de

⁵⁶ O Conselho do Atlântico Norte é o principal organismo decisório da OTAN.

ocidentalista pragmático do novo ministro. Logo em seu primeiro discurso, o novo ministro afirmou que a expansão da OTAN era totalmente descabida e contraprodutiva, alterando a estabilidade europeia e criando uma nova dinâmica geopolítica para a Rússia, com consequências graves para o país (PRIMAKOV, 1996 apud GORSKII p. 32). Era cada vez mais claro que mudanças de conduta de política externa tinham de ser tomadas e para Iéltsin as relações da Rússia com o Ocidente “necessitavam de um rebalanceamento. Afinal, nós somos um Estado Eurasiático” (IÉLTSIN, 1996. apud TSYGANKOV, 2016 p. 71).

4 YEVGENY PRIMAKOV E A GEOPOLÍTICA COMO FUNDAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA

A entrada de Yevgeny Primakov, em 1996, como Ministro das Relações Exteriores da Rússia, em 1996, representou o ressurgimento de um maior centralismo político e econômico no país, em detrimento da liberalização forçada promovida nos 5 anos anteriores. Como demonstrado no capítulo anterior, este ressurgimento foi influenciado pelas constantes ameaças securitárias que foram infligidas à Moscou no período de 1992 a 1995. Domesticamente, a Rússia passou a sofrer constantes movimentos de secessão e instabilidade, especialmente em sua região sul, originados da Chechênia. A inoperância de Iéltsin quanto à declaração de independência da região em 1991, comportamento executado para não interromper os auxílios ocidentais à modernização da Rússia, bem como a intervenção em finais de 1994, contribuíram para um confronto longo e sangrento na região. Ao mesmo tempo, os principais problemas econômicos do país, já mencionado no capítulo anterior, foram agravados, com uma redução brutal no valor dos salários da população (TSYGANKOV, 2016).

Neste sentido, o alinhamento automático da Rússia em relação à Europa e aos Estados Unidos passou a ser questionado nos próprios discursos oficiais a partir do Kremlin, inserindo-se progressivamente nestes uma necessidade de reposicionamento geopolítico russo e de recondução das relações do país em direção à China, à Índia e ao Oriente Médio. Atenta-se que, o novo posicionamento a ser empregado por Yevgeny Primakov não era, em si, antiocidental: historicamente a Rússia manteve relações e alianças táticas com o Ocidente, e poderia continuar se aproveitando destas para extrair benefícios para seu país dentro do sistema internacional (PRIMAKOV, 1996). Será destacado, no decorrer deste capítulo, quatro elementos e políticas que foram perseguidas durante o governo de Boris Iéltsin – Yevgeny Primakov (1996 – 1998): a recuperação de uma identidade propriamente russa, a maior projeção do país no antigo espaço soviético com a finalidade de contrabalancear a expansão da OTAN, os discursos de defesa da multipolaridade e os esforços de inserção da Rússia enquanto grande potência na ordem internacional do pós guerra fria (ZHEBIT, 2019; PECEQUILO & LUQUE, 2016). Estes elementos constituirão a base para a construção de uma política externa mais assertiva da Rússia em relação ao ocidente.

4.1 PRIMAKOV E A BUSCA PELO MULTILATERALISMO NO SISTEMA INTERNACIONAL

Dentro da Rússia, a percepção era cada vez maior de que o ocidente se aproveitava da posição de fraqueza de Moscou para angariar vantagem sobre o país, percepção esta ampliada após a oficialização da decisão da OTAN de expansão ao leste europeu, em 1994, excluindo a Rússia do processo decisório. Esta conjuntura, somada com as pioras do quadro econômico do país, de fato, enfraqueceram a posição liberal dentro do governo russo e fortaleceram a posição de conservadores, nacionalistas e estatistas, que viam como perigosa e ameaçadora a aproximação da OTAN sobre o território da Rússia. A expansão da OTAN foi incompreensível para os russos, pois, desde 1991, estes assumiram um compromisso de aprofundamento das relações com o ocidente - de uma maneira até subserviente -, contando com as promessas do próprio ocidente de não expandir o bloco militar. Para Primakov:

Primeiramente, não devem emergir novas linhas divisas substituindo o antigo cordão sanitário. Este é problema principal o qual a política externa da Rússia deve tentar resolver, questão que justifica a nossa contrariedade às expansões da OTAN que objetivam incluir os territórios do antigo pacto de Varsóvia, tentando transformar a aliança em um eixo de um novo sistema da segurança europeia. Claro que nós não pensamos que a expansão da OTAN é executada para atacar a Rússia. Mas não seria inapropriado lembrar que em 1989 e 1990 o Ocidente concedeu inúmeras garantias para a União Soviética de que a OTAN não iria iniciar processo de expansão algum, especialmente em zona de influência soviética. (PRIMAKOV, 1996. Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005 p. 208 tradução minha).

Nesse sentido, era natural que os russos se sentissem traídos pelo ocidente, afinal, como descrito neste trabalho, Gorbatchov havia retirado as tropas soviéticas do leste europeu, Kozyrev havia restringido um lucrativo mercado de armas russo no oriente médio para adequar-se às demandas ocidentais, e sobretudo, a Rússia havia se comprometido com o desenvolvimento de uma parceria estratégica com o Ocidente em diversos eixos. No entanto, o espírito de transformação sistêmica em direção à um maior alinhamento global e a redução das hostilidades do período do pós guerra fria, para os russos, estavam sendo atropelados pela sensação de não reciprocidade por parte dos países ocidentais, gerando um desapontamento coletivo com tais relações, inclusive da própria coalizão liberal. Somadas as vulnerabilidades domésticas do país com as ameaças externas, especialmente o avanço da OTAN ao exterior próximo russo, cada vez mais o debate a respeito das necessidades geopolíticas russas entrava em pauta como uma alternativa de reposicionamento do país enquanto grande potência, objetivo este, não se esqueça, presente desde os primeiros discursos de Iéltsin e Andrei Kozyrev.

Enquanto Ministro das Relações Exteriores, Yevgeny Primakov, acreditou que a Rússia, devido à sua conjuntura de fraqueza econômica, deveria “assumir um papel externo ativo no

sistema internacional” (PRIMAKOV, 1999. Apud TSYGANKOV, 2016 p. 101, tradução minha). Isto pois, caso o país não reagisse externamente à unipolaridade norte-americana ocidental, progressivamente a Rússia perderia regiões de influência historicamente relevantes à nação, que, a longo prazo, poderiam ser irreversíveis. Assim, diante de um “ambiente geopolítico muito perigoso” (PRIMAKOV, 1999. Apud TSYGANKOV, 2016 p. 101), Primakov defendia a recuperação do papel da Rússia enquanto grande potência, a partir do investimento em um sistema internacional multipolar com a finalidade de balancear a unipolaridade ocidental. Este discurso foi gerado pela percepção de que, diante da unipolaridade ocidental-norte americana, naturalmente estavam emergindo atores pré dispostos a transformar este modelo de governança global, para um arquétipo mais inclusivo, como é descrito no Conceito de Segurança Nacional de 1997 da Rússia:

No atual momento, o sistema internacional é caracterizado principalmente pelo fortalecimento de tendências de formação de um mundo multipolar. Esta situação se manifesta no fortalecimento das posições políticas-econômicas de um número considerável de países, na orientação pró integração entre diversos atores e no aprimoramento de mecanismos de controle multilateral da política internacional, bem como diversos processos econômicos, financeiros e informacionais. (RUSSIA, 1997.p.1, tradução minha)

Assim, diante desta percepção analítica do sistema internacional, Yevgeny Primakov agiu na política externa de acordo a implementar um sistema multipolar, de modo a transformar a Rússia em um polo independente, já que, no sistema unipolar, o país não possuía voz ativa para afetar as decisões globais que mais lhe interessavam. Para o novo ministro de relações exteriores, o país deveria se utilizar de uma combinação de políticas de cooperação e balanceamento de modo a enfraquecer a unipolaridade ocidental, não sendo preciso, no entanto, uma confrontação com o Ocidente. A opção para tanto foi a busca de um balanceamento tático, ou seja, capitalizar contradições entre o ocidente e outras regiões, como a Ásia e o Oriente Médio, mediando e se colocando sempre contra o unilateralismo ocidental (TSYGANKOV, 2016). A adoção desta abordagem multivetorial na qual novamente voltaram-se esforços para ampliação de influência sobre o exterior próximo russo, bem como à Ásia e ao Oriente Médio, também trouxe consigo a necessidade de abandonar a identidade ocidentalista pregada pelo governo Iéltsin-Primakov, a favor de uma identidade russa nacionalista, estatista e eslavófila. Na prática, era a adaptação da política externa e da identidade aos constrangimentos geopolíticos que se apresentavam à Rússia, os quais foram alertados por Primakov antes mesmo deste se tornar ministro das relações exteriores do país:

A Rússia foi e permanece sendo uma grande potência, e sua política externa deve corresponder a este status. A Rússia é europeia e asiática, e sua localização geopolítica continua a exercer um gigantesco papel na formulação de sua política externa. Seus interesses geopolíticos incluem a China, a Índia e o Japão, e não apenas os Estados Unidos e a Europa. Sem esta abordagem, a Rússia não pode exercer seu poder de grande potência ou sequer exercer o seu papel propositivo que está destinada a exercer. Ao construir relações com todos estes países é preciso ter em mente que os valores geopolíticos são constantes e não podem ser abolidos pelos desenvolvimentos históricos. (PRIMAKOV, 1992 apud TSYGANKOV 2016, p. 97, tradução minha)

Assim, abandonando o alinhamento automático russo em relação ao Ocidente, o novo caráter das relações da política externa de Primakov se baseou em dois eixos principais: 1-) o fortalecimento do poder das Nações Unidas como uma agência fundamental para a definição e cumprimento das normas internacionais e 2-) o estreitamento das relações com Estados não pertencentes ao Ocidente, como a China e a Índia. A adoção destes dois eixos visou sobretudo conter o poder unilateral do Ocidente, de modo a fortalecer instrumentos internacionais legítimos e institucionalizar o princípio da multipolaridade. Neste sentido, era preciso também lidar com os movimentos expansivos da OTAN sobre o exterior próximo russo e moldar a política externa e a identidade do país para a nova realidade geopolítica do período. Em 1996, quando Primakov assumiu o cargo de ministro das relações exteriores, era visível que o desejo russo de fortalecer a Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) afim de que esta se tornasse o pilar institucional da segurança do continente, não se concretizaria. Ao invés disso, foi a OTAN quem assumiu esse papel; também era claro que, a despeito das vontades dos russos, a Rússia não seria enquadrada como um membro pleno da organização, sendo deixada de fora das principais decisões securitárias do continente. As implicações geopolíticas desta conjuntura eram percebidas por Primakov: “Não advogamos para nós nenhum direito de veto para que país algum entre para a OTAN. Porém, nós estamos convencidos de que qualquer avanço da infraestrutura militar da OTAN sobre o território russo complicará nossa situação geopolítica, não apenas na esfera militar” (PRIMAKOV, 1996. Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005 p. 209, tradução minha). A sensação russa, sobretudo, era de que, mesmo adotando uma política externa cooperativa em relação ao ocidente, novamente o país estava sendo isolado do sistema internacional, especialmente pela ofensiva da OTAN ao leste europeu:

O processo de criação de um modelo que abarque todos os interesses securitários para a Europa, baseados em princípios e iniciativas russas, está encontrando diversas dificuldades. As perspectivas de expansão da OTAN ao Leste é inaceitável para a Rússia, uma vez que representa uma grande ameaça à sua segurança nacional. Mecanismos multilaterais para a manutenção de paz e segurança a níveis globais (Nações Unidas) e regionais (OSCE, CEI) ainda são inefetivos [...]. A Rússia, de certa maneira, passa por uma conjuntura de isolamento em relação aos processos de integração em andamento. (RUSSIA, 1997.p.1, tradução minha)

Corroborando com esta retórica, em coletiva em 12 de janeiro de 1996, logo após assumir o cargo de Ministro de Relações Exteriores, Primakov revelou os conceitos básicos de sua política externa. É de particular relevância o destaque de dois termos que o ministro utiliza nesta coletiva, opondo “adversários e aliados permanentes” com “interesses permanentes” (PRIMAKOV, 1996. Apud. ZHEBIT, 2019. P. 425). Isto é, para Primakov, a Rússia não deveria pautar sua política externa a partir de aliados ou adversários permanentes, pois estes estariam em segundo plano, subjugados aos “interesses permanentes” russos. Mais uma vez, o ministro faz alusão às necessidades geopolíticas históricas de Moscou, já que o país deveria elaborar sua política externa a partir destas necessidades, consolidando a partir daí, aliados e adversários. Era uma clara crítica à política externa de alinhamento à qualquer custo com o Ocidente, do seu homólogo anterior, Andrei Kozyrev.

Neste contexto, Alexander Zhebit (2019) oferece uma análise de que, diante da conjuntura e da estrutura que se apresentavam a Yevgeny Primakov, eram possíveis três comportamentos de política externa da Rússia: tentar impedir a expansão da OTAN e desistir de seu relacionamento com o bloco; reconhecer a expansão do bloco e estabelecer uma base jurídica internacional do relacionamento do país com a OTAN; ou resistir à expansão, porém negociar diretamente com a OTAN a fim de minimizar danos à segurança do país. Entendendo que a expansão do bloco se deu justamente devido à desintegração soviética e consequentemente pela abertura de um vácuo geopolítico na Europa Central e Oriental, Primakov optou pela opção, julgando esta se adequar mais aos interesses da Rússia. Assim, a política externa de Primakov buscou minimizar o enfraquecimento de Moscou, contrabalançando a expansão da OTAN a partir de instrumentos do direito internacional, como por exemplo, o balanceamento de efetivos militares e de armamentos convencionais entre os membros da OTAN e a Rússia (ZHEBIT, 2019).

Apesar de resistir retoricamente à expansão da OTAN, Primakov reconhecia sua inevitabilidade, dado o vácuo de poder deixado pela desintegração da União Soviética. Tentou assim executar na Rússia uma política de adaptação, em detrimento da política de resistência que vinha sendo empregada desde o período final do governo Iéltsin-Kozyrev. Para isso, passou a estabelecer relações diplomáticas mais estreitas com a aliança, tendo como resultado a assinatura, em maio de 1997, do “Ato fundador sobre relações mútuas, cooperação e segurança entre Rússia e OTAN”, o qual permitiu o desenvolvimento posterior do Conselho Permanente OTAN-Rússia, instância consultiva e decisória entre as partes. Para Primakov, a criação do conselho era um sinal de que a “nova diplomacia de adaptação às novas realidades geopolíticas

estava gerando frutos” (PRIMAKOV, 1997. apud. TSYGANKOV, 2016 p 126. Tradução minha). Apesar de não adquirir o desejado poder de veto sobre as decisões da aliança, ao menos agora o país possuía um mecanismo de consulta permanente com a OTAN, conseguindo também a garantia do bloco de que estes não colocariam materiais nucleares ou outras forças militares convencionais nos territórios dos novos países membros. Primakov resume o posicionamento da Rússia com a OTAN neste novo momento no seguinte excerto:

A abordagem da Rússia para a OTAN é determinada por dois fatores. Por um lado, é afetada pelo simples fato de que a Aliança foi estabelecida durante os anos da Guerra Fria; inicialmente possuía como objetivo a confrontação militar. Mesmo após a Guerra Fria, o bloco ainda está longe de ter este caráter trocado. Por outro, é evidente para Moscou que a OTAN representa um poder significativo, mas também é perceptível que a natureza da aliança está mudando. Dado estes dois fatores, a Rússia não simplesmente adotará uma visão extremada negativa contra a expansão da OTAN, mas, em vez disso, estará preparada para adentrar em um diálogo produtivo com os Estados membros da aliança para a elaboração de “regras de conduta” entre OTAN e a Rússia, que sejam aceitáveis para todas as partes envolvidas. (PRIMAKOV, 1996. Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005 p. 217 tradução minha).

Esta nova conduta de adaptação era proveniente da percepção de que a Rússia não possuía as capacidades necessárias para impedir a expansão da OTAN, e que, caso mantivesse o comportamento de confrontamento com o bloco, progressivamente estaria se isolando do seu próprio continente. A retórica de Primakov supracitada e o receio de isolamento russo da Europa a partir de uma suposta nova divisão no continente podem ser identificadas no próprio texto do “Ato fundador sobre relações mútuas, cooperação e segurança entre Rússia e OTAN”:

A Rússia e a OTAN não se consideram adversárias. As partes compartilham o objetivo de superação dos vestígios da antiga confrontação e competição, mirando também o fortalecimento da confiança e cooperação mútua. O Acordo presente reafirma a determinação da OTAN e da Rússia de conferir solidez ao comprometimento compartilhado de construir uma Europa pacífica, estável e indivisível, de modo a beneficiar todas as pessoas. Executar este compromisso é o começo de um novo relacionamento entre OTAN e Rússia. Este compromisso prevê o desenvolvimento, em bases de interesses comuns, da reciprocidade e transparência de uma relação forte e estável de parceria. (RUSSIA, 1997. Apud MELVILLE; SHAKLEINA, 2005, p. 75, tradução minha).

Por sua vez, buscando uma política externa russa multivetorial, Primakov buscou estabelecer o trilateralismo russo-sino-indiano, em contraposição ao unilateralismo norte americano (TSYGANKOV, 2016). Lançou assim a ideia de um “triângulo estratégico” com a China e a Índia, em 1998, em uma tentativa de verificar a viabilidade do surgimento de uma nova arquitetura multipolar da política global. Primakov buscou sobretudo a formação de um grupo de governança de países eurasiáticos, em contraposição à unipolaridade norte americana na política internacional (ZHEBIT, 2019). Neste sentido, dois documentos relevantes foram assinados, o que atestam na prática o discurso de Primakov: 1-) A Declaração Russo-Chinesa

Sobre o Mundo Multipolar e a Formação de uma Nova Ordem Internacional (1997) e 2-) A Declaração Sobre a Parceria Estratégica com a Índia.

Têm-se, por exemplo, na Declaração Russo-Chinesa de 1997, o destaque de que “nenhum país do globo deve buscar hegemonia ou monopolizar as decisões da política internacional” (RUSSIA, 1997. p. 1, tradução minha) e que, neste contexto, Rússia e China devem buscar fortalecer suas relações estratégicas, com o objetivo principal de “promover a multipolaridade no mundo e estabelecer uma nova ordem internacional global” (RUSSIA, 1997. p. 1, tradução minha). Para isso, as partes deveriam “fortalecer o Conselho de Segurança e as Nações Unidas [...] Acreditando que as Nações Unidas, como autoridade organizacional universal dos países soberanos, possuem um papel fundamental no globo que não pode ser substituído por nenhuma outra organização internacional” (RUSSIA, 1997. p. 2, tradução minha).

Assim, a política externa ativa de Primakov propôs o desenvolvimento de laços econômicos e geoestratégicos com Estados extra ocidentais, de modo a ampliar a posição de poder relativo da Rússia no globo em detrimento das relações com as nações ocidentais, especialmente os Estados Unidos. Primakov também foi notavelmente mais ativo nas relações com o Oriente Médio do que Andrei Kozyrev, retomando a venda de armas para a região, em um gesto que também simbolizava seu posicionamento a favor dos empresários russos da indústria bélica que haviam perdido contratos lucrativos no período anterior (SEGRILLO, 2016). Uma outra característica deste período foi o reconhecimento da importância do setor de defesa do país, especialmente as indústrias militares e os serviços de segurança, relegados a segundo plano durante o governo Iéltsin-Kozyrev. As indústrias militares passaram a serem vistas como uma fonte de renda e desenvolvimento de tecnologias, uma indústria chave para o reposicionamento da Rússia como uma grande potência (ZHEBIT, 2019). Justifica-se, assim, a reestruturação da indústria de defesa no Conceito de Segurança Nacional russo de 1997:

A reestruturação do potencial da indústria de defesa baseada no desenvolvimento de novas tecnologias, a sincronização das indústrias que desenvolvem e produzem armas, o suporte para o desenvolvimento e experimentação das armas, a modernização dos equipamentos militares e a introdução de demandas do governo de equipamentos militares para atender as demandas do país, devem ser executadas de modo a desenvolver o complexo industrial de defesa do país, em consonância com a segurança nacional da Rússia. (RUSSIA, 1997.p.2, tradução minha)

A diplomacia de Primakov também apostou na Índia como uma aliança estratégica, sendo assinados grandes contratos relacionados à venda de materiais bélicos para Nova Delhi, em 1997. Em relação ao Oriente Médio, quanto ao Irã, o Kremlin passou a vê-lo como um

aliado regional importante para exercer influência na região, construindo conjuntamente reatores nucleares no país e fornecendo equipamentos industriais à nação persa, com planos conjuntos para a construção de gasodutos e oleodutos na região do Mar Cáspio (TSYGANKOV, 2016).

A reintegração com as ex-repúblicas soviéticas também foi um pilar da política externa do governo Iéltsin-Primakov, essencial para balancear o poder ocidental na região e resistir à expansão da OTAN. Quanto à esta política externa russa de engajamento em seu exterior próximo, delineiam-se três objetivos principais: manter uma presença militar russa na região; proteger os status dos russos étnicos que vivem fora da Rússia e obter vantagens econômicas nos territórios. Assim, aproveitando-se da sua posição de barganha em relação à seu exterior próximo, Primakov planejava obter maiores controles informais sobre as políticas econômicas e de segurança destes países, sem assumir os custos deste controle (ZHEBIT, 2019). E de fato, a Rússia possuía condições de exercer uma posição muito mais assertiva na região, uma vez que possuía o setor bélico mais moderno e desenvolvido, as melhores forças armadas e a maior economia, com uma riqueza imensa de recursos naturais em seu território. Ainda, politicamente, a Rússia era o único país da região com influência no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Todos estes eram indicadores que davam a Rússia uma posição de vantagem e de grande barganha em relação aos demais países da região.

Esta percepção renovada do governo de necessidade de integração da Rússia à sua antiga região soviética foi articulada em dois documentos: “O Estabelecimento do Curso Estratégico da Rússia com os Estados da CEI”, de 1995, desenvolvido por Primakov enquanto este ainda ocupava o cargo de chefe no Serviço de Inteligência Estrangeira e o Conceito do Desenvolvimento de Integração Econômica da CEI, de 1997. Estes documentos previam o estabelecimento de relações estratégicas com os países membros da Comunidade dos Estados Independentes, a qual previa uma “profunda integração econômica e estratégica política entre os membros”, a “aceleração para a criação e consolidação de uma unificação monetária”, a consolidação de “estruturas industriais e científicas-tecnológicas entre os países” e “programas de investimento interestatais” (RUSSIA, 1997, p.1, tradução minha). Pela primeira vez após a dissolução da União Soviética, Moscou conferia prioridade de política externa à relação com seu exterior próximo, reconhecendo seu próprio papel de potência líder para a transformação de um novo sistema na região. Visava, desta forma, elaborar “uma aliança economicamente e politicamente integrada, composta por Estados capazes de alcançar um papel de relevância no globo” (PRIMAKOV, 1996. Apud. TSYGANKOV, 2016, p. 118, tradução minha) o que condizia com o pensamento de Primakov, quando este afirmava sua intenção de elaborar uma

política externa de “aproximação entre os ex estados soviéticos” (PRIMAKOV, 1996. Apud. TSYGANKOV, 2016, p. 118, tradução minha). Percebe-se, que esta reaproximação cumpria sobretudo dois objetivos: ao mesmo tempo que Primakov ampliava a área de influência da Rússia de modo a contrabalancear a presença ocidental, também reduzia as tensões da oposição doméstica ao governo Iéltsin, já que havia uma grande demanda da sociedade russa pela restauração dos laços com esta região. Além disso, devido aos conflitos étnicos presentes nas áreas do Cáucaso e da Ásia Central, que progressivamente se espalhavam para dentro do território russo, houve um maior engajamento da Rússia nos países agora pertencentes à CEI, de modo a combater instabilidades em sua periferia. Têm-se registrado no Conceito de Segurança Nacional Russo de 1997, a indicação do envolvimento de Estados terceiros na exploração de conflitos étnicos dentro da própria federação russa, de modo a enfraquecer o país:

Ameaças sobre a segurança nacional da Rússia na esfera internacional são manifestadas através de tentativas de outros Estados de conter a consolidação da Rússia como um centro influente no mundo multipolar que está se desenvolvendo. Isso é refletido em ações que tentam destruir a soberania territorial da Rússia, incluindo ações que envolvam a utilização de contradições étnicas e religiosas [...] Com estas políticas, estes Estados procuram reduzir a importância da Rússia na resolução de conflitos internacionais e na participação em organizações internacionais. Como resultado, estas políticas podem levar a uma limitação da influência russa, atingindo os interesses nacionais russos e enfraquecendo nossa posição na Europa, no leste próximo, no Cáucaso e na Ásia Central (RUSSIA, 1997, p.4, tradução minha)

Destacam-se, assim, no projeto de segurança nacional russo de 1997, um receio do governo Iéltsin-Primakov que encontra respaldo histórico em seu território: a percepção de estar sofrendo uma contínua política de contenção por outros países e a sensação destes mesmos de estarem isolando a Rússia do restante do continente eurasiático. Isto pois, a “utilização de contradições étnicas e religiosas” dentro do território russo por parte de outras nações, demandaria uma firme resposta de Moscou, o que conseguinte poderia vir a causar repúdio da comunidade internacional e críticas à Rússia, limitando a influência desta no globo. Seguindo o documento, dada esta “situação geopolítica mundial, vê-se necessária a presença militar russa em regiões estratégicas do globo”, demonstrando assim a “prontidão do país em responder seus compromissos, promovendo a formação de um balanço militar estratégico na região”, bem como a necessidade de “maior participação da Rússia em operações para manutenção de paz” (RUSSIA, 1997, p.4, tradução minha).

Se, no Cáucaso e na Ásia Central o comportamento russo estava ligado a uma intervenção mais direta e assertiva, os esforços de integração em relação ao seu exterior próximo ocidental eram menos agressivos, com o emprego de esforços para a normalização das

relações com a Ucrânia e a Bielorrússia, especialmente no que se refere ao fortalecimento dos laços militares. Em relação à Bielorrússia, foi assinado em 1997 o Tratado da União entre Rússia e Bielorrússia, na qual os países se comprometeram a aprofundar a integração política e militar, desenvolvendo políticas externas e de defesa coordenadas para lidar com ameaças securitárias compartilhadas, baseando-se em uma “afinidade étnica e espiritual e pelo compartilhamento de uma história comum entre suas sociedades” (RUSSIA, 1997). Do mesmo modo, a Ucrânia também era vista como uma prioridade nas relações, especialmente por conta da necessidade de manutenção ativa da frota russa no mar negro, de extrema importância para a segurança e projeção da Rússia na região. Foi assinado, assim, em 1997, o Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria entre Rússia e Ucrânia, no qual estabelecia o direito da Rússia de estabelecer e manter sua frota no Mar Negro, legalizando também as fronteiras entre os países. Outro tratado com a Ucrânia foi assinado em 1998, referindo-se à um ambicioso Programa de Cooperação Econômica, que auxiliaria no processo de reativação do comércio entre os dois países, com a redução de tarifas alfandegárias à cooperação industrial. Em relação aos países do Báltico, a Rússia empreendeu esforços para minimizar os impactos negativos da expansão da OTAN, oferecendo a estes países garantias securitárias. (ZHEBIT, 2019).

Primakov também conferiu grandes esforços para atender as demandas de integração econômica com seu exterior próximo, que, como já mencionado, era uma necessidade comercial por parte dos industrialistas russos. O afastamento desta região de influência histórica russa vinha sendo questionada pelos sindicatos dos industrialistas desde o início do governo Iéltsin-Kozyrev. Esta questão também é abarcada no Conceito de Segurança Nacional Russo de 1997, no qual, no tocante aos interesses nacionais russos “a tarefa mais urgente na esfera econômica é garantir sua expansão, protegendo os interesses econômicos dos produtores domésticos” (RUSSIA, 1997.p.2, tradução minha). Para atender estas demandas, Primakov defendeu sobretudo, como primeiro passo, a execução de grandes investimentos por parte de Moscou, na infraestrutura entre a Rússia e seu exterior próximo, garantindo um aprofundamento das relações econômicas entre os países, que, a segundo momento, seriam capitalizadas politicamente por Moscou. Para Iéltsin, a Rússia deveria exercer sua influência na região de modo a se tornar o “primeiro dentre os iguais” (IELTSIN, 1997. Apud TSYGANKOV, 2016 p. 219) em seu exterior próximo, fazendo uma alusão à um certo hegemonismo proveniente de suas maiores capacidades militares e econômicas.

A integração da URSS com seu exterior próximo também se deu em âmbito cultural. Primakov possuía um compromisso, gerado por uma demanda da sociedade russa, de responder politicamente aos 21 milhões de russos que se encontravam fora das fronteiras da Rússia, mas

que continuavam se identificando com Moscou, seja pela língua, costumes ou laços familiares. Para Primakov, responder a esta demanda relacionava-se também com a manutenção e preservação de um balanço cultural dentro da Rússia, que possui internamente aproximadamente 140 grupos étnicos, divididos em 21 repúblicas étnicas, nas quais apenas 5 possuem maioria étnica local (TSYGANKOV, 2016). O maior desafio, para o governo Iéltsin-Primakov era encontrar uma maneira de reviver a identidade transnacional da União Soviética, tomando cuidado, ao mesmo tempo, para não causar a sensação de estar sobrepondo os interesses de Moscou sobre as demais identidades e sociedade da região, o que poderia levar à mais conflitos étnicos. Era preciso encontrar uma solução cautelosa, de modo a promover a ideia de uma Eurásia multiétnica, multireligiosa e multicultural, mas com uma identidade em comum. A resposta foi encontrada a partir da elaboração de uma cidadania comum a partir dos membros da CEI, no qual o governo russo tentou implementar não uma visão de superioridade dos russos nacionais ou étnicos, mas sim um federalismo multicultural. Assim, foi implementado em 1996 o Decreto Presidencial número 909, aprovando o conceito de nacionalidades estatais da Federação da Rússia, o qual previa que o objetivo de uma Rússia multi étnica era “garantir a preservação cultural e o desenvolvimento das tradições e cooperação entre eslavos, turcos, caucasianos, mongóis [...] dentro de um espaço cultural nacional eurasiático.” (RUSSIA, 1996).

Visualiza-se, sob os aspectos abordados neste capítulo, que Primakov gradualmente conferiu um caráter de assertividade, ou pelo menos, de não alinhamento, em relação ao comportamento ocidental no sistema internacional. Um evento marcante atesta esta conduta russa: a resistência de Moscou na aplicação de uma solução militar na questão do Iraque de Saddam Hussein⁵⁷, no contexto de pressão ocidental sobre o desarmamento nuclear do país médio-oriental – e a consequente resistência do Iraque para tanto -. Visando evitar uma possível solução bélica no caso, em aliança com a França, Primakov negociou um acordo com o Iraque para garantir a entrada de inspetores das Nações Unidas do país em troca da retirada de algumas sanções econômicas que vinham sendo empregadas sobre o governo de Saddam Hussein até então (PECEQUILO & LUQUE, 2016). Apesar deste acordo não conseguir ter solucionado a questão, uma vez que as sanções ocidentais sobre o Iraque não foram retiradas, ao menos Primakov conseguiu levar o imbróglio às Nações Unidas, evitando uma medida unilateral dos

⁵⁷ As ameaças norte americanas de bombardeio ao Iraque, nos anos de 1997 e 1998, possuíram como justificativa ocidental a falta de colaboração de Saddam Hussein no cumprimento das resoluções do Conselho das Nações Unidas que diziam respeito ao desarmamento nuclear do país.

Estados Unidos até então. Pode-se creditar três principais razões para este comportamento de Moscou frente ao Iraque, os quais corroboram com os argumentos trazidos até então neste capítulo: 1-) a oposição à unipolaridade norte americana, evitando uma empreitada armada de Washington sobre Bagdá 2-) privilegiamento dos interesses nacionais, uma vez que o Iraque possuía uma dívida de 7 bilhões de dólares com Moscou, e, com as sanções impostas, o país não conseguiria pagar a soma 3-) o atendimento aos interesses dos agentes econômicos da Rússia, uma vez que grandes empresas energéticas do país, como a Lukoil, estavam interessadas em adquirir lucrativos contratos no Iraque (TSYGANKOV, 2016).

Este novo comportamento assertivo da política externa de Moscou levou em conta, sobretudo, os interesses permanentes do território russo, ou seja, sua geopolítica. Diante de uma década de péssimos resultados econômicos para o país e diante de uma conjuntura internacional desafiadora, foi por meio da política externa que o governo Iéltsin-Primakov, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, conseguiu equilibrar as insatisfações domésticas quanto aos rumos políticos-ocidentalistas empregados desde 1991. Para tanto, verificando sua vulnerabilidade estrutural diante de um Ocidente cada vez mais próximo de sua fronteira por meio de constantes ameaças expansionistas da OTAN, Primakov adotou uma política externa multivetorial, assertiva e de balanceamento tático, buscando por meio de organizações internacionais o equilíbrio à tendência unipolar norte americana-ocidental. Progressivamente, foi necessário também uma política de reengajamento russo em relação a seu exterior próximo, que, como apresentado inicialmente, constitui-se uma demanda histórica-geopolítica russa, abandonada por Andrei Kozyrev. Identificando-se em última instância como uma “potência influente europeia e asiática”, a partir de então, a Rússia sob Yevgeny Primakov passou a assumir uma busca incessante para ser reconhecida globalmente enquanto grande potência em um sistema internacional multipolar, condenando quaisquer tentativas passíveis de gerarem uma condição de isolamento e contenção de matriz ocidental em relação a seu território.

5 CONCLUSÃO

Como apresentado neste trabalho, o Ocidente – e especificamente a Europa - foi o centro de maior relevância político e econômico com o qual a Rússia compartilhou suas relações durante o período abordado. Além da Europa exercer papel fundamental para a construção do ambiente geopolítico eurasiático, compartilhado com o Moscou, influenciou também as representações de identidade e a construção da política externa russa. Esta influência obteve maior peso devido ao contraste econômico, tecnológico e social entre as duas regiões, sendo a Rússia o elo mais fraco desta relação. Como consequência, desde a formação czarista do império russo, a Rússia se via obrigada a levar em conta as mudanças dos contextos políticos, econômicos e sociais da Europa a fim de atender suas necessidades geopolíticas e equilibrar as relações entre sua identidade e política externa. Frequentemente, os líderes russos equilibraram estes fatores baseando-se em uma identidade que se assimilava à Europeia, intencionando a partir desta identificação a modernização de suas estruturas políticas e econômicas. No entanto, quando o reconhecimento como um agente de igual nível não era correspondido pelo Ocidente, aprofundavam-se constrangimentos externos-geopolíticos que desequilibravam a relação entre identidade e política externa russa, demandando um novo reequilíbrio de relações a partir de um discurso mais nacionalista, conservador e eslavófilo.

Visualizou-se, dessa forma, que a presença russa no continente europeu aos finais do século XVIII era totalmente distinta da presença russa no início do mesmo século. Se a princípio a Rússia adotou uma postura de isolamento político, Pedro, o Grande, tratou de colocá-la dentro do tabuleiro geopolítico eurasiático com suas conquistas militares e sua abertura profunda à cultura ocidental, visando a modernização de seu império. Para superar o atraso era preciso, sobretudo, alterar a lógica da própria identidade russa, conduzindo-a à uma maior identificação com o ocidente, emulando seu estilo de vida. Ao mesmo tempo, foi preciso também uma alteração da política externa do império russo de modo a atingir seus novos objetivos geopolíticos de abrir frentes de contato com o ocidente. Esta política de aproximação com a Europa e expansão alcançaria seu ápice durante o reinado de Catarina, a Grande, possuindo uma reversão durante o governo de Nicolau I, que inaugurou a “fase nacional russa”. Nesta, receoso dos ventos revolucionários que sopravam desde a França e que poderiam abalar profundamente as estruturas do território moscovita, o império russo traçou um caminho autônomo a partir de suas características e identidades próprias, se relacionando com a Europa Ocidental em uma posição de superioridade ética e moral. Ao mesmo tempo, durante esta fase, o Império Russo se viu diante de um de seus grandes constrangimentos geopolíticos históricos,

ou seja, a anulação de sua pretensão de domínios sobre o Mar Negro pelas potências europeias, receosas da expansão russa no continente.

A partir de então, na segunda metade do século XVIII, tomou corpo no império a ascensão de grupos políticos marxistas, em oposição aos conservadores autocratas e aos liberais ocidentalizantes. Divididos entre a aliança tática com a burguesia europeia-ocidental ou a consolidação de um modelo socialista em um só país, o isolacionismo em relação ao ocidente foi a forma que chegou ao poder após a Revolução de 1917, primeiro com Lênin e depois com Stálin. Esta política de isolamento perdurou então durante quase todo o século XX, fomentado pelo receio do Partido Comunista Soviético da ameaça da expansão capitalista-imperialista de um ocidente mais moderno, e a segundo momento, pela própria estrutura de contenção elaborada pelas potências ocidentais em relação à União Soviética.

Gradualmente se abrindo mais ao Ocidente após a morte de Stálin, a URSS durante os anos 80 havia alterado quase que completamente o perfil de sociedade que iniciara o século XX. Industrializada, moderna e escolarizada, tendo também maiores acessos à conteúdos produzidos no Ocidente, a sociedade soviética dos anos 80 consistiu ela mesmo, cada vez mais, uma força contraditória à centralização do Partido Comunista soviético. Atento a este movimento, mas sem a habilidade necessária para mediar a transição que almejava, Gorbatchov iniciou a *Perestroika* e a *Glasnost*, as quais, no entanto, foram forças que acabaram por derrubá-lo, levando a ascensão na Rússia de um líder liberal pró ocidental. Bóris Iéltsin, a partir de então, teria um desafio que outros líderes russos já haviam enfrentado, porém, agora, em um contexto totalmente diferente. Era mais uma vez preciso modernizar as estruturas de seu país, tanto políticas quanto econômicas, com o agravante de presenciar o fenômeno da globalização, capitaneado pela revolução das comunicações, liberalização financeira e competição internacional a níveis muito mais elevados que seus antecessores enfrentaram.

Já nos primeiros anos do novo governo de coalizão liberal da Rússia na década de 90, Boris Iéltsin e Andrei Kozyrev se encontraram em uma posição delicada quanto à condução de sua política externa. Tendo os dois políticos se comprometido com a priorização das relações da Rússia com o Ocidente, dentro dos eixos econômico, securitário, identitário e institucional, progressivamente viram seus discursos e políticas ocidentalistas sendo cada vez mais criticados domesticamente. Tal descontentamento doméstico adveio tanto da falta de resultados práticos de curto prazo, especialmente com a percepção do Ocidente não estar contribuindo “o suficiente” para a transição, quanto pelos progressivos indicativos da expansão da OTAN ao leste europeu. Foi necessário, então, readequar tais políticas aos interesses nacionais que se desenhavam dentro da oposição doméstica ao governo liberal. Diante da nova conjuntura

política, percebeu-se que a coalizão liberal tentou manter sua estratégia de integração com o ocidente, deixando no entanto, de exercer uma aproximação cultural e de valores, focando-se apenas em uma integração em termos de interesses compartilhados. Em pouco tempo de governo, porém o governo Iéltsin-Kozyrev se viu forçado a adicionar a dimensão geopolítica dos interesses históricos russos dentro de seus discursos, de modo a construir um interesse nacional mais autônomo.

Assim, destacou-se cada vez mais nos discursos, escritos e documentos dispostos no trabalho, a importância da preservação das relações econômicas e culturais com os antigos Estados soviéticos, visando atender às demandas da oposição doméstica e às suas próprias necessidades geopolíticas. A retórica russa na área de política externa e de segurança, em pouco tempo, mudou significativamente, refletindo um interesse renovado em seu exterior próximo. A vitória de forças conservadoras e nacionalistas nas eleições para o parlamento russo no final de 1993, somadas com as ameaças cada vez mais concretas de uma expansão da OTAN ao leste europeu, sem levar em conta os interesses russos nas questões europeias-securitárias, contribuíram para essa guinada de discurso e política externa. Os vários sinais do Ocidente quanto ao não reconhecimento da Rússia como um parceiro de igual nível no período pós soviético, contribuíram para a mudança de conduta do governo; a propósito, este sempre foi um condicionante demandado pela Rússia em relação à sua integração com o Ocidente.

A chegada de Yevgeny Primakov como ministro das relações exteriores trouxe consigo mudanças significativas no tocante a como o Governo Russo conduzia e percebia seu interesse nacional e conduzia sua política externa. A ascensão de um pensamento mais nacionalista identitário na alta cúpula política russa como consequência dos constrangimentos geopolíticos em andamento, no entanto, não significou um isolamento político quanto ao ocidente, como no período soviético ou como no período de Nicolau I. Primakov tinha de equilibrar a necessidade da Rússia ser reconhecida como uma grande potência no sistema internacional com sua baixa capacidade econômica e baixa influência política, somada com uma conjuntura de dependência em relação às nações ocidentais. Assim, a nomeação de Primakov trazia um fim ao ocidentalismo como proposto e executado por Iéltsin e Kozyrev. A própria condicionalidade de ser o país sucessor do Império Russo e da União Soviética foi um pilar para a formulação dos novos interesses nacionais da Rússia como grande potência. O grande papel que a Rússia deveria exercer no globo derivava de seu gigantismo territorial, da presença de ricos recursos naturais em seu terreno, de sua população multiétnica e sua capacidade militar, econômica, tecnológica e cultural em relação aos países de seu exterior próximo, os quais deveriam ser próximos da Rússia devido às alianças militares hostis do ocidente.

Desta maneira, Primakov alcançou resultados significativos, especialmente na questão securitária. Negociou grandes tratados e acordos com regiões do exterior próximo, como a Ucrânia, realizou alguns progressos com a OTAN, a despeito dos altos e baixos da relação, auxiliou no processo de desenvolvimento de um mecanismo consultivo permanente com a aliança, comprometendo-se por exemplo a não entregar armas nucleares a países vizinhos. Do mesmo modo, Primakov ampliou e diversificou os laços políticos e econômicos da Rússia, especialmente com os países da Ásia, sempre buscando uma contraposição política à unilateralidade ocidental e norte americana.

Destaca-se sobretudo que, esta ascensão política da Rússia no período Primakov foi executada a despeito do contínuo declínio econômico do país na década, conseguindo extrair concessões do ocidente e angariar apoio político para sua própria agenda. Duramente constrangido por uma geopolítica que ameaçava sua integridade territorial, o Governo Iéltsin gradualmente teve de abandonar a identidade russa de alinhamento automático com o ocidente, levando o próprio presidente, após sua reeleição em 1996, a defender uma nova “ideia nacional” para a Rússia. Esta ideia seria capitalizada então por Primakov em uma política externa e identidade eurasianista, a fim de construir relações estratégicas com China, Iraque e Índia, mantendo um pragmatismo em relação ao Ocidente. A estratégia passava por balancear as relações com o Ocidente e se integrar à periferia.

Para os russos o Ocidente executava uma política que visava manter a Rússia afastada e até isolada das principais questões securitárias do continente; como apontou Kozyrev, haveria uma “continuação, por inércia, de uma política de contenção sobre a Rússia”. Assim, tinha-se a percepção do Ocidente estar se aproveitando do vácuo geopolítico deixado pela desintegração soviética, bem como da fraqueza política e econômica russa do período. Não podendo observar de forma inócua a aproximação da OTAN sobre seu exterior próximo, bem como tendo de responder domesticamente à falta de resultados práticos de uma política externa e identidade ocidentalista, gradualmente o governo russo adotou uma política externa firme e assertiva. Esta, como demonstrado no capítulo 4 deste trabalho, foi marcada por uma retórica muito mais forte contra a expansão da OTAN e contra o comportamento unilateral ocidental no globo, pelas tentativas mais agudas de reintegração com seu exterior próximo, pela adoção de uma política externa multipolar e pelo desejo de fortalecimento das Nações Unidas e da OSCE, esta última como pilar das decisões securitárias europeias em detrimento da OTAN. Ainda, conforme disposto no Conceito de Segurança Nacional russo de 1997, diante da nova situação geopolítica mundial via-se necessária a maior “presença militar russa em regiões estratégicas do globo”, de modo a “promover a formação de um balanço militar estratégico”.

Neste sentido, diante dos fatos expostos, percebe-se que o posicionamento assertivo russo para com o Ocidente não foi uma característica originada pela ascensão de Vladimir Putin como presidente da Rússia, como usualmente a bibliografia sobre o tema trata. Os principais traços deste caráter se desenharam e passaram a serem executados já durante o período Iéltsin-Primakov, com os próprios discursos e documentos oficiais russos atestando esta narrativa. Mesmo que, na década de 1990, a Rússia não possuísse os recursos e a estabilidade econômica e política conquistada e desfrutada por Putin, é equivocada a declaração de que foi apenas no século XXI que se iniciou um movimento mais assertivo da Rússia no sistema internacional. Igualmente equivocada e, sobremaneira, tendenciosa é a visão de que tal comportamento assertivo russo apenas se origina a partir de debilidades domésticas (econômicas e institucionais) intrínsecas russas. A análise da década de 1990 mostra que, a despeito da fragilidade do país, a ascensão de um comportamento mais resistente contra o Ocidente derivou sobretudo de constrangimentos geopolíticos provocados pelo próprio Ocidente sobre a Rússia.

De igual maneira, a classificação de Krastey & Holmes (2015) da política externa da Rússia como “agressiva isolacionista” também é equivocada, pois o isolamento, como exposto neste trabalho, não foi uma política adotada pela Rússia, mas sim foi consequência de um comportamento deliberado ocidental de não reconhecimento e não integração de Moscou nas principais estruturas decisórias do continente europeu. Este constrangimento, somado às ameaças de avanço da OTAN sobre regiões historicamente sob influência russa, geraram como reação a busca de um balanceamento tático da Rússia com outros parceiros, de modo a construir uma resistência multipolar à unipolaridade ocidental.

Iniciando o Governo Iéltsin Kozyrev com um relativo desengajamento de seu exterior próximo, conclui-se também, neste trabalho que a Rússia não pode escapar de sua realidade geopolítica e de sua história. Sua política externa parece ter de levar em conta uma priorização das relações com seu exterior próximo, mesmo pois, é ali que se encontram diversos interesses econômicos, políticos e sociais de sua própria sociedade. A contradição que se colocou entre a relação de identidade e política externa ocidentalizante com as próprias demandas geopolíticas do território levaram a uma insustentabilidade do discurso pró ocidente do governo Iéltsin-Kozyrev. Desse modo, os constrangimentos geopolíticos impostos sobre a Rússia na década de 1990, o abandono de áreas vitais geopolíticas durante o governo Iéltsin-Kozyrev e o consequente desequilíbrio causado entre identidade e política externa russa, foram os principais condicionantes da transição de política externa da Rússia na década de 1990, de cooperação para assertividade em relação ao Ocidente. Coube o papel ao novo Ministro de Relações Exteriores da Rússia, Yevgeny Primakov, a restauração dos interesses geopolíticos da Rússia

na arena internacional; a continuidade deste comportamento assertivo russo parece, diante da análise deste trabalho, estar mais relacionada ao comportamento do Ocidente sobre a Rússia do que o contrário.

REFERÊNCIAS

- AGANBEGUIAN, Abel G. **A revolução na economia soviética: a Perestroika**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1988.
- AIZLEWOOD, Robin. **Revisiting Russian Identity in Russian Thought: From Chaadaev to the Early Twentieth Century**. *The Slavonic and East European Review*, v. 78, n. 1, p. 20-43, jan. 2000.
- ARBATOV, Alexei. **The Transformation of Russia's Military Doctrine in the Aftermath of Kosovo and Chechnya**. In: GORODETSKY, Gabriel. *Russia Between East and West: Russian Foreign Policy on the Threshold of the Twenty-First Century*. London: Frank Cass Publishers, 2003.
- ARMSTRONG, John Alexander. **Ideology, Politics, and Government in the Soviet Union: An Introduction**. University Press of America, 1986.
- ARI Tayvar, ÇETINDISLI Gokcen. **Postructuralism in IR**. Em: *Theories of International Relations II*, 2019. Anadolu Univeristy, Eskişehir, Turquia,
- ASHLEY Richard, WALKER, Robert. **Conclusion: Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies**. *International Studies Quarterly*, Vol. 34, No. 3, 1990. Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies (pp. 367-416)
- ARON, L. **Putinology**. *American Interest*, The American Interest, 30 de julho de 2015. Disponível online em: <https://www.the-americaninterest.com/2015/07/30/putinology/>. Último acesso em 20 de abril de 2019.
- BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. Martins Fontes – Selo Martins 3d. p. 520, 2004
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Premature Partnership**. *Foreign Affairs*, 73. n.1 1994
- BOTTELIER, Thomas W. **The geopolitics of Containment**. Dissertação de mestrado, 2011. Global History & International. Erasmus School of History, Culture & Communication.
- BOWKER, Mike. **Nationalism and the fall of the USSR**. In: *The Limits of Globalizations: Cases and Arguments*, Routledge, Londres. p. 238 – 253. 1997
- BOYCKO, M; SHLEIFER, A; VISHNY, R. **Privatizing Russia**, Cambridge, 1997 Mass.: MIT Press
- BREMMER, I; TARAS, R. **Nations and Politics in the Soviet Successor States**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993
- BRZEZINSKI, Z. **The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives**. [s.l.]: Basic Books, 1997. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Gv6yQgAACAAJ>>. Último acesso em 20 de outubro de 2019

- BOHLEN, Avis. **Changes in Russian Diplomacy under Putin the Great.** In: Cahiers du monde russe et soviétique, vol. 7, n°3, 1966. Hommage à François de Liencourt. pp. 341-358;
- BURKE, Edmund. Identity/difference, In: GRIFFITHS Martin (org.) **Encyclopedia of International Relations and Global Politics.** London: Routledge, 2006. p. 394-396.
- CAMPBELL, David. **Poststructuralism.** Em: International Relations Theories Discipline and Diversity, ed: Tim Dunne, Milja Kurki and Steve Smith, Third Edition, 2013. UK: Oxford University Press.
- CARR. E.H. **A History of Soviet Russia: The Bolshevik Revolution 1917–1923,** vol. 3, London: Macmillan, 1953.
- CARRERE. Encausse, H. **The End of Empire,** Nova Iorque: Basic Books, 1991.
- CHIESA, Giulietto. **Transition to democracy: Political Change in the Soviet Union, 1987-1991.** [University Press of New England](#), Hanover, Estados Unidos. 1993. 288p
- COLIN, R. **Rússia: o ressurgimento da grande potência .** Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.
- COX, Robert W. **Civilizations: Encounters and Transformations. Studies in Political Economy** 47:3.
- DEVETAK, Richard. **Postmodernism.** Em: *Theories of International Relations*, ed: Steve Smith, Andrew Linklater et.al, 2005 New York: Palgrave Macmillan.
- DILIGENSKY, Guerman, CHUGROV, Sergei. **The West in Russian Mentality. Moscou.** Institute of World Economy and International Relations, 2000
- DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L. **The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests.** Routledge, 2009. 458p.
- DUNCAN, Peter J.S. **Westernism, Eurasianism and Pragmatism: the Foreign Policies of the Post-Soviet States, 1991-2001** (Working Papers Serie in Politics Paper No. 2). Londres: School of Slavonic and East European Studies – University College London, 2002.
- EDKINS, Jenny. (2007) **Poststructuralism.** In: International Relations Theory for Twenty-First Century: An Introduction, ed: Matrin Griffiths, London: Routledge,
- El PAIS. **Clinton anuncia ayuda urgente a Yeltsin para que gane el referendun.** 5 de abril de 1993. Disponível online em: https://elpais.com/diario/1993/04/05/internacional/733960820_850215.html. Último acesso em 16 de abril de 2019.
- ENGLISH, Robert D. **Russia and the Idea of the West: Gorbachev, Intellectuals, and the End of the Cold War.** Columbia University Press, 2000.
- FAWN, R. **Realignments in Russian Foreign Policy.** London: Franck Cass Publishers, 2003.

FERREIRA, Ciro Eduardo. **A Adesão da Rússia a Organização Mundial do Comércio sob o prisma da política doméstica russa e das relações bilaterais russo-norte-americanas.** Dissertação de mestrado. Ano de defesa: 2012 Disponível online em <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/1832-a-adesao-da-russia-a-organizacao-mundial-do-comercio-sob-o-prisma-da-politica-domestica-russa-e-das-relacoes-bilaterais-russo-norte-americanas-1993-2008>. Último acesso em 16 de abril de 2019.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa.** São Paulo: Saraiva, 2011.

FOUCAULT, Michel (1970) **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**, 1970 New York: Random House

GAIDAI, Yegor. **Collapse of an Empire Lessons for Modern Russia.** Brooking Institution Press. Whashington DC, 2007. 351p.

GORENDER, Jacob. **O Fim da URSS. Origens e fracasso da Perestroika.** 2. ed., São Paulo: Atual, 1992.

GORSKII, Vyacheslav. **Problems and Prospects of NATO – Russia Relationship: The Russian Debate.** NATO Euroatlantic Partnership Council Fellowships Programme, Moscou, 2001.

HANSEN, Lene. Security as Practice: **Discourse Analysis and the Bosnian War.** The new International Relations, 2006. Editado por Barry Buzan e Richard Little, Londres

HELLMAN, J. S **Winners Take all: The politics of partial reform in postcommunist transition.** In: World Politics, 1998

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

HOFFMAN, Stanley. **An American Social Science: International Relations.** Em: International Theory, p. 37-60. State University of New York Press, 1995.

HOKENMEIER, Karl Glenn. **Contracts in Conflict: Perestroika and the Decline of Soviet Legitimacy.** Dissertação (Mestrado) – Western Michigan University, 1993. p. 149

INDEPENDENT. **The G7 Summit: Yeltsin wins aid from IMF with promise of reform.** 8 de julho de 1992. Disponível online em: <https://www.independent.co.uk/news/world/the-g7-summit-yeltsin-wins-aid-from-imf-with-promise-of-reform-peter-torday-and-peter-pringle-1531830.html>. Último acesso em 25 de setembro de 2019

JEPPERSON, Ronald; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter. **Norms, Identity, and Culture in National Security.** in Peter Katzenstein, *The culture of National Security*, Columbia University Press, New York.

KAEMPF, Sebastian. **Russia: A Part of The West or Apart from the West?** International Relations, 24(3), 313–340. doi:10.1177/0047117810377372

KASTNER, Antje. **From Chaos to Pragmatic? The Domestic Dimension of Russian Foreign Policy 1991 – 2008.** German Development Institute. Bonn : DIE, 2008

KATZENSTEIN, Peter. **Introduction: Alternative Perspectives on National Security**. Em: The culture of national security: norms and identity in world politics. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996. p. 1-32

KENNAN, George. **Telegram, George Kennan to George Marshall**, [“Long Telegram”]. Fevereiro, 1946, Harry S. Truman Administration File, Elsey Papers, Harry S. Truman Library and Museum. Último acesso em 23 de março de 2019. https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/6-6.pdf

KENNAN, George **Containment: 40 years later**. 1987. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1987-03-01/containment-40-years-later>. Último acesso em 14 de abril de 2019.

KORT, Michael. **A Brief History of Russia**. Checkmarks Book, Brief History, 2008.

KOTZ, David; WEIR, Fred. **Revolution from Above: The Demise of the Soviet System**. Londres, Routledge. 1997.

KOZYREV, Andrei. In: MELVILE, Andrei; SHAKLEINA, Tatiana. Russian Foreign Policy in Transition: Concepts and Realities. CEU Press, Budapeste, Hungria, 2005.

KOZYREV, Andrei. **The new Russia and the Atlantic Alliance**. 1993 In: NATO REVIEW, p. 3 – 6.

KRASTEV, Ivan; HOLMES, Stephen. **Russia’s aggressive isolationism**. American interest, 10 de dezembro de 2014. Disponível online em <https://www.the-american-interest.com/2014/12/10/russias-aggressive-isolationism/>. Último acesso em 10 de julho de 2019.

LACOSTE, Y.; FRANCA, M.C. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. [s.l.]: Papyrus, 1997. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ohSPQgAACAAJ>.

LEWIN, Moshe. **O fenômeno Gorbachev**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEWIS, D. **The “Moscow Consensus”: Constructing autocracy in post-Soviet Eurasia**. 24 de maio de 2016. The Foreign Policy Centre. Disponível online em: <https://fpc.org.uk/moscow-consensus-constructingautocracy-post-soviet-eurasia/>. Último acesso em 20 de março de 2019.

LIEVEN, Dominic C. **Russia and the Origins of the First World War** London: Macmillan, 1983.

LIEVEN, Anatol. **Russia Opposition to NATO Expansion**. The World Today, Vol. 51, No. 10 (Outubro., 1995), pp. 196-199. Disponível online em: <http://www.jstor.org/stable/40396653>. Último acesso em 15 de Abril de 2019.

MALIA M. **To the Bronze Mausolium**. Cambridge: Harvard University Press, 1999

MANDEL, Ernest. **Além da Perestroika**. São Paulo: Busca Vida, 1989, vol.1.

MAMADOUH, Virginie; DIJKINK, Gertjan. **Geopolitics, International Relations and Political Geography: The Politics of Geopolitical Discourse**. *Geopolitics*, v. 11, n. 3, p. 349–366, 2006.

MASTANDUNO, Michael. Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S. Grand Strategy after the Cold War. *International Security*, Cambridge: v. 21, n. 4, p.49-88, abr. 1997. MIT Press – Journals

MATTOS, Carlos M. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2002. 160p.

MAYERS, David Allan. **George Kennan and the dilemmas of US foreign policy**. New York: Oxford University Press, 1988

MAZAT, Numa. **Uma Análise Estrutural Da Vulnerabilidade Externa Econômica E Geopolítica Da Rússia**. 2013. 261 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/tese_numa_mazat_PEPI.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

MELVILLE, Andrei; SHAKLEINA, Tatiana. **Russian Foreign Policy in Transition, Concepts and Realities**. Central European University Press, Nova York, 2005.

MCFAUL, Michael. **State Power, institucional Change, and the politics of privatization in Russia**. In: *World Politics*, 1995

MCFAUL, Michael. **Confronting Putin's Russia**. *New York Times*. 23 de março de 2014. Disponível online em: <https://www.nytimes.com/2014/03/24/opinion/confronting-putins-russia.html>. Último acesso em 25 de setembro de 2019.

NEUMANN, I. B. **Russia and the Idea of Europe: A Study in Identity and International Relations**. London and New York: Routledge, 1996.

ORTTUNG, Robert; WALKER, Christopher. **Putin's frozen conflicts**. *Foreign Policy* (online). 13 de Fevereiro de 2015. Disponível online em: <http://foreignpolicy.com/2015/02/13/putins-frozen-conflicts/>. Último acesso em 20 de agosto de 2019

SNETKOV, Aglaya. **From crisis to crisis: Russia's security policy under Putin**. *Russian Analytical Digest*, No. 173, 2015. Disponível online em: <http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-173.pdf>. Último acesso em 24 de julho de 2019.

THE NEW YORK TIMES. **SUMMIT IN WASHINGTON: Excerpts From Yeltsin Speech "There will be no more lies"**. 18 de junho de 1992. Disponível online em: <https://www.nytimes.com/1992/06/18/world/summit-in-washington-excerpts-from-yeltsin-s-speech-there-will-be-no-more-lies.html>. Último acesso em 25 de setembro de 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; LUQUE, Cristina Aparecida. **Estados Unidos e Rússia: convergência e divergência geopolítica.** Meridiano, v. 47, p. 17. 2016

PLEKHANOV, Sergei. **NATO Enlargement as an Issue in Russian Politics.** In: The future of NATO: Enlargement Russia and European Security. Montreal/Kingston. McGill-Queens University Press, 1999.

PIKAYEV, Alexander A. **The Russian Domestic Debate on Policy Towards the Near Abroad.** in Peacekeeping and the Role of Russia in Eurase, ed. Lena Jonson and Clive Archer, 1996.

PRIMAKOV, Yevgeny. **International Relations on the Eve of the 21st Century: Problems and prospects.** International Affairs, 1996. In: MELVILLE, Andrei; SHAKLEINA, Tatiana. Russian Foreign Policy in Transition Concepts and Realities. Central European University Press, 2005.

REIS FILHO, Daniel Arao. **A Revolução Russa: 1917 – 1921.** Editora Brasiliense, Coleção Tudo e Historia vol. 61, 1989.

RIGBY, T. H. **Staffing USSR Incorporated: The Origins of the Nomenklatura System.** Soviet Studies, 1988.

ROBERTS, Kari Leighe. **Russia – US relations under Yeltsin.** 2004, 325 Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Calgary, Alberta.

RODRIGUES, Robério Paulino. **O Colapso da URSS: Um estudo das causas.** Tese (Doutorado História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. p. 310. 2006

RUSSIA. **Foreign Policy Conception of The Russian Federation.** 1993 In: MELVILE, Andrei; SHAKLEINA, Tatiana. Russian Foreign Policy in Transition: Concepts and Realities. CEU Press, Budapeste, Hungria, 2005.

RUSSIA. **Joint Declaration on a Multipolar World and the Establishment of a New International Order.** In: International Legal Materials vol. 36, no 4, 1997, pp. 986-980. JSTOR

RUSSIA. **Union Treaty between Belarus and Russia,** 1997. In: MELVILE, Andrei; SHAKLEINA, Tatiana. Russian Foreign Policy in Transition: Concepts and Realities. CEU Press, Budapeste, Hungria, 2005.

RUSSIA. **Russian National Security Blueprint.** Rossiiskaya Gazeta, 26 Dec 1997 pp 4-5. Disponível online em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/blueprint.html>. Último acesso em 25 de outubro de 2019.

SHAPIRO, Michael J. **Reading the postmodern polity: political theory as textual practice.** 1992 Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press.

SHEVYTSOVA, Lilia.. **The Kremlin is winning.** American Interest (online).2015, 12 de fevereiro. Disponível online em: <http://www.the-american-interest.com/2015/02/12/the-kremlin-is-winning/>. Último acesso em 30 de julho de 2019.

SEGRILLO, Angelo **O Declínio da União Soviética: um estudo das causas**. Rio de Janeiro: Record, 2000 (2ª edição: Prismas, 2013)

SEGRILLO, Angelo. **Europa ou Ásia: A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas. (elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual)**. Tese de doutorado, 2016, São Paulo – USP. p. 216

TSYGANKOV, Andrei. **Russia's Foreign Policy: Change and continuity in National Identity**. Nova Iorque, Rowman & Littlefield, quarta edição. 2016.

TSYGANKOV, Andrei . **Finding a Civilizational Idea: Westl, Eurasia and Euro-East in Russia's Foreign Policy**. Geopolitics, v. 12, n. 3, p. 375-399, 2007

TICKNER, A. **Seeing IR Differently: Notes from the Third World**. Millennium p. 295-324, 2002.

TOLZ, Vera. **Russia: Inventing the Nation**. Reino Unido, Oxford, 2001

WALKER. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge Studies in International Relation 1992. Cambridge: Cambridge University Press.

WENDT, Alexander (1999). **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.

WILSON, Andrew. **The Ukraine crisis brings the threat of democracy to Russia's doorstep**. European View, 2014 ed 13(1), p. 67–72

ZABOLOTSKY, Boris Perius. **As Faces do outro: A representação da Diferença Russa nos discursos da OTAN no Pós Guerra Fria**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos. 151 f. 2019

ZHEBIT, Alexander. **Sobre a história da política externa da Rússia: o paradigma de Primakov**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41 p. 421-445, 2019.